



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

DISSERTAÇÃO

EXPERIÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS DAS JOVENS DO MOVIMENTO DE
MULHERES CAMPONESAS

Ana Carolina Gaspar Espíndola

2023



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

DISSERTAÇÃO

EXPERIÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS DAS JOVENS DO MOVIMENTO DE
MULHERES CAMPONESAS

ANA CAROLINA GASPARGESPÍNDOLA

Sob a Orientação da Professora

Elisa Guaraná de Castro

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais,
no Programa Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro

2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

E77e Espíndola, Ana Carolina Gaspar, 1995-
EXPERIÊNCIAS AFETIVO-SEXUAIS DAS JOVENS DO
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS / Ana Carolina
Gaspar Espíndola. - São José dos Campos, 2023.
135 f.

Orientadora: Elisa Guaraná de Castro.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2023.

1. Sexualidade. 2. Juventude Rural. 3. Movimento
de Mulheres Camponesas. I. Castro, Elisa Guaraná de,
1968-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

ANA CAROLINA GASPAR ESPINDOLA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 31/05/2023.

Prof.^a Dr.^a ELISA GUARANA DE CASTRO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a VANDA APARECIDA DA SILVA (UFSCAR)

Prof.^a Dr.^a GRAZIELE DAINESE (UFF)



Emitido em 02/06/2023

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 5939/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/06/2023 18:29)

ELISA GUARANA DE CASTRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS (12.28.01.00.00.83)
Matrícula: ###238#5

(Assinado digitalmente em 15/06/2023 10:28)

VANDA APARECIDA DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.168-##

(Assinado digitalmente em 13/06/2023 08:43)

GRAZIELE CRISTINA DAINESE DE LIMA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.018-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **5939**, ano: **2023**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **12/06/2023** e o código de verificação: **c3e658638b**

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho é uma conquista não apenas minha, mas de muitas e muitos que caminharam comigo nesse projeto. Desta maneira, gostaria de começar agradecendo a Deus e aos meus santos de proteção, em especial a São Jorge. Agradeço pela clareza nos pensamentos na hora de refletir e escrever esta dissertação e pela força para enfrentar os diversos obstáculos no caminho e concluir esta etapa com êxito.

À minha querida mãe, Noely (in memorian), agradeço por me incentivar a seguir o caminho dos estudos desde pequena, por sempre acreditar no meu potencial. Minha mãe não teve a oportunidade de estudar da mesma forma que eu tive, mas sempre foi minha inspiração e uma das pessoas mais sábias que eu conheci. Sua partida no ano passado foi o momento mais duro que vivi, me doía pensar que ela não estaria presente neste momento de finalização da minha pesquisa. Mas eu sei que ela esteve e estará sempre comigo em pensamento, coração e saudade. Esta dissertação é para você, minha mãe.

Ao meu querido pai, Antonio, agradeço por confiar nos meus sonhos. Quando eu saí de casa aos 18 anos para estudar em outro estado, sei o quanto ele sofreu ao ver sua filha mais nova voar para longe. Mas nunca deixou de me incentivar a correr atrás do que eu queria. Esta dissertação é para você, meu pai.

Ao meu amado companheiro, Renato, agradeço pela paciência, pelo incentivo, por ser o primeiro leitor dos meus escritos, pelo amor gigante, pelas risadas cotidianas, pelo ombro nos momentos difíceis. Encontrar você nesse caminho foi minha maior sorte.

Aos meus irmãos, Antoeli e André; meus sobrinhos, Andrielle, Isabella e Miguel; e minha cunhada, Danielle. Agradeço por sempre estarem ao meu lado e por me acolherem quando estou em casa.

Aos meus sogros, Cláudia e Carlos, agradeço por me receberem de maneira afetuosa e amorosa na família.

Aos meus amigos: Luis Silva, Maicon Silva, Laryssa Rennó, Rebeca Araújo, Taís Bias, Valentina Ferreira, Ricardo Braga, Luana Guimarães, Amanda Farias, pela parceria de longa data.

À minha terapeuta, Luana Galoni, pela escuta atenta e acolhimento nos momentos de inquietação.

Aos professores e colegas do CPDA, agradeço pela troca mesmo em tempos em que nossos encontros aconteciam apenas pela tela do computador. Agradeço em especial à professora Regina Bruno, pelas conversas sobre a vida e pela amizade. À professora Maria José,

que me recebeu para conversar sobre meu tema quando ainda não tinha me candidatado ao processo seletivo e por ter participado da minha banca de qualificação. Ao professor Renato Maluf, por ter me apresentado o CPDA quando fui sua orientanda de iniciação científica.

Agradeço à minha orientadora Elisa Guaraná de Castro pela parceria, confiança e acolhimento ao longo do mestrado. Foi um privilégio trabalhar com Elisa e aprender um tanto nesse percurso.

Às professoras Grazielle Dainese e Vanda Aparecida da Silva, agradeço por terem aceitado participar da banca. Fico feliz em contar com a avaliação de pesquisadoras competentes e que foram referências neste trabalho.

Agradeço muito ao Movimento de Mulheres Camponesas e às jovens que aceitaram com muita gentileza participarem da minha pesquisa. Foi um aprendizado enorme mergulhar na história e discussões desse movimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida por dois anos. Torço para que mais pesquisadores(as) tenham a oportunidade que eu tive de estudar com direito à bolsa e, acima de tudo, valorização de seus trabalhos.

Por fim, agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, minha velha amiga. Para sempre terei orgulho de ter me formado nessa universidade que me ensinou muito sobre a vida.

RESUMO

A sexualidade mostra-se como um tema periférico dentro dos estudos sobre juventude rural, que geralmente não levam em consideração a importância desta dimensão para as dinâmicas tanto individuais quanto coletivas. Diante disso, partindo da ideia de que a sexualidade abarca uma multiplicidade de vivências e que está intimamente ligada com os aspectos socioculturais, esta dissertação tem como objetivo analisar as experiências afetivo-sexuais vividas por jovens militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Utilizando as metodologias de análise documental e entrevista semiestruturada, investigamos como a sexualidade é trabalhada nos materiais informativos do MMC e como atravessam as vidas pessoais das jovens militantes, observando as convergências e as disputas que esses temas podem gerar. Além disso, foi possível comparar suas experiências com pesquisas anteriores que abordam os temas juventude rural e sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade; Juventude Rural; Movimento de Mulheres Camponesas.

ABSTRACT

Sexuality appears as a peripheral theme within studies on rural youth, which generally do not consider the importance of this dimension for both individual and collective dynamics. Given this, starting from the idea that sexuality encompasses a multiplicity of experiences and is closely linked with sociocultural aspects, this dissertation aims to analyze the affective-sexual experiences of young militants from the Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Using document analysis and semi-structured interview methodologies, we investigated how the MMC's informative materials present sexuality and how the personal lives of young militants are crossed by this theme, observing the convergences and disputes generated. In addition, it was possible to compare their experiences with previous research that addressed rural youth and sexuality.

Keywords: Sexuality; Rural Youth; Movimento de Mulheres Camponesas.

LISTA DE SIGLAS

AMUTRES – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
APROSUR – Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima
CAMUTRA – Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CLOC - Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
LB – Lésbicas e Bissexuais
LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Assexuais, Pansexuais, Não-binários
LVC – La Via Campesina
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
MMA/SP - Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR/BA - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR – NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MPMP – Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMA – Organização das Mulheres Agricultoras
OMR – Organização das Mulheres da Roça
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária
SUS – Sistema Único de Saúde
TB – Textos Brasileiros *sobre* o Rural

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A hierarquia do sexo: o círculo encantado vs. os limites exteriores (RUBIN, 2007, p. 160)

Figura 2: apresentação da cartilha Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas (MMC, s. d.)

Figura 3: Capa da cartilha Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação (MMC, 2007)

Figura 4: Capa da cartilha Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida (MMC, 2008)

Figura 5: Receita Elixir da Mulher (MMC, 2008)

Figura 6: capa da cartilha Gênero, sexualidade e os direitos das mulheres (MMC, 2008)

Figura 7: Folder 8 de março - dia de luta, resistência e enfrentamento das mulheres trabalhadoras (MMC, 2016)

Figura 8: capa do documento Feminismo Camponês e Popular (MMC, 2018)

Figura 9: Capa da cartilha Feminismo Camponês Popular na luta contra LGBTIfobia (MMC, 2020)

Figura 10: imagem que simboliza o casamento heterossexual representando o casamento das sementes (MMC, s. d., p. 42)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Contextualizando a pesquisa.....	14
Dos objetivos	18
Sobre os caminhos metodológicos.....	19
Trajectoria desta dissertação.....	20
CAPÍTULO 1.....	22
1.1 Caminhos percorridos até aqui	22
1.2 Caminhos para pensar sexualidade das jovens rurais	34
1.3 Ser jovem rural, ser jovem do movimento social: as diversas identidades que o jovem pode assumir	51
CAPÍTULO 2.....	58
2.1 O despertar das mulheres no campo como militantes	58
2.2 O surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas.....	60
2.3 Abrindo os caminhos para discutir sexualidade dentro do MMC	65
2.4 Sexualidade: uma questão coletiva.....	67
2.5 O tema da sexualidade nas cartilhas do MMC	68
CAPÍTULO 3.....	87
3.1 PERFIL DAS JOVENS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	87
3.2 – Conversando com as jovens do MMC	89
3.2.1 - Ser uma jovem militante, ser uma jovem camponesa	92
3.2.2 – O debate sobre sexualidade dentro do MMC pela visão das jovens..	97
3.2.3 – Percepções sobre sexualidade das jovens do MMC	99

CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXO 1 – Roteiro das entrevistas	133

INTRODUÇÃO

Contextualizando a pesquisa

Historicamente, foi na constituição de 1988 que o Brasil passou a reconhecer seu dever, juntamente com a família e a sociedade, enquanto ator central na garantia de direitos de crianças e adolescentes (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p. 31). A partir de então, podemos estabelecer como marco para os direitos desse grupo a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; e do Estatuto da Juventude, em 2013. Com o ECA, foi possível dar a crianças e adolescente o reconhecimento enquanto sujeitos de direitos na sociedade brasileira, prezando pela sua integridade e bem-estar, independente de classe social, raça, sexo, entre outros fatores (CASTRO; MACEDO, 2019, p. 1222). O Estatuto da Juventude veio para complementar o ECA, já que a população jovem compreende parte da população considerada adolescente; e para estabelecer o papel do(a) jovem enquanto sujeito de direitos e agente na construção de políticas (IBIDEM).

No tocante à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens, é possível encontrar em ambos os estatutos direitos que garantem o acesso ao referido grupo, porém o enfoque ainda é na sexualidade do adolescente/jovem enquanto um problema. Muitos dos itens dizem respeito a situações em que o indivíduo se encontra numa posição de vítima de violência, abuso e/ou exploração sexual. No Estatuto da Criança do Adolescente, encontramos apenas uma diretriz que estabelece a “disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis” (BRASIL, 2019, p. 165), mas a mesma só aparece no Título II, Capítulo V que dispõe sobre à saúde de adolescentes que estão em medida socioeducativa. No Estatuto da Juventude, uma das diretrizes relacionadas ao artigo 20 sobre direito à saúde e a qualidade de vida estabelece a “garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino” (BRASIL, 2013, p. 30). Ao ter conhecimento sobre tais diretrizes é possível questionar a forma como a sexualidade de adolescentes e jovens são compreendidas pelo governo brasileiro: a diretriz que garante o acesso à saúde sexual e reprodutiva para os jovens assistidos pelas medidas socioeducativas; e a que estabelece a inclusão do tema no mesmo texto que inclui outras práticas consideradas prejudiciais como o consumo de álcool e drogas lícitas e ilícitas, podem demonstrar uma visão da sexualidade enquanto problema social.

O enfoque nas diretrizes que preveem acolhimento e proteção de crianças, adolescentes e jovens que sofreram algum caso de violência, abuso e/ou exploração sexual é de

extrema importância tendo em vista o contexto de vulnerabilidade em que muitas se encontram, mas o que quero chamar a atenção aqui é para a necessidade de se garantir um acesso de qualidade para que adolescentes e jovens não busquem informação de fontes que não estão comprometidas com seu bem-estar. A sexualidade exercida entre os adolescentes e jovens é um fato, colocá-los apenas no papel de vítima não contribui para que a sexualidade seja praticada de forma saudável. Nesse sentido, o Estatuto da Juventude e o ECA demonstram ser “uma lei distante dos(as) adolescentes, com pouca aplicabilidade e reflexos distantes da realidade” (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p. 32)

Parto da ideia de Bourdieu de que a categoria juventude é uma construção social (2003, p. 152) e por isso, constrói-se constantemente a ideia de que a juventude representa uma passagem para a vida adulta, sendo inerente a esse grupo as indecisões e incertezas. Nesse contexto transitório, a sexualidade emerge como um dos elementos que marcam as experiências dos jovens que se encontram nessa fase, dessa forma, muitas vezes, o cenário que se coloca é que o/a jovem tem uma vida sexualmente ativa, o que leva a ser considerado enquanto adulto; mas ao mesmo tempo, está economicamente dependente de familiares ou responsáveis (ABROMOVAY et al., 2004, p. 69).

De acordo com Abromovay et al (2004), a sexualidade, muitas vezes, é compreendida enquanto um elemento que diz respeito a questões de caráter individual, porém as autoras destacam que a sexualidade está circunscrita sob os controles sociais e culturais. Nesse sentido:

A cultura delimita alguns percursos identitários para diferentes grupos. E o jovem, gregário por definição, encontra e constrói novos papéis por meio da socialização com seus pares, exercendo, pela sexualidade, uma forma preponderante de sociabilidade e de construção da identidade. A identidade se vai delineando e redefinindo em processos dialéticos em vários encontros com o outro, quando são confrontados valores, crenças, emoções (IBIDEM, p. 69)

A presente pesquisa se insere em um contexto em que pouco se avançou no debate sobre sexualidade, seja nos estudos sobre juventude rural, seja nos estudos de gênero e ruralidades. A ausência sobre o tema da sexualidade no contexto rural já foi atentada por autores como Fabiano Gontijo, que ao analisar os trabalhos publicados nos principais periódicos sobre estudos rurais e gênero, argumenta que a mulher camponesa é apresentada como “a mulher trabalhadora ou a mulher em sua vida familiar, porém, nunca a mulher sexualizada ou mesmo homossexual” (2015, p. 149).

A literatura aponta para um projeto de vida camponês influenciado pelo que os antropólogos Woortmann e Woortmann (1990, p. 13 apud LIMA, 2020, 167) chamam de

“valor-família”. Ou seja, para os autores a família é a peça central que estrutura o existir do camponês, afetando suas “escolhas amorosas, as hierarquias de gênero e geração, as formas de sucessão e herança da terra e o casamento” (LIMA, 2020, p. 167). Mas apesar disso, não quer dizer que não haja práticas que desafiem tal moralidade construída acerca do camponês, principalmente no que diz respeito à sexualidade. Ou seja, embora a sexualidade para as jovens mulheres rurais pareça ser um tema tratado nas entrelinhas, elas vivem seus relacionamentos mesmo com os mecanismos de controle impostos pela família. Ao longo desta dissertação, veremos trabalhos de outros pesquisadores que nos apresentam vivências diversas acerca da sexualidade da juventude rural: paquera, namoro, virgindade, casamento, maternidade, prostituição, e outros assuntos virão à tona para mostrar o quão diverso podem ser as experiências afetivo-sexuais das jovens rurais.

O Movimento de Mulheres Camponesas, nesta dissertação, é uma particularidade que enriquece a análise sobre a sexualidade das jovens camponesas. Até então, apenas o trabalho de Rosângela Vieira (2004) havia chegado mais próximo de analisar a sexualidade de jovens rurais que fazem parte de um movimento, no caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), porém, sua análise não abrange para a relação do movimento com o tema da sexualidade, que é o que veremos nos capítulos seguintes.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) começou sua mobilização nos primeiros anos da década de 80 – quando ainda se apresentava como Movimento das Mulheres Agricultoras – no estado de Santa Catarina. Suas primeiras pautas giravam em torno do reconhecimento do trabalho feminino na agricultura e dos direitos enquanto agricultoras (SALVARO et al, 2013). Com os anos, o MMA cresceu e passou a adotar o nome de Movimento de Mulheres Camponesas, tornando-se um movimento nacional que incorporou na luta, para além das pequenas agricultoras, também “a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas” (MMC-Brasil, 2005a apud SALVARO et al, 2013, p. 84).

Nas pesquisas que foram feitas para construir o presente projeto — principalmente na página oficial do MMC —, foi possível perceber que o movimento levanta discussões que vão além da luta por direitos à terra, à segurança alimentar e organização política: a trajetória do MMC também está marcada por uma abertura ao debate acerca da sexualidade, pois acreditam que tal pauta faz parte do projeto revolucionário do feminismo camponês popular (CUNHA e CRISTO, 2020). Além disso, há uma relevante participação das jovens no

Movimento de Mulheres Camponesas, por isso, vamos explorar o tema da sexualidade dentro do movimento e como este tema tem sido discutido a partir das jovens camponesas.

Esta dissertação tem raízes no meu trabalho de monografia que apresentei quando cursei a graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Na ocasião, pesquisei sobre a relação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com os países Brasil e Moçambique no combate do casamento precoce. Este tema do casamento precoce, em específico, me mobilizou muito na época quando me deparei com os dados de meninas que se encontravam em algum tipo de união, seja ela formal ou informal. Segundo o censo de 2010 (apud TAYLOR et al, 2015), o Brasil registrou o número de 1.315.607 meninas e jovens com menos de 19 anos que se encontravam em algum tipo de união (consensual, civil ou religiosa). Na época, poucas coisas haviam sido produzidas sobre o tema e eu, então, quis explorar mais sobre os casos de casamento precoce no mestrado.

Este era meu projeto inicial: estudar os casos de casamento precoce na área rural do Maranhão (uma das unidades federativas com mais casos no país). Porém, a pandemia de COVID-19, que teve início em março de 2020, mudou os rumos dessa pesquisa. E acho importante deixar registrado esse momento na escrita desta dissertação, porque penso que lidar com as frustrações também faz parte do processo. Foi então que a realidade impôs que o caminho da minha dissertação fosse recalculado. O novo percurso que escolhi seguir junto com minha orientadora foi ampliar minha pesquisa para estudar a sexualidade de jovens rurais de uma maneira geral.

Ao longo do mestrado, percebi que a pesquisa não é terapia – com certeza, na maioria das vezes foi assunto de muitas sessões da minha terapia -, mas ela pode ser um processo terapêutico no sentido de evidenciar elementos que estavam ali guardados: o processo de pesquisa mostrou não apenas sobre o meu objeto de estudo, mas sobre mim mesma. É como nos lembra Charles Wright Mills em *Sobre o artesanato intelectual* (2008): “o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar” (p. 22)

Ao longo do mestrado, mesmo que na maioria das vezes online, compartilhei momentos de troca com colegas de orientação. Muitos deles pesquisavam temas muito familiares, que estavam inseridos de uma maneira muito pessoal. Eu me sentia um pouco distante do meu objeto e das minhas interlocutoras porque não tenho essa vivência dos movimentos sociais e essa é a minha primeira pesquisa sobre sexualidade a partir de um olhar sociológico. Porém, a cada texto que eu lia, a cada entrevista que eu fazia, eu também me via em muitas histórias contadas acerca da sexualidade das jovens. Eu que nasci numa família que

vinha de um contexto interiorano, muitas vezes me vi em situações em que o controle da sexualidade era exercido mesmo que de forma sutil.

Como jovem mulher, eu sabia que a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferentemente, de forma reservada. A sexualidade — o sexo, como se dizia — parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga próxima. "Viver" plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada com um parceiro do sexo oposto (LOURO, 2000, n. p.)

Este trecho do livro *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (LOURO, 2000) explica muito do que eu pensava sobre sexualidade, isto é, como algo íntimo, confidencial e que expor suas vivências, seus desejos sexuais, ainda mais sendo uma mulher jovem, era algo quase que proibido. Apesar das concepções desconstruídas, ou que eu achava que estavam desconstruídas, fazer essa pesquisa, principalmente falar com jovens sobre (suas) sexualidades foi um grande desafio, por vezes, um momento constrangedor. Neste sentido, a dissertação que apresento a vocês é sobre a sexualidade de jovens camponesas do MMC, mas para mim, ela também vai ser sobre como a pesquisa não é feita sem costurar um pouco da gente nas linhas que escrevemos sobre o outro.

Dos objetivos

Muitos foram os objetivos desta presente dissertação, porém, ao longo da pesquisa, alguns foram ficando apenas no campo das ideias - quem sabe para serem retomados em um projeto futuro. Esta pesquisa começou no processo seletivo para o mestrado com a intenção de estudar os casos de casamento precoce na zona rural do Maranhão e, por fim, após todos os desvios necessários, o objetivo principal desta dissertação é analisar as experiências afetivo-sexuais de jovens mulheres pertencentes ao Movimento de Mulheres Camponesas.

Ao longo dos capítulos, vamos esmiuçar outros objetivos mais específicos, como:

1. Traçar um breve panorama dos estudos acadêmicos sobre a sexualidade de jovens mulheres no contexto rural;
2. Estabelecer pontos de contato teóricos a partir da bibliografia de base, à luz de conceitos relativos às questões da sexualidade e da afetividade;
3. Propor o conceito de “sexualidade negociada”;
4. Complementar as reflexões acerca da sexualidade e afetividade de jovens rurais a partir de marcadores raciais – de acordo com o trabalho de autoras como Maria Lugones

(2014), Lélia González (2020), Angela Davis (2016) e Verena Stolke (2006), entre outras – e da perspectiva deleuziana, trabalhada por Paulo Ferreira (2006);

5. Introduzir concisamente conceitos referentes aos estudos sobre o universo rural e urbano, identidade e movimentos sociais;

6. Postular a hipótese de que a participação em movimentos como o MMC pode formar identidades camponesas, ainda que estas não sejam ligadas à visão tradicional sobre a *campesinidade*;

7. Apresentar as raízes históricas e atual configuração do Movimento de Mulheres Camponesas;

8. Refletir sobre a ausência de debates mais centrais acerca da sexualidade dentro do MMC a partir de produções acadêmicas que têm o movimento como objeto de estudo;

9. Debater como as iniciativas do MMC têm o papel de conscientizar suas jovens integrantes sobre questões relativas à sexualidade;

10. Expor as formas como o tema da sexualidade é tratado dentro do MMC, seja através de discursos, seja por meio de documentos oficiais do movimento, como cartilhas;

11. Analisar as cartilhas do MMC que abordam a questão da sexualidade, direta ou indiretamente, à luz da bibliografia de base e dos conceitos trabalhados durante a pesquisa;

Sobre os caminhos metodológicos

Nesta dissertação produzimos uma pesquisa qualitativa onde optamos por três técnicas que se complementaram. Para a revisão bibliográfica, circunscrevemos os trabalhos sobre juventude rural e sexualidade nas principais plataformas de teses e dissertações, e artigos como Banco de Dissertações e Teses, Repositório CAPES e Scielo. Alguns textos também foram encontrados em referências bibliográficas de outras leituras que fiz ao longo desse processo. Lembro-me bem de quando ainda tinha a intenção de fazer uma pesquisa sobre casamento precoce e em uma conversa com a professora Maria José Carneiro, ela me apresentou a tese de Vanda Aparecida da Silva (2005), que vejo como meu ponto de partida para essa pesquisa. Nesse sentido, apesar do rigor metodológico em encontrar pesquisas que estão nos bancos de produções, alguns textos chegam até a gente por outros meios.

O segundo recurso se trata de uma análise documental dos materiais do Movimento de Mulheres Camponesas, no caso, as cartilhas produzidas e disponibilizadas na página oficial do movimento. A escolha deste método parte do objetivo de analisar como a sexualidade vem se costurando na trajetória do MMC através de seus documentos. Os materiais encontrados no site foram uma opção possível em meio ao contexto pandêmico, por isso, o número de

documentos foi mais limitado. Além das cartilhas que estão disponíveis na página do movimento, há também cartilhas que circulam nas bases em unidades federativas e/ou regiões e que não estão disponíveis de maneira virtual.

Como aponta Carlos Bacellar sobre as fontes documentais, “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (2008, p. 63). Nesse sentido, analisar as cartilhas do MMC em comparação com os trabalhos anteriores sobre sexualidade, e com as entrevistas feitas com as jovens do movimento – que entrarei em detalhes em seguida – nos possibilita compreender o que o movimento discutiu sobre sexualidade ao longo dos anos.

O terceiro método utilizado nessa pesquisa trata-se das entrevistas semiestruturadas. A princípio, com o avanço da pandemia e o adiamento do retorno de um contato com pessoas de uma forma mais segura, pensei que fazer entrevistas seria algo quase impossível. Porém, com as reformulações que fiz na pesquisa, a possibilidade de falar com jovens através de chamadas virtuais foi uma alternativa que deu certo em dois sentidos: primeiro porque consegui alcançar essas jovens de uma maneira simples, levando em conta todas as limitações do distanciamento social; e 2. contrariando todas as minhas expectativas sobre conversar acerca de um tema que, para mim, parecia delicado e sem um contato prévio com as jovens; consegui uma abertura muito genuína das minhas interlocutoras, o que resultou em falas fortes e emocionadas.

Maria Isaura Pereira de Queiroz conta que para alguns autores, embora a técnica do relato oral apresentasse limitações, ainda assim era um método “útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não-conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; servia, pois, para captar o não-explicito, quem sabe mesmo o indizível” (1987, p. 272). Por isso, a escolha de entrevistar as jovens do MMC foi fundamental para esta dissertação para que eu pudesse compreender elementos que não estavam nas cartilhas por exemplo, algo que somente a memória das vivências individuais e coletivas podem dar caminhos para possíveis respostas.

O processo de construção dessa pesquisa foi permeado pela memória da saudosa professora Eli de Fátima Napoleão de Lima que sempre nos dizia sobre a importância do cotejamento de fontes, nesse sentido, acredito que as três técnicas utilizadas aqui se confrontaram, se complementaram e, por fim, me auxiliaram a chegar naquilo que eu queria para esta pesquisa.

Trajetória desta dissertação

Partindo do nosso objetivo geral, a saber, analisar as vivências afetivo-sexuais das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas, trilhamos um caminho ao longo dessa pesquisa que têm a intenção de nos dar respostas para a construção desse objeto de estudo, além de nos instigar a fazer mais perguntas para que a pesquisa não se encerre nestas páginas.

Neste sentido, no primeiro capítulo, delimitamos o tema e os problemas a serem analisados à luz dos campos teóricos e apresentamos trabalhos de outras (os) pesquisadoras(es) do campo das Ciências Sociais, Psicologia, Educação, etc, para analisar o que já foi pesquisado sobre juventude rural e sexualidade. Para nos ajudar na reflexão sobre as vivências dos e das jovens apresentados nos trabalhos, utilizamos autores como Michael Foucault, Gayle Rubin, Judith Butler, Maria Lugones, Lélia González, Angela Davis, Verena Stolke e Paulo Ferreira, Além disso, introduzimos brevemente categorias como Ruralidade, Identidade e Movimentos Sociais, que vão nos dar suporte para compreender mais à frente as experiências das jovens desta dissertação.

No segundo capítulo, abordamos brevemente a trajetória das mulheres rurais nos movimentos sociais e apresentaremos a história do Movimento de Mulheres Camponesas. Detalhamos, através da pesquisa documental, como MMC tem pautado o tema da sexualidade em cartilhas disponibilizadas em sua página oficial.

No terceiro e último capítulo, nos debruçamos mais especificamente sobre as experiências afetivo-sexuais das jovens do MMC, a partir das informações coletadas através de entrevistas semiestruturadas feitas online. Em um primeiro momento, apresentamos as principais características dessas jovens, como idade, raça/cor, região em que vive, e demais marcadores. Apresentamos também como essas jovens começaram a militância no Movimento de Mulheres Camponesas. Depois, a partir dos relatos das jovens, vamos compreender de que maneiras elas têm vivido sua sexualidade e como sua participação influencia no debate sobre sexualidade dentro do movimento.

CAPÍTULO 1

Como já introduzido, esta pesquisa se insere em um contexto em que pouco se avançou no debate sobre juventude rural e sexualidade, principalmente dentro dos estudos de Ciências Sociais. A ausência sobre o tema da sexualidade no contexto rural já foi atentada por autores como Fabiano Gontijo (2015). Quando olhamos para a sexualidade das jovens rurais, faz-se importante olhar com atenção para a complexidade que suas experiências sexuais podem nos apontar.

Partindo disso, essa pesquisa pretende se somar nas discussões sobre juventude rural a partir da perspectiva da sexualidade. Embora temas correlatos perpassem as discussões trazidas aqui – como, por exemplo, gravidez, casamento, direitos sexuais e reprodutivos, sociabilidade, movimentos sociais; geração, entre outros – esses são os meus temas portosseguros que vão embasar e guiar as reflexões a serem feitas. Dessa forma, neste primeiro capítulo, vou me dedicar a apresentar uma reflexão sobre o que já foi produzido acerca dos temas em questão.

Vale ressaltar que este capítulo não trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática do tema. Os trabalhos que vieram antes do meu e que serão apresentados aqui foram encontrados em plataformas como repositório CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Em uma pesquisa com os termos *juventude rural* e *sexualidade*, foram encontradas nas duas plataformas, no total, 44 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos. Nem todos os trabalhos que apareceram como resultado contemplavam os objetivos deste trabalho, por isso, aqui apresentarei apenas aqueles que cumpriam com esses requisitos. Além disso, neste capítulo, não me restringi a utilizar apenas os trabalhos encontrados nas buscas: inseri na análise referências que encontrei nas minhas leituras para o desenvolvimento desse trabalho. A partir de então, eu optei por focar naqueles trabalhos que apresentavam elementos que convergiam com os objetivos da pesquisa, ou seja, estudos que traziam análises e reflexões sobre sexualidade a partir da vivência de jovens, principalmente de jovens mulheres rurais, levando em consideração sobretudo os aspectos socioculturais que permeiam suas vivências. Por isso, neste trabalho não foi possível dar conta de todos os estudos que já foram produzidos sobre o assunto. A seguir, apresentarei os estudos que pavimentaram meu caminho para pensar sobre a sexualidade de jovens rurais.

1.1 Caminhos percorridos até aqui

O tema da sexualidade dentro dos estudos rurais com foco na juventude rural ainda é pouco explorado pelas pesquisas acadêmicas, principalmente dentro das Ciências Sociais – no levantamento que realizei, por exemplo, percebi que muitos trabalhos se encontram na área da saúde, reforçando o que alguns pesquisadores (PASSAMANI, 2016; GONTIJO, 2015; VANCE, 1995) já refletiram acerca da íntima relação da sexualidade com questões biomédicas, se tornando um tema isolado dentro dos estudos rurais e das Ciências Sociais em geral. Martins (2021) indica que o crescimento dos estudos sobre jovens rurais no início dos anos 2000 abre espaço para consolidação do tema no campo dos estudos rurais, em um contexto de crescimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo. Nesse sentido, o autor identifica duas discussões nos estudos que se tornaram referências para o tema de juventude rural: “o primeiro, a oposição entre ‘projeto individual’ do jovem e ‘projeto familiar’; o segundo, a dicotomia campo e cidade, manifesta no binômio ‘ficar ou sair’” (MARTINS, 2021, p. 95). Nesse sentido, o tema da sexualidade e afetividade dos jovens rurais aparece atrelado a essas problemáticas que recebem mais destaque, tendo em vista as mudanças de projetos entre as gerações. A escassez de debate sobre sexualidade também é visível nos estudos sobre gênero e ruralidade, como constata o mapeamento de pesquisas sobre o tema feito por Maciazeki et al (2015).

As teses de Elisa Castro (2005) e de Valmir Stropasolas (2002) são exemplos de trabalhos que tocam na questão da sexualidade e afetividade da juventude rural a partir da problemática da permanência e dos projetos dos e das jovens diante do contexto em que vivem e dos planos de suas famílias. Em *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC* (2002), Stropasolas aborda a sexualidade dos jovens como uma questão atrelada aos princípios e projetos da família: ou seja, o casamento e a gravidez, antes de serem escolhas individuais dos jovens, são planos compartilhados em família pois tais acontecimentos, no contexto rural, envolvem também questões de direito à terra, trabalho e cuidado. Apesar disso, o autor destaca que o cenário de sua e de outras pesquisas apontavam para uma diminuição na taxa de fertilidade. Nesse sentido, a expectativa de famílias numerosas foi dando lugar a famílias com menos filhos e com destaque para a decisão das mulheres em relação à maternidade (STROPASOLAS, 2002, p. 211).

No que diz respeito ao casamento, Stropasolas percebe uma tendência de redefinição dos significados para os jovens de Ouro: o matrimônio aparece como um plano a ser concretizado quando estiverem com uma idade mais avançada. Além disso, para o autor, as mulheres têm questionado mais o papel submisso colocado à mulher agricultora. Sendo assim,

Num contexto social em que o casamento, tradicionalmente, assumia um papel fundamental na reprodução social do patrimônio familiar e na organização do processo de trabalho, buscar reproduzir pura e simplesmente aquele modelo típico de família, de pai, passa a ser questionado por parcela significativa de moças descontentes com o papel e o lugar a elas atribuído. Enfim, atualmente, na agricultura familiar, o sonho de receber um “sim” numa cerimônia matrimonial é precedido de muitas interrogações, levantadas sobretudo pelas moças “acostumadas” a receber um “não” na sua realidade cotidiana, como contrapartida do papel e do lugar que ocupam (ou que desejam conquistar) na família, na comunidade, na sociedade. (STROPASOLAS, 2002, p. 231)

Em *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural* (CASTRO, 2005), o tema da sexualidade é trazido pela autora a partir de suas reflexões sobre o controle exercido pelos pais no comportamento dos jovens, principalmente das jovens. O controle das relações afetivas e da sexualidade das jovens é um dos elementos mais marcantes dessa rede de vigilância que envolve não apenas a família, como também os demais moradores do assentamento rural pesquisado por Elisa Castro.

Mas ainda hoje uma das principais motivações do uso de mecanismos de controle dos pais é a regulação da relação entre rapazes e moças, com regulações que acionam desde a vigilância direta de irmãos e primos, até a total interdição. Os pais evitam que as filhas frequentem espaços onde não possam exercer controle ou que não existam redes de vigilância. O mecanismo dos “jovens” usados para contornar o que consideram um excesso de controle é o *namoro escondido*. No entanto, o *namoro escondido*, e a gravidez antes do casamento são recorrentes na área. E embora não tenha presenciado nenhum caso de casamento forçado, os “jovens”, principalmente as mulheres são muito vigiadas e como veremos, alguns pretendentes são rejeitados. O namoro já aparece como *proibido* nos relatos dos “jovens” sobre a época do acampamento e início do assentamento, o que não impediu a prática constante da *paquera* e do namoro entre eles. Sempre *escondido*, o namoro só se torna público quando fica *sério* [...]. (CASTRO, 2005, p. 294)

Castro constata que embora haja esse controle sobre os jovens, principalmente no que diz respeito às relações afetivas das jovens, os casos de gravidez e casamento precoces¹ não são raros. Nesse sentido, de acordo com a autora, tais acontecimentos podem significar para as jovens “formas de se libertar da autoridade paterna” (2005, p. 303). Além disso, a autora também observou que os espaços religiosos frequentados pelos jovens do assentamento eram considerados como lugares onde a vigilância era mais flexível e, por isso, podiam se sentir mais livres para namorar/paquerar.

¹ Casamento precoce, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, o se refere à união que envolve pelo menos um cônjuge menor de idade e é compreendido pelos marcos nacionais e internacionais como uma violação dos direitos humanos (TAYLOR et al, 2015). Mais à frente nesta dissertação retomaremos o assunto.

Os trabalhos apresentados anteriormente são referências nos estudos sobre juventude rural e nos dão pistas para pensar a sexualidade a partir de outras questões que também estão imbricadas na vivência da jovem. No mesmo período, começo dos anos 2000, identificamos pesquisas que têm como foco central a compreensão da sexualidade da juventude rural. E é sobre eles que trataremos nos parágrafos a seguir.

Vanda Aparecida da Silva (2004), em *Menina Carregando Menino...: Sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale de Jequitinhonha (MG)*, faz esse esforço de refletir sobre a juventude rural para além de uma extensão dos planos dos pais que vivem na dinâmica do campo. Nessa tese, ela se preocupa em estudar os/as jovens que convivem entre o rural e o urbano, de modo que seus valores são constantemente colocados em tensão por conta da “permeabilidade entre eles e as ambiguidades presentes no cotidiano em que estão inseridos [...]” (SILVA, 2005, p. 15). Dessa forma, Silva se ampara nesse contexto de vivências para compreender como a sexualidade e a família são mobilizadas a partir desses novos elementos adicionados ao cotidiano de quem vive no meio rural ou “rurbano” (CARNEIRO, 1998 apud SILVA, 2005, p. 15). Seu foco nesse estudo é olhar como o gênero pauta as experiências de mulheres e homens nesse contexto em específico.

A etnografia empreendida pela pesquisadora na comunidade de Rosário das Almas aponta alguns elementos dessa juventude que está constantemente se movendo entre o rural e o urbano, geográfica e socialmente. Dessa forma, aparecem em suas análises questões como o casamento — ou o “amigamento”, termo utilizado pelos entrevistados da pesquisa de Vanda Silva em referência às uniões que não são formalizadas nem no cartório, nem na igreja; na comunidade onde é feita a pesquisa, o elemento que categoriza um casal enquanto “amigados” é a coabitação. Ainda sobre as uniões, a autora constata que o casamento pode significar um projeto de vida para muitas jovens, sendo muitas vezes associado a um tipo de trabalho.

Outro elemento trazido por Silva, e que muitas vezes está atrelado ao anterior, é a gravidez. Para os jovens de Rosário das Almas, a maternidade/paternidade está associada à passagem para a vida adulta, não necessariamente significando “uma vida de estigma e solidão” (SILVA, 2005, p. 115).

Como é possível perceber através das reflexões de Silva, as relações afetivo-amorosas vividas pelos jovens de Rosário das Almas são extremamente complexas. O ato de *ficar*² é percebido como uma prática comum das gerações mais novas e que marca um

² O termo *ficar* não aparece apenas na pesquisa de Silva (2005) como também nas demais referenciadas neste presente trabalho. Segundo Justo (2005, p. 71 apud BELUSSO, 2016, p. 68), o *ficar* é uma característica cultural

descomprometimento com relações mais formais (SILVA, 2005). A pesquisadora chama a atenção para como essa prática é acompanhada de tensões marcadas principalmente pelo gênero, uma vez que, na maioria das vezes, o *ficar* para as jovens significa um maior “constrangimento quanto à decisão no controle dos cuidados com seu corpo” (2005, p. 207); enquanto que para os jovens, é o espaço para performar uma virilidade masculina. Além disso, as experiências relacionadas às sexualidades dos jovens da comunidade são permeadas por outros elementos trazidos pela autora como a família; a fofoca; e a utilização de ervas e feitiços para o amor e para questões de saúde reprodutiva (gravidez de risco, aborto e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis).

Silva considera que em se tratando da sexualidade dos jovens de Rosário das Almas, os valores da “campesinidade” (WOORTMAN, 1990 apud SILVA, 2005, p. 278) são fatores que afetam suas experiências. Nesse sentido, a identidade do jovem não pode ser compreendida enquanto fixa, uma vez que, segundo a autora, elas são moldadas de acordo com o espaço e com quem se está relacionando. Além disso, é possível perceber que a vivência sexual dos e das jovens da pesquisa de Silva é marcada por diferenças de gênero (homens X mulheres); de localidade (rural X urbano); e de geração (jovens X adultos).

Na dissertação de mestrado *Juventude e Sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*, Rosângela Steffen Vieira tem o objetivo de refletir sobre a sexualidade de jovens militantes do MST em acampamentos na região sul do Brasil, buscando compreender como “a grande homogeneidade do grupo em torno da militância política, o ambiente rural e o intenso contato com outras experiências culturais interferem nas concepções sobre juventude e sexualidade” (2004, p. 25).

Neste trabalho, as reflexões da autora são guiadas pela perspectiva de gênero, isto é, as análises comparam as desigualdades nas vivências afetivo-sexuais entre jovens homens e mulheres. Dessa forma, Vieira traz em seu estudo as diferenças que marcam as experiências femininas e masculinas em determinadas práticas. Por exemplo, ao falar sobre a iniciação sexual de tais jovens, seja no namoro ou no *ficar*, ela ressalta que na maioria das vezes, o medo está muito presente nas primeiras relações sexuais de jovens mulheres, enquanto que para os homens, suas experiências sexuais são motivos de comemoração.

Entre os homens, a primeira relação parece configurar-se como um marco de afirmação da sua masculinidade, pois, enquanto os relatos das informantes jovens mulheres

da juventude contemporânea, que, embora designe um tipo de relacionamento também presente em outras faixas etárias, consagrou-se como um relacionamento próprio dos jovens”

pareciam mais com envergonhadas confissões, os relatos dos jovens homens eram nitidamente mais orgulhosos. (VIEIRA, 2004, p. 71)

Outro ponto destacado pela autora é o controle da sexualidade dos jovens exercido pela família – no contexto dos assentamentos do MST, Vieira constatou que essa tarefa cabe principalmente às mães – e pelas amizades. Enquanto o controle da família é maior no sentido de limitar e proteger os jovens, principalmente as jovens mulheres; o controle dos pares se dá nas trocas e conversas sobre as experiências, principalmente no caso dos jovens homens em que “o falar de si, falar do outro, considerar a opinião dos outros sobre si, reagir (ou se sujeitar) às opiniões alheias, etc., constituem o processo de identificação do grupo e de afirmação da masculinidade frente aos pares” (VIEIRA, 2004, p. 77)

Os(as) jovens ouvidos na pesquisa de Rosângela Vieira parecem manter uma relação distante – por vergonha ou falta de acesso ou informações corretas - quando o assunto é saúde sexual e reprodutiva: questões como consultas ao ginecologista, informações sobre infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, etc. são exceção nas falas dos(das) jovens homens e mulheres.

Outro trabalho que queremos trazer para a reflexão é a tese de Fernanda Nascimento-Gomes, intitulada *Juventude, sexualidade e relações afetivo-sexuais: Uma análise interseccional de jovens rurais e urbanos/as* (2016). Nesse estudo, a autora objetiva analisar a sexualidade dos(das) jovens a partir de uma perspectiva interseccional, compreendendo os elementos que afastam e aproximam as vivências de jovens moradores das áreas rurais e urbanas. Nesse sentido, a autora utiliza como lente os marcadores de classe, raça e gênero para compreender as experiências afetivo-sexuais dos(das) jovens de sua pesquisa.

No capítulo destinado às reflexões sobre a sexualidade da juventude rural, Nascimento-Gomes percorre um caminho parecido ao que as autoras aqui citadas percorreram em seus trabalhos, isto é, compreendendo a vida afetivo-sexual de jovens rurais como uma experiência marcada pelas desigualdades de gênero; pelas tensões entre os(as) jovens e sua família/pessoas mais velhas; e pelo controle da comunidade sobretudo dos corpos das jovens.

Em síntese, as interseções no rural ocorrem a partir dos marcadores sociais de gênero, que marcam as assimetrias, posicionam as mulheres em um lugar de submissão e diferenciam a honra, que, para as mulheres, é sustentada pela sexualidade, enquanto, para os homens, é pelo trabalho. Além do marcador de gênero outra interseção é com a hierarquia familiar que posiciona o/a jovem em um lugar de submissão, ao pai, a mãe e aos mais velhos, compreendendo a família enquanto *valor-família*. A localidade entre *sítio* e *rua* também produz diferentes modos de subjetivação dos/as jovens (NASCIMENTO-GOMES, 2016, p. 157)

É interessante notar também que embora algumas experiências acerca da sexualidade de jovens rurais no trabalho de Nascimento-Gomes sejam parecidas com aquelas expostas nos diferentes trabalhos que trouxemos aqui, o fato de ser um estudo mais recente permite que a autora traga novos elementos que estão presentes nessas relações, como é o caso da internet. Ainda que na ocasião de sua pesquisa, o acesso à internet não fosse algo amplamente difundido, às vezes ficando restrito ao espaço escolar; os(as) jovens e a comunidade se utilizam das redes sociais como espaço para controle da sexualidade de outras pessoas por meio da fofoca; bem como para troca de mensagens entre os(as) jovens que estão ficando ou namorando.

Outro ponto que gostaria de ressaltar é que a autora, diferente das demais aqui citadas, apresenta uma discussão sobre o marcador racial como elemento para compreender a sexualidade da juventude. Porém, ela aborda essa questão apenas quando fala sobre a vivência dos(das) jovens moradores da área urbana, pois compreende que no contexto da área rural em que fez sua pesquisa, havia “maior homogeneidade de classe e raça, o que dilui os estigmas, mas não significa dizer que eles não existam” (2016, p. 67).

As reflexões de Andréia Belusso na dissertação *Sexualidade e Campesinidade: Percepções e vivências de jovens em escola do campo no sudoeste do Paraná* (2019) mostram como alguns comportamentos e opiniões permanecem semelhantes se compararmos com os estudos mais antigos que trouxemos nas linhas anteriores. Por exemplo, o maior controle da sexualidade das jovens mulheres em comparação aos jovens homens continua sendo uma questão que marca as experiências sexuais dessa juventude e reforça as desigualdades de gênero. Assim como nas outras pesquisas, o *ficar* entre os(as) jovens aparece como uma prática comum e que pode manifestar vários significados, desde um flerte até uma relação sexual casual. Dessa forma, a falta de um compromisso mais formal entre os(as) jovens envolvidos(as) na *ficada* poderia abrir margem para a oportunidade de se relacionar com outras pessoas, nesse sentido, abre-se espaço para que os julgamentos caiam com mais impacto para as jovens.

Ao mesmo tempo, a autora apresenta outras vivências a partir das narrativas dos(as) jovens, como quando um jovem declara ser bissexual e estar em um relacionamento aberto. Enquanto na pesquisa de Vieira (2004), a questão da homossexualidade é ainda vista pelos(as) jovens como um tabu no ambiente rural, sendo associada a experiências vividas no espaço urbano; o caso apresentado por Belusso e outros tantos invisibilizados quebram a lógica de um modelo de relações monogâmicas e heteronormativas (BELUSSO, 2019).

Para além dessas teses e dissertações, identificamos também alguns trabalhos produzidos em formato de artigo publicados em periódicos científicos e em livros temáticos.

Maria de Assunção Lima de Paulo, a partir de sua pesquisa sobre a construção da identidade dos jovens rurais de Orobó – Pernambuco em relação ao meio urbano, percebeu que a sexualidade era um dos principais elementos de tensão que marcava essa identidade de jovem rural em comparação ao jovem urbano. Isso porque principalmente as jovens que vivem no espaço rural são vistas como mais reservadas em relação às jovens da cidade, que eram consideradas mais soltas em suas relações afetivo-sexuais.

[...] ser matuta e direitinha naquele contexto é ser diferente de alegre, ou de “avuada”, é pertencer a um mundo em que sua posição será definida pelo seu comportamento em relação ao sexo oposto, o que também a separa da moça urbana. A identidade de direitinha, ao mesmo tempo em que identifica a moça “melhor”, também a identifica como moça rural em oposição ao urbano. (PAULO, 2010, p. 349)

Ficar, namorar e ter relações sexuais são experiências também compartilhadas entre os(as) jovens de Orobó, mas a autora ressalta que tais práticas têm significados diferentes para os(as) jovens rurais quando comparados aos jovens urbanos. Principalmente porque as relações no contexto rural são marcadas por uma moralidade que condiciona as experiências afetivo-sexuais, principalmente das jovens, a um comportamento que seja considerado adequado ao papel da mulher. Apesar dessa moralidade, Paulo destaca uma tensão entre o que é pregado no discurso e o que é praticado:

apesar de haver esse ideal de comportamento por parte das moças e rapazes rurais, muitas delas também “ficam” muito, permitem carícias mais íntimas e mantêm inclusive relações sexuais com seus namorados ou até mesmo com rapazes com quem apenas “ficam”. (2010, p. 359)

Rosineide Cordeiro e Marion Quadros (2010) refletem sobre as consequências sofridas pelas jovens agricultoras que vivenciam sua sexualidade ativamente e que se tornaram mães. Tais consequências dizem respeito ao não acesso ao salário-maternidade. A grande questão trabalhada nesse texto é sobre as jovens mães com menos de 16 anos – idade em que a mulher pode receber o salário-maternidade – que cumprem com todos os critérios estabelecidos³ pelo governo, mas por apenas fugirem do critério idade, não estão permitidas a receber o auxílio.

³ Para o recebimento do salário-maternidade é necessário que a mulher apresente “documentos que comprovem o trabalho na agricultura. São documentos pessoais e documentos que atestem o exercício de atividades agropecuárias de forma individual ou em regime de produção familiar. Além disso, a agricultora para usufruir do

As autoras nos explicam que o salário-maternidade, além de outros direitos, foi uma conquista após longo período de luta e incidência dos movimentos sociais de mulheres do campo. Embora reconheçam o papel importante das militantes, Cordeiro e Quadros chamam a atenção para a falta de debate sobre a diminuição do critério idade para o recebimento do salário-maternidade dentro dos movimentos e sindicatos rurais. Além disso, observam que não há um consenso de opiniões a favor ou contra a pauta de diminuição da idade para o recebimento do auxílio: uma parte acredita que o acesso ao direito por menores de 16 anos pode influenciar no aumento de jovens grávidas; outra parte parece não ter um posicionamento sólido pois reconhece a realidade da vida rural, onde o trabalho infantil, a maternidade e o casamento precoces são comuns, mas ao mesmo tempo se amparam à ilegalidade da situação; e uma terceira via se posiciona a favor do acesso ao salário-maternidade pelas jovens mais novas (CORDEIRO e QUADROS, 2010)

Além das questões morais de ser mãe muito jovem, os impasses são causados também pelos paradoxos entre realidade e legislação. Para as autoras, há algumas incongruências como no caso da Constituição Federal que permite o trabalho para jovens acima dos 14 anos (em condição de aprendiz) e, nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura os direitos trabalhistas e previdenciários a esses trabalhadores (2010, p. 401). Para as autoras:

As jovens mães agricultoras são penalizadas de duas formas: as que têm 14 anos não são consideradas aprendizes, mesmo quando trabalham nessa condição; segunda: ter 16 anos completos não é condição suficiente para ter acesso ao benefício. É preciso adicionar o tempo de carência de 10 meses, ou seja, a concessão do salário-maternidade de fato é para quem tem mais de 16 anos e 10 meses. (IBIDEM, p. 401-402)

No contexto da pesquisa de Cordeiro e Quadros, reforça-se a ideia também vista nos estudos anteriores de que a gravidez representa uma passagem para a vida adulta, dessa forma a gestação não foi encarada com tristeza nem pelas jovens, nem por seus respectivos companheiros e famílias (2010, p. 407). Assim, relatam as autoras, todas elas buscaram garantir seu direito de acesso ao salário-maternidade, porém não conseguiram por conta da idade, pois não haviam completado o mínimo de 16 anos. As dificuldades para acessar o direito ao salário-maternidade não são enfrentadas apenas pelas jovens, as autoras percebem que essas barreiras

benefício, tem que comprovar que trabalhou na agricultura por no mínimo 10 (dez) meses antes do parto. (CORDEIRO e QUADROS, 2010, p. 399)

se estendem para as mulheres em geral, impondo obstáculos burocráticos e distanciando as agricultoras aos seus direitos:

Parece que há um ambiente pouco acolhedor, hostil e que causa medo às mulheres. Elas sentem que alguns funcionários fazem perguntas à procura de alguma incoerência ou contradição entre o que foi apresentado nos documentos e a entrevista. Além disso, geralmente, os(as) agricultores(as) não conseguem ter o domínio das exigências legais para ter acesso à Previdência (IBIDEM, p. 409)

Em um outro artigo intitulado *Mulheres jovens, sexualidade e redes de convivência em uma comunidade rural de Caruaru/PE: circuitos (des)integrados?* (2012), Marion Quadros, juntamente com Karla Galvão, Ana Marta Teodósio e Maria Júlia de Melo, analisa as vivências afetivo-sexuais e escolhas reprodutivas de jovens rurais de Pernambuco a partir da relação das jovens com a família, a escola, o posto de saúde e a igreja.

Neste estudo, as pesquisadoras perceberam que as trajetórias afetivo-sexuais das jovens participantes da pesquisa eram marcadas pela “grande valorização da virgindade e a experiência do ficar como uma passagem para o namoro” (QUADROS et al, 2012, p. 146), além do controle da família

Utilizando a noção de circuitos integrados de Donna Haraway, as autoras percebem que tais atores sociais, no contexto estudado da pesquisa, operam como limitadores da sexualidade das jovens rurais, contribuindo para a estigmatização e controle de seus comportamentos e escolhas. Família, escola, posto de saúde e igreja não oferecem acolhimento para as vivências afetivo-sexuais das jovens, dessa forma

Embora existam regulamentações e leis no sentido de garantir o direito a cuidados de atenção à saúde e à educação nos espaços privados e públicos, os mesmos ainda perpetuam uma lógica que nega a existência de desejo e sexualidade de mulheres solteiras, sobretudo das jovens. A elas é tolhido o direito de falar sobre sexualidade em casa, na escola, na rua, com profissionais de saúde e até mesmo com seus companheiros. (QUADROS et al, 2012, p. 154)

Por outro lado, as autoras também percebem que as jovens estão sempre em busca de informações e estratégias para escapar dessas restrições morais impostas sobre suas vivências sexuais, ainda que a vigilância seja constante.

Em *Juventude, sexualidade e saúde no universo rural: um olhar antropológico* (2014) é abordado o contexto das vivências sexuais de jovens mulheres na região do pantanal do Mato Grosso do Sul. Mariel Fernandes e Sueli Castro destacam a dificuldade de tratar desse tema com jovens solteiras por conta da moralidade que paira sobre o assunto. Por isso, a

pesquisa foi feita com jovens que já iniciaram sua vida sexual, ou seja, jovens grávidas, mães e/ou casadas.

Fernandes e Castro constataam uma dinâmica similar aos casos vistos nos textos anteriores: a vivência da sexualidade pelas jovens é sempre colocada em cheque pelos valores morais da sociedade. Nesse sentido, a jovem mulher, quando solteira, precisa manter suas relações longe da vigilância dos familiares e da comunidade. É comum a visão de que, ao engravidar ou ter sua vida sexual descoberta, o casamento seja a salvação da jovem, pois, senão, estará “perdida”, como coloca uma interlocutora do trabalho das autoras.

Todas as jovens que se encontravam casadas, disseram que o matrimônio foi através da fuga. Esta, opera uma dinâmica peculiar no contexto rural, pois, “equivale a transpor a etapa da juventude para a fase adulta e para a autonomia de ambos os jovens, os quais passarão a pertencer a outro nível hierárquico na escala familiar” (CASTRO e FERNANDES, 2014, p. 234).

Em relação à saúde sexual, a pesquisa constata que o uso de métodos contraceptivos não tem ampla aderência entre as jovens entrevistadas. Segundo as autoras, esse cenário corrobora com a ideia de que as jovens não buscam evitar a gravidez porque “tem como principal alvo a realização da aliança, ou seja, do casamento” (IBIDEM, p. 237). Na perspectiva das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), os métodos contraceptivos também não são recorridos, pois, as jovens enxergam como “doenças da rua”, associada ao envolvimento de homens com profissionais do sexo (IBIDEM).

No contexto do Pantanal, Fernandes e Castro constataam que a vivência afetivo-sexual e o acesso à saúde sexual pelas jovens estão pautados pelas mudanças ocasionadas pela cheia e seca do rio. Por exemplo, este evento orienta as festas das comunidades – um dos principais locais onde as jovens vão se relacionar com outros rapazes –, que só são possíveis no período da seca; ou então a impossibilidade de acessar um serviço médico em outra localidade, fazendo com que as jovens busquem por alternativas nos remédios caseiros e na “benzeção”.

Outro trabalho interessante para refletir sobre as múltiplas expressões da sexualidade de jovens rurais é o artigo de Silvana Nascimento e Loreley Garcia, *Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais* (2015). Este estudo mostra a jovem rural a partir de uma outra perspectiva que se difere das apresentadas nos trabalhos anteriores. Compreendo que não é uma questão de colocar a jovem em uma das extremidades ingênua, recatada/não ingênua, namoradeira; como se ela pudesse apresentar apenas uma dessas identidades fixas em relação à expressão de sua sexualidade, mas o que

quero chamar a atenção aqui é que o artigo de Nascimento e Garcia nos apresenta a jovem rural de uma forma que ainda não havia sido explorada, ou seja, na condição de jovens prostitutas.

Nota-se uma relação imediatista entre urbanização e prostituição, como se o meio rural fosse um paraíso para as “boas famílias”, seio de uma tradição e de uma moralidade que não abre espaço para práticas sexuais cuja finalidade sejam as trocas econômicas e comerciais. Nesse modelo, o universo do campo estaria à margem das mudanças sociais, especialmente no que se refere à desestabilização dos lugares de gênero e do sexo não convencional (NASCIMENTO e GARCIA, 2015, p. 386)

E por fim, em *Juventude rural e vivências da sexualidade* (2019), temos um estudo sobre jovens rurais que estão no ensino médio e na universidade e suas percepções sobre sexualidade. Para José Maria Izquierdo, Maria de Assunção Lima de Paulo e Valdonilson dos Santos constatam que as vivências afetivo-sexuais desses jovens são marcadas pelas desigualdades de gênero, ou seja, homens desfrutam de uma liberdade sexual, enquanto para as mulheres o sexo é algo moralmente permitido só após o casamento: “A vivência da sexualidade imprime sobre o corpo do rapaz a marca da masculinidade, no corpo da ‘moça’, a marca da transgressão” (IZQUIERDO et al., 2019, p. 1269).

Foi constatado pelos autores também que os(as) jovens entrevistados(as) demonstraram em suas falas uma certa mudança em comparação com as gerações anteriores em relação à aceitação da sexualidade, principalmente no que diz respeito à vida sexual das jovens mulheres.

Atualmente, o prazer sexual feminino, antes silenciado e considerado inapropriado, passou a ser visto como necessário para a preservação da relação entre um casal institucionalmente aceito. Na opinião dos jovens rurais de Orobó, marido e esposa devem compartilhar desejos e a relação sexual deve, ao menos no discurso, ser permitida e desejada pelos dois. Assim, o orgasmo tornou-se um fato conhecido para as novas gerações, mas algo estranho (impronunciável) às gerações anteriores, como a das mães (IZQUIERDO et al, 2019, 1275)

Ainda assim, no caso das jovens mulheres, os autores percebem que ao mesmo tempo que elas têm consciência sobre a sexualidade e sobre as formas de vivenciá-la, elas também se colocam numa posição de distância por conta das crenças enraizadas no âmbito familiar e comunitário, que buscam reforçar a ideia de que o sexo não deve ser praticado antes do casamento.

A partir das histórias de vida apresentadas, os autores demonstram que as jovens vivem um contexto em que se veem numa situação de liberdade restrita, muitas vezes sendo vítimas de algum tipo violência e, dessa forma, encontram na prostituição a saída para uma vida

onde elas podem exercer sua agência tanto econômica quanto sexual, ainda que a vivência enquanto prostituta também traga seus percalços.

Tais trabalhos nos mostram a multiplicidade de vivências sexuais e nos dão suporte para refletir as questões que atravessam o objeto da presente pesquisa. Podemos perceber que a sexualidade dos e das jovens rurais passam por questões como controle, saúde, acesso à direitos, violência, geração, etc. Apesar disto, as experiências que fogem do padrão heteronormativo não são vistas nos trabalhos em questão. Portanto, no tópico a seguir gostaria de contribuir com algumas reflexões construídas ao longo da análise desses estudos.

1.2 Caminhos para pensar sexualidade das jovens rurais

Ao propor que a pesquisa seja guiada pela sexualidade das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas, acredito que seja importante ressaltar que estas categorias podem apontar para vários caminhos a depender de com quem estamos falando, em que espaços estamos discutindo tal assunto. Nos trabalhos expostos anteriormente, é possível observar através da narrativa dos entrevistados e da análise dos autores que as experiências afetivo-sexuais podem se apresentar de diversas maneiras. Outra situação que corroborou com essa ideia surgiu na ocasião da minha primeira conversa com uma das dirigentes do Movimento de Mulheres Camponesas para falar sobre meu projeto de pesquisa e compreender se seria possível seguir adiante com os meus planos. Ao falar sobre minha intenção de estudar a sexualidade das jovens do movimento, minha interlocutora logo comentou comigo que dentro do movimento existe um coletivo LGBTI+⁴ e que eu poderia conversar com as militantes que participam de tal coletivo para realizar minha pesquisa. Diante disso, o que pude perceber é que a dirigente logo pareceu compreender que o meu interesse pela sexualidade das jovens do MMC estava associado à questão da diversidade sexual do movimento e das relações homoafetivas dessas jovens. É nesse sentido, então, que não pretendo delimitar o que é sexualidade tendo em vista que minha intenção é abordar o tema a partir das experiências de minhas interlocutoras, a saber, jovens mulheres que atuam no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); sendo assim, a sexualidade pode se apresentar de diversas formas para cada uma ou para o movimento, porque a sexualidade é uma categoria ampla e que abarca múltiplas questões para além da “procriação e do ato sexual”, como nos afirma Guilherme Passamani a partir dos estudos de Bozon (2016,

⁴ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Travestis, Interssexuais e mais. Hoje em dia a sigla está mais extensa, LGBTQIAPN+, incluindo as categorias Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias. Porém, nesta dissertação, o(a) leitor(a) verá que a sigla vai aparecer de outras formas, isso porque vou deixar a sigla conforme os documentos e meus interlocutores utilizarem.

p. 127). Nesse sentido, Abromovay et al. (2004) atentam para a amplitude de significados que a sexualidade pode abarcar:

A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve, gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura (p. 29)

Vale ressaltar que o campo da sexualidade é permeado por disputas e teorias diferentes⁵: uma dessas perspectivas é a que identifica a sexualidade enquanto uma construção social, denominada de construtivismo social. De acordo com Heilborn e Brandão (1999, p. 3):

Portanto, os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco e de gênero, as classificações etárias, a estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza, etc.

Nesse espectro construtivista acerca da sexualidade, as reflexões mais conhecidas na área são as de Michel Foucault⁶, principalmente em *História da Sexualidade*⁷ (1988). No primeiro livro da sua obra, o filósofo questiona a ideia de que ao longo do século XVII a sexualidade, dentro do contexto ocidental, tornou-se um tópico reprimido e censurado. Embora Foucault acredite que isso realmente tenha acontecido, o autor quer demonstrar que havia outras intenções por trás desse silenciamento e que tinha a ver com a intenção de dominar a sexualidade através do seu pleno conhecimento, isto é, “todos esses elementos negativos [...] são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso” (1988, não paginado).

⁵ Além do construtivismo social, outra vertente é o essencialismo. Esta compreende que a sexualidade se manifesta através de comportamentos associados à natureza do corpo, enquanto necessidades fisiológicas ou psíquicas (HEILBORN; BRANDÃO, 1999)

⁶ Como nos chama atenção Carole Vance (1995, p. 12 - 15), o trabalho de Foucault não é o primeiro a abordar a questão da sexualidade dentro da perspectiva da construção social. A autora menciona outros estudos de outros pesquisadores que não tiveram tanto prestígio quanto o de Foucault. Entre eles estão teóricos que trouxeram uma abordagem da sexualidade a partir das experiências homossexuais: Mary McIntosh (1968), Jeffrey Weeks (1977), Jonathan Katz (1976), Gilbert Herdt (1981, 1984, 1987).

⁷ A obra *História da Sexualidade* está dividida em três partes: I. A vontade de saber; II. O uso dos prazeres; III. O cuidado de si

A regulação da sexualidade se dava através do que era considerado enquanto normal e anormal dentro das práticas. Era através do falar e do ouvir, do constante conhecimento sobre as práticas sexuais das pessoas que o controle era exercido, por isso que para Foucault não se falou menos sobre sexualidade na era vitoriana, a sexualidade estava constantemente presente nos discursos e quanto mais se falava, mais se propagava um modo de regular e de divulgar o que se considerava como uma vivência sadia da sexualidade.

Para o filósofo, três instituições foram elementares na regulação da sexualidade através do discurso: “o direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil” (1988, não paginado). Eram essas três que ditavam as regras, focando principalmente na vigilância dos atos sexuais no contexto do casamento. Mas para além do interesse em saber o que estava sendo praticado pelos casais, outros grupos eram alvo dessa vigilância, como por exemplo, os estudantes.

o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII — e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral — um problema público. [...] Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo (FOUCAULT, 1988, não paginado)

Ou seja, o discurso sobre a sexualidade considerada normal se capilarizava nos espaços sociais onde havia maior possibilidade de regular tais práticas. Embora Foucault esteja falando sobre a sexualidade no século XVII, e em certa medida ele acredite que com o passar do tempo “os mecanismos da repressão teriam começado a afrouxar” (1988, não paginado), ainda é possível enxergar resquícios dessa normatização da sexualidade, principalmente em relação aos jovens e adolescentes, pois há a compreensão sobre os “direitos sexuais como sinônimo de combate ao abuso, exploração e violência sexual, algo a ser erradicado do universo infanto-juvenil, ficando a dimensão do prazer, do direito, das trocas subjetivas e negociações de fora” (CARVALHO et al, 2012, p. 74 apud NASCIMENTO-GOMES, 2016, p. 87). É dessa forma que, como Foucault explica, o poder opera sobre a sexualidade, não de modo a proibir as práticas sexuais, mas de ter por perto o corpo sexual, de vigiá-lo, de conhecê-lo, de patologizar o prazer. Por isso, a sexualidade na juventude é vista enquanto um problema social (NASCIMENTO-GOMES, 2016).

Na pesquisa de Andreia Belusso, a pesquisadora observa que na escola onde realiza seu campo de trabalho o tema da sexualidade ainda é abordado de forma a orientar apenas sobre assuntos como “métodos contraceptivos, gravidez não planejada e as IST (infecções sexualmente transmissíveis)” (2019, p. 75). Ou seja, para Belusso, a escola passava uma ideia sobre a sexualidade de maneira restritiva, como foco em ensinar aquilo que deveria ser proibido;

além disso, os funcionários do colégio alimentavam uma ideia negativa acerca das relações afetivas entre os(as) jovens, compreendendo que jovens não poderiam namorar/*ficar*, principalmente em relação aos jovens mais novos e às meninas. Sobre esse conservadorismo no ensino da sexualidade nas escolas,

Estudiosos no campo da sexualidade alertam sobre o perigo de que a focalização em temas relacionados à sexualidade na escola, nos meios de comunicação e por outras agências, assim como por adultos em suas interações com crianças, adolescentes e jovens se distanciem de tal forma de questões que interessam a estes, que não necessariamente contribuiriam para pedagogias sobre o prazer e um diálogo agradável. (ABROMOVAY et al, 2004, p. 105)

Em vista dessas questões, o espaço escolar enquanto ambiente formador social, parece ainda operar da forma descrita por Foucault, isto é, vigiando e moldando as sexualidades dos(as) jovens de modo a não incluir outros elementos da vivência afetivo-sexual que fogem do que está associado apenas às consequências negativas de um ato sexual não seguro, “ignorando-se os fatores afetivos, sentimentais, os fatores de prazer, intimidade, bem-estar e corporeidade que a sexualidade engloba” (BELUSSO, 2019, p. 77)

Gayle Rubin, em *Pensando o sexo: notas para a Teoria Radical das Políticas da Sexualidade* (2007) escreve sobre como as práticas sexuais podem sofrer questionamentos e opressões a depender do contexto histórico vivido. A autora conta que ao longo da história, o sexo enfrentou uma espécie de hierarquização onde determinados comportamentos eram considerados melhores do que outros, isto é, menos degradantes e pecaminosos (2007, p. 158).

Marital, reproductive heterosexuals are alone at the top erotic pyramid. Clamouring below are unmarried monogamous heterosexuals in couples, followed by most other heterosexuals. Solitary sex floats ambiguously. The powerful nineteenth-century stigma on masturbation lingers in less potent, modified forms, such as the idea that masturbation is an inferior substitute for partnered encounters. Stable, long-term lesbian and gay male couples are verging on respectability, but bar dykes and promiscuous gay men are hovering just above the groups at the very bottom of the pyramid. The most despised sexual castes currently include transsexuals, transvestites, fetishists, sadomasochists, sex workers such as prostitutes and porn models, and the lowliest of all, those whose eroticism transgresses generational boundaries⁸.

⁸ Os heterossexuais conjugais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Posicionados abaixo estão heterossexuais monogâmicos solteiros em relacionamento, seguidos pela maioria dos outros heterossexuais. O sexo solitário flutua ambiguamente. O poderoso estigma do século XIX sobre a masturbação persiste em formas menos potentes e modificadas, como a ideia de que a masturbação é um substituto inferior para encontros com parceiros. Casais estáveis de longa data de lésbicas e gays estão beirando a respeitabilidade, mas sapatões de bar e gays promíscuos estão pairando logo acima dos grupos na base da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas atualmente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, profissionais do sexo, como prostitutas e

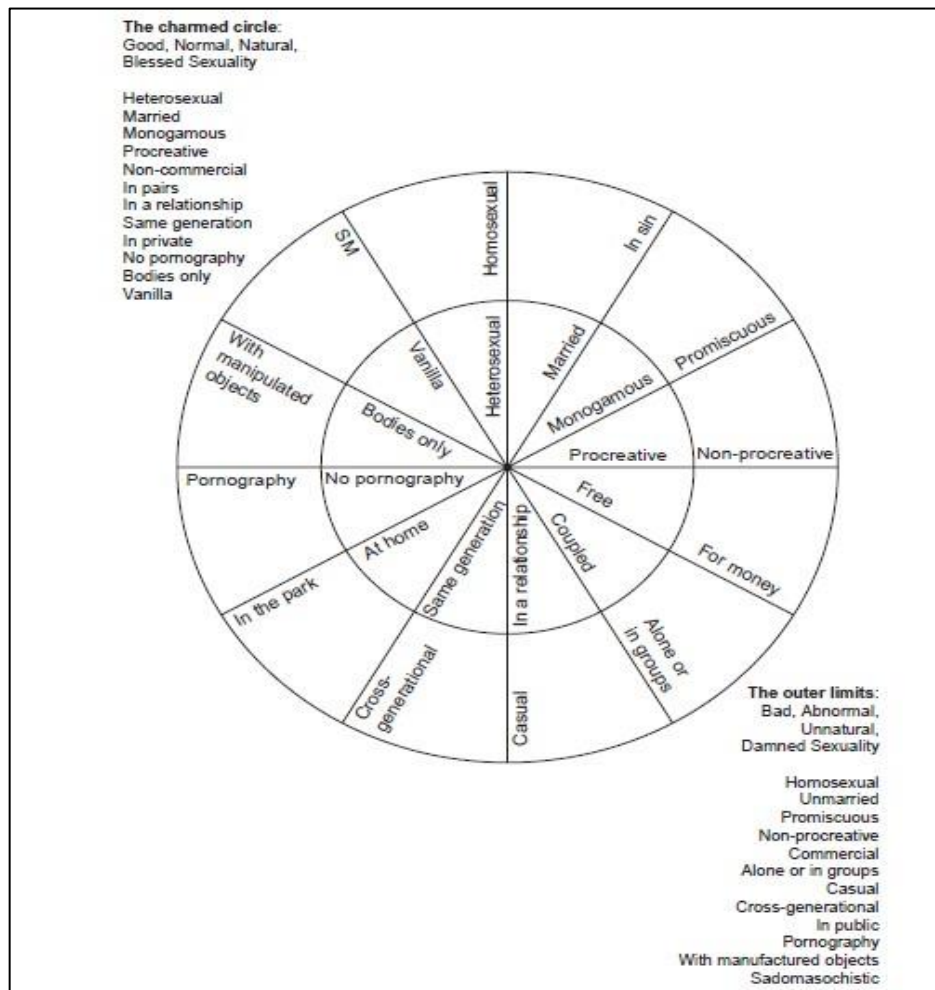


Figura 1: A hierarquia do sexo: o círculo encantado vs. os limites exteriores (RUBIN, 2007, p. 160)

De acordo com Rubin, os(as) jovens também se encontram no grupo em que suas experiências sexuais são vistas como prejudiciais. Não há um reconhecimento da sexualidade da juventude e, conseqüentemente, não são oferecidos meios para que os(as) mesmos(as) a pratiquem de forma responsável (RUBIN, 2007). Nesse sentido, compreendendo as relações consensuais e livres de violência, a autora vai defender uma teoria radical do sexo que seja capaz de

identify, describe, explain, and denounce erotic injustice and sexual oppression. Such a theory needs refined conceptual tools which can grasp the subject and hold it in view. It must build rich descriptions of sexuality as it exists in society and history. It requires

modelos pornôis, e a mais baixa de todas, aquelas cujo erotismo transgride os limites geracionais. (RUBIN, 2007, p. 158, tradução nossa)

a convincing critical language that can convey the barbarity of sexual persecution⁹.
(IBIDEM, p. 156)

O que Rubin nos apresenta aqui é que a sexualidade tem funcionado de modo a se enquadrar nessa hierarquia, ou seja, a sexualidade constantemente é separada em práticas “abençoadas” e práticas “condenadas” e, assim, tais práticas vão ora se aproximando do que se tem considerado como um “sexo bom”, ora se afastando. Destarte, quando refletimos sobre a realidade vivenciada por muitas jovens no contexto rural, podemos pensar como as experiências sexuais desse grupo vão se movendo nessa hierarquia.

Como muitos dos trabalhos trazidos aqui já colocaram, a sexualidade da jovem é frequentemente vigiada e controlada pelos pais, familiares e demais atores de suas redes de sociabilidade, como por exemplo, vizinhos, igreja e escola.

Os pais evitam que as filhas freqüentem espaços onde não possam exercer controle ou onde não existam redes de vigilância. O mecanismo dos “jovens,” principalmente das “jovens,” usados para contornar o que consideram um excesso de controle é o *namoro escondido*. Esse mecanismo é comum entre casais formados por jovens mulheres do assentamento e seus namorados, sejam eles *de dentro* ou *de fora*. (CASTRO, 2006, p. 268, grifo da autora)

De acordo com Judith Butler (2003), ao falar sobre o casamento homossexual, tal debate sobre a legitimidade ou ilegitimidade de tal união pelo Estado limita o campo da sexualidade, de modo que a legitimação está sempre atrelada a ideia do matrimônio, excluindo os demais arranjos e vivências sexuais.

O par estável, que se casaria se fosse possível, é considerado como presentemente ilegítimo, mas elegível para uma legitimidade futura, enquanto que os agentes sexuais que funcionam fora da esfera do vínculo do casamento e sua forma alternativa reconhecida, mesmo se ilegítima, constituem agora possibilidades sexuais que nunca serão elegíveis a se traduzir em legitimidade (BUTLER, 2003, p. 227)

No caso das relações afetivo-sexuais das jovens, há um controle exercido não apenas por aqueles mais próximos da convivência das jovens, como a família e a comunidade; mas também por parte do Estado e de atores que influenciam nas dinâmicas das políticas públicas:

⁹ “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual. Tal teoria precisa de ferramentas conceituais refinadas que possam apreender o assunto e mantê-lo em vista. Deve construir descrições ricas da sexualidade tal como existe na sociedade e na história. Requer uma linguagem crítica convincente que possa transmitir a barbárie da perseguição sexual” (RUBIN, 2007, p. 156, tradução nossa)

A forma como os líderes religiosos e políticos brasileiros discursam sobre assuntos relativos à sexualidade e juventude faz parecer que os jovens estão se relacionando sexualmente de forma desregulada. E, para controlar algo que é de caráter íntimo, eles apostam e estimulam o adiamento do início da vida sexual e a abstinência sexual como única via de prevenção de uma gravidez nessa idade (CABRAL; BRANDÃO, 2020 apud SOUZA; TEIXEIRA, 2021)

Porém, por outro lado, é possível apontar um paradoxo quando nos atentamos para a questão do casamento precoce, na medida em que é desejado que o matrimônio seja uma etapa a ser vivenciada pelo jovem, mas principalmente pela jovem, independentemente de sua idade.

Ou seja, quanto mais próxima de uma vida afetivo-sexual flexível e fora do contexto matrimonial, mais a jovem se encontra numa posição de julgamento e controle sobre seus comportamentos. Contraditoriamente, uma vez que a jovem, em determinados casos, começa a namorar sério e/ou engravida de forma não planejada, os pais passam a pressionar para que a jovem se case com o seu namorado o mais rápido possível. Em vista disso, podemos perceber o funcionamento de uma *sexualidade negociada*¹⁰, isto é, uma sexualidade que tem o aval para ser experienciada se a jovem cumpre com determinados critérios que a delimita a um modelo esperado. Dessa forma, se a jovem tem relações afetivo-sexuais dentro de um casamento heterossexual, monogâmico e com fins de procriação, então, sua sexualidade é mais aceita do que aquelas que vivenciam sua sexualidade fora desse eixo¹¹. Em suma, se as jovens se relacionam amorosamente, se fazem sexo; então, que seja da forma entendida como a que menos viola a moralidade que envolve as relações afetivo-sexuais das jovens mulheres rurais, ou seja, prioriza-se uma sexualidade vivida dentro de um casamento, se relacionando com o seu marido que é conhecido pela família, ou que muitas vezes é escolhido pela família - embora as jovens tenham uma certa agência para escolher seus parceiros. É como pensar naquele círculo (FIGURA 1) proposto por Gayle Rubin (2007): alguns comportamentos afetivo-sexuais podem

¹⁰ Na ocasião da qualificação do projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação, a Professora Doutora Grazielle Dainese questionou se toda sexualidade não seria negociada. Explico aqui que, amparada nos casos das jovens rurais que a literatura utilizada aqui apresentou, optamos por formular esse termo tendo em vista as amarras da vigilância e do controle (CASTRO, 2005) que permeiam a vida dessas jovens.

¹¹ Ainda que algumas jovens sigam esse caminho da sexualidade heteronormativa, muitas vezes pressionada pela vontade dos pais, é possível ver um controle sobre seus comportamentos, principalmente em relação aos cuidados com a casa, os filhos e o marido. Essa ideia pode ser encontrada no artigo de Grazielle Dainese (2017) sobre os casos extraconjugais de homens e mulheres de Terceira Margem (MG). Em um dos casos encontrados em sua etnografia, uma mulher casada passa a viver um romance com um antigo namorado, que também se encontra casado. Dainese, então, vai comentar como essa relação movimentou a vida dos moradores daquele local, gerando opiniões e intrigas sobre aquele caso. Na ocasião em que a relação extraconjugal veio a público, a mulher traidora foi muito julgada pelos demais moradores da comunidade por deixar seus filhos sem amparo, enquanto passava o tempo com seu amante.

colocar a/o jovem mais próximo de uma vivência da sexualidade que é socialmente aceitável, enquanto outros comportamentos vão distanciando o jovem desse núcleo.

Corroborando a ideia expressada nas linhas anteriores, de acordo com Silvana Nascimento (2008, p. 65 apud DAINESE, 2017, p. 737), “o casamento ainda é pensado como a melhor forma de união de homens e mulheres e como uma passagem necessária para a vida adulta”. É a partir desse argumento que podemos pensar no contexto brasileiro, em que muitas jovens se casam antes de completar 18 anos de idade (MENEZES, 2021, online). Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, o casamento precoce se refere à união que envolve pelo menos um cônjuge menor de idade e é compreendido pelos marcos nacionais e internacionais como uma violação dos direitos humanos (TAYLOR et al, 2015). No Brasil, a lei que versa sobre matrimônios passou por uma alteração e, então, desde 2019, casamentos antes dos 16 anos são proibidos¹². Porém, anteriormente, a lei abria espaço para que uniões de faixas etárias inferiores ocorressem em casos de gravidez; ou para evitar imposição ou cumprimento de pena.

As pesquisas sobre casamento precoce no Brasil (TAYLOR et al, 2015; PLAN INTERNATIONAL, 2019) apontam o controle sobre a sexualidade das jovens pelos pais, bem como a expressão da agência das mesmas como alguns dos principais motivos que levam à união antes dos 18 anos. Esses dois fatores, controle e agência, representam os dois lados de uma mesma moeda, que é o casamento. Ou seja, o casamento ainda é visto como uma instituição tradicional que serve para controlar a sexualidade das jovens – como se não houvesse brechas para comportamentos que fogem dos limites matrimoniais -, ao mesmo tempo que, para muitas jovens, o casamento é a saída para viver uma vida com menos vigilância e, em determinados casos, menos violência. Nesse caso, o casamento funciona como linhas de fuga, nos moldes apresentados por Paulo Ferreira (2006) a partir de Deleuze (1999). Ou seja, o casamento pode ser controle, mas também pode ser uma saída para jovens que vivem situações limitadas para vivência de suas relações afetivo-sexuais¹³.

¹² A lei 13.811, de 12 de março de 2019 altera a redação do artigo 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 do Código Civil

¹³ Tal saída nem sempre representa o fim de uma situação de subordinação, principalmente quando se trata de relações desiguais, porém a estratégia de casar-se antes completar a idade núbil demonstra como a agência das jovens opera em situações limitadas, onde há uma constante negociação de sua sexualidade. Sealing Cheng (2010 apud PISCITELLI, 2016), ao analisar as relações amorosas entre trabalhadoras sexuais filipinas e soldados estadunidenses na Coreia do Sul, argumenta que o amor é o instrumento com o qual tais trabalhadoras vão “negociar sua subordinação e perseguir os seus projetos

Além disso, as estratégias de agenciamento da vida afetivo-sexual são possíveis também dentro de uma relação matrimonial, ou seja, mesmo que o desenrolar da vivência afetivo-sexual cumpra com aquilo que se espera de uma jovem mulher. Grazielle Dainese (2017), ao analisar os casos extraconjugais dos moradores de Terceira Margem (Minas Gerais), chama a atenção para essas experiências afetivo-sexuais que ocorrem nas brechas:

A valorização do matrimônio e da vida em família na Terceira Margem influi na administração dos desejos experimentados fora dessa relação. Mas isso não significa que eles nunca serão vividos. Se a moral margeense constrange esses afetos, ela não deixa de supor modos possíveis de vivê-los, assim como não desconsidera a perene possibilidade de subversão de todos esses modos e a entrega desregrada ao proibido. (p. 737)

Mas é importante destacar que há outros tipos de afeto e vivências sexuais válidas e que fazem parte da realidade de muitas jovens. Esse reconhecimento é importante para que se desmistifique uma ideia de que o meio rural é sinônimo de relações afetivo-sexuais “tradicionais”. Retomarei essa ideia mais à frente com as reflexões de Paulo Ferreira (2006).

Também se faz necessário ressaltar que Rubin, assim como Foucault, usam como referência as sociedades ocidentais, mais especificamente os Estados Unidos e a Europa. Dessa forma, embora suas reflexões acerca da sexualidade sejam de extrema relevância para o campo – por isso fiz a escolha de trazê-los aqui –, é necessário compreender a experiência da sexualidade das jovens do MMC a partir do contexto histórico brasileiro, compreendendo principalmente como se dão as relações afetivo-sexuais em um país marcado pela herança colonial.

Maria Lugones, em *Rumo a um feminismo descolonial* (2014), é enfática ao mostrar como os processos de colonização implementaram categorias hierárquicas e dicotômicas que de um lado reconhecia homens e mulheres brancos/europeus enquanto humanos; e homens indígenas e negros enquanto não-humanos.

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (LUGONES, 2014, p. 936)

Nesse sentido, Lugones expõe a lógica de destruição da colonização que com todos os seus aparatos foi capaz de estremecer as práticas ligadas à terra, à espiritualidade; bem como controlar suas práticas sexuais e reprodutivas (2014). Ainda segundo a autora, a colonialidade de gênero – entendida por ela como a “análise da opressão de gênero racializada capitalista” (2014, p. 941) – persiste até os dias de hoje e, por isso, reduz os povos indígenas e negros a “seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados” (IBIDEM). Dito isso, como a colonialidade de gênero poderia influenciar nas diversas experiências sexuais da juventude rural atualmente?

Lélia Gonzalez também pode nos auxiliar nesse caminho para compreender melhor sobre a(s) sexualidade(s) dessa juventude rural a partir do marcador de raça, considerando principalmente as reflexões da autora sobre mulheres negras brasileiras. Assim como Lugones, Gonzalez é enfática ao explicitar os malefícios que o sistema colonial produziu nas relações sociais, colocando a população negra à margem, alimentando um racismo disfarçado de democracia racial.

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta (GONZALEZ, 2020, sem página)

A autora argumenta que é principalmente no carnaval que o mito da democracia racial é reforçado e atualizado, porque é nesse grande evento da cultura brasileira que a atenção está voltada para os desfiles das escolas de samba e, principalmente, para os corpos das mulheres negras que desfilam nas avenidas (GONZALEZ, 2020). Ou seja, a ideia equivocada de que não há racismo no Brasil passa pela sexualização dos corpos de mulheres negras que no cotidiano são menosprezadas por muitas vezes se encontrarem na posição de empregada doméstica, e o carnaval é o momento em que se tornam o centro das atenções ao terem seus corpos desejados.

Nas palavras de Angela Davis (2016 [1981]), a mulher negra era vista como uma “anomalia”, era sempre uma trabalhadora; diferentemente das mulheres brancas que estavam associadas aos papéis de “mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos” (DAVIS, 2016, não paginado). Davis, ao apresentar um panorama da vida das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos, conta que estas, além da exploração do

trabalho nas lavouras, eram submetidas à exploração e violência sexuais por parte dos senhores: por exemplo, a gravidez de mulheres escravizadas foi incentivada a fim de que a população explorada continuasse expandindo mesmo após a proibição do tráfico internacional de mão de obra escrava (DAVIS, 2016, não paginado). Dessa forma, a escravidão para as mulheres negras representou tanto a exploração do seu trabalho manual nas lavouras e/ou nas tarefas domésticas; como também foi um período conturbado no que diz respeito à sua sexualidade e aos seus direitos sexuais e reprodutivos (que não existiam, uma vez que estas não era consideradas mulheres como as mulheres brancas). Neste sentido, de acordo com Angela Davis, o estupro contra as mulheres negras era uma das formas pelas quais os homens exerciam seu poder:

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. (2016, não paginado)¹⁴

A vida sexual das mulheres nas colônias, segundo Verena Stolke (2006), era marcada por uma separação de quem deveria ter seus comportamentos e virgindade vigiados, como era o caso das mulheres brancas pertencentes às elites; e, de outro lado, quem poderia sofrer os diversos tipos de abusos sexuais, como era o caso das mulheres negras escravizadas. Principalmente no controle da sexualidade das mulheres de classes mais altas, o que estava em jogo era a preservação de uma “pureza social” (STOLKE, 2006, p. 30) a ser passada de geração em geração.

Seguindo com Stolke, a limpeza de sangue ganhou novos significados quando aplicada à realidade das colônias: na Europa, “A pureza de sangue era entendida como a qualidade de não ter como ancestral um mouro, um judeu, um herético ou um penitenciado (condenado pela Inquisição)” (2006, p. 21); enquanto que nas colônias, essa ideia estava associada à raça e classe, ou seja, não era visto com bons olhos os casamentos entre pessoas de níveis sociais diferentes, principalmente quando a mulher pertencia à elite e o homem não, pois

[...] dada a importância atribuída à virtude sexual das mulheres para a honra familiar, era inconcebível a uma mulher da elite se casar, e muito pior, manter uma união sexual com um homem de pureza social inferior, porque isso poderia “contaminar” toda sua

¹⁴ Para a autora, o estupro foi uma forma que os homens brancos tinham de dominar economicamente e explorar o trabalho das mulheres negras escravizadas. (DAVIS, 2016)

família. Assim, encontros sexuais mistos eram normalmente [...] entre homem de classe alta e mulher de status inferior. (STOLKE, 2006, p. 31)

Nesse sentido, então, as reflexões das autoras apresentadas aqui nos instigam a pensar as nuances das vivências sexuais de jovens rurais levando em conta não apenas a questão de gênero, mas também o fator raça, porque desde o período colonial este último tem marcado as relações afetivo-sexuais, principalmente levando à hipersexualização dos corpos negros, principalmente da mulher negra.

O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico” (GONZALEZ, 2020, sem página)

Portanto, quando lemos as reflexões de Lugones, González, Davis, Stolke (e tantas outras pesquisadoras feministas) sobre as experiências de mulheres não-brancas, é imediato sentir a ausência dessas discussões nos estudos aqui citados. Embora as autoras dos trabalhos sobre sexualidade da juventude rural brasileira compreendam as múltiplas nuances que as experiências possam apresentar, torna-se imprescindível para o campo temático levantar questões a partir do marcador de raça, pois levando em consideração todo o histórico da sociedade brasileira que foi e é marcada por desigualdades raciais é também nesse caminho que seria importante compreender as relações afetivo-sexuais da juventude rural. Que corpos são esses que namoram, que ficam, que se casam, que transam, que engravidam dentro do contexto de vida rural?

Nathália Lima, em sua tese acerca das narrativas sobre o aborto no sertão pernambucano a partir da perspectiva racial (2020), reserva um tópico da sua pesquisa para falar sobre a solidão da mulher negra. Para a autora, todos os estereótipos negativos que foram construídos colocando as mulheres negras como “infantil, agressiva e com a sexualidade desenfreada” (2020, p. 161) impõem um contexto marcado por “abandono, violência e desafeto” (IBIDEM).

Rita Laura Segato, em *Inventando a Natureza: Família, Sexo e Gênero no Xangô do Recife* (1995), adiciona mais uma camada nessa compreensão das relações afetivas-sexuais que existem na sociedade brasileira. A autora, ao refletir sobre como o processo colonial e a escravidão afetaram as categorias de gênero, destaca que as relações dadas através do casamento, por exemplo, foram destruídas e reconfiguradas em um contexto em que famílias

vindas do continente africano eram separadas ao chegar no Brasil para serem escravizadas. Dessa forma, a autora ressalta que para a população negra escravizada no país sempre foi negada a formação de famílias e a criação de seus filhos (1995). Portanto, vemos que a sexualidade de mulheres negras pode mostrar uma experiência marcada pelo controle de seus corpos a partir de uma hipersexualização dos mesmos e por uma negação de afeto e de possibilidade de criar laços familiares. Como ressalta Pacheco (apud LIMA, 2020, p. 164): “falar de afetividade, de escolhas, de solidão é colocar em xeque (desmontar) os sistemas de preferências que prescindem a ideia de brasilidade, posto que as mulheres negras aparecem como corpos sexuados e racializados, não afetivos, na construção da Nação”.

Levando em consideração o contexto rural onde se dá sua pesquisa, Nathália Lima chama a atenção para um elemento importante que se apresenta na situação em questão: a sociedade de interconhecimento. Este termo cunhado pela pesquisadora Nazareth Wanderley (2009, p. 161 apud LIMA, 2020, p. 49) se refere a

sociedades baseadas na agricultura familiar tradicional que constrói um território que é ao mesmo tempo lugar de vida e de trabalho, “onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco

Lima constatou em sua pesquisa que no contexto dessa sociedade de interconhecimento, as mulheres negras podem encontrar uma rede de apoio mais consistente, ainda que passem pelo abandono afetivo e falta de apoio do companheiro em situações de gravidez e processos abortivos. Nesse último caso, a autora conta que as mulheres, muitas vezes, encontram ajuda de amigas próximas, comadres e mães (2020, p. 162). Tal cenário pode ser pensado a partir do que o feminismo decolonial, de Maria Lugones, propõe. Ou seja, é no “lócus fraturado” da colonialidade de gênero que surge a resistência a partir da mulher que “vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com ‘mulher’, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial” (LUGONES, 2014, p. 948).

Nesse sentido, a rede de apoio entre mulheres negras no contexto da pesquisa sobre aborto feita por Lima (2020) pode nos dar pistas de como as múltiplas sexualidades podem ser experienciadas. Pois se de um lado, a mulher negra sofre preconceito, tendo seu corpo hipersexualizado, sendo considerada prostituta e não digna de afeto; por outro, vemos uma rede de apoio que resiste em meio a esses estereótipos negativos. A reflexão de Lugones também

pode ser importante para pensar a importância da rede de apoio para a vivência da sexualidade dentro de uma sociedade que carrega uma herança colonialista:

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista (2014, p. 949)

Outra questão que quero trazer para a conversa é sobre a afetividade e, nesse sentido, as reflexões de Paulo Rogers da Silva Ferreira em sua dissertação de mestrado *Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas* (2006) são de extrema relevância para a presente pesquisa.

O pesquisador é enfático em suas críticas à literatura brasileira e estrangeira acerca do corpo camponês, no Texto Brasileiro (TB) *sobre o Rural* (2006, grifo do autor), conforme o autor conceitua. Para Ferreira, os teóricos consagrados na área dos estudos rurais pecam em limitar o corpo do camponês, atribuindo suas vivências sexuais a um imaginário construído em volta das utilidades econômicas que a família camponesa pode oferecer, ou seja, o TB compreende a sexualidade do camponês “como funcional e central à reprodução sócio-biológica de um grupo, em prol da manutenção das relações contratuais [parentais e vicinais] centrípetas, reproduzindo os modelos hegemônicos clássicos já discutidos e, em geral, utilizados, datados” (2006, p. 29).

Em uma das passagens da obra *Os Parceiros de Rio Bonito* (1964) apresentada por Ferreira, Antônio Candido vai falar sobre o casamento e a sexualidade dos jovens rapazes:

Com efeito, **na roça as possibilidades de satisfação do sexo, fora dele, são praticamente nulas pelas vias normais.** Não há prostituição e a virgindade feminina é norma cuja ruptura, embora freqüente, leva quase sempre ao casamento com o transgressor. Quem deflora, casa: esta é a regra que repõe nos eixos a ordem um momento ameaçada (CANDIDO, 1964, p. 315 apud FERREIRA, 2006, p. 32, grifos do autor)

Tal passagem me parece muito significativa para sintetizar uma das ideias fortes que se criou em volta das vivências sexuais no ambiente rural. Para Candido e para os demais pensadores sobre o rural apresentados por Ferreira, não parece haver outras possibilidades de experimentar o sexo, o desejo. Diferentemente de alguns trabalhos que apresentei na primeira parte deste capítulo, embora o casamento seja um evento importante e planejado por diversas jovens, ele não é a única opção: muitas jovens ficam e têm relações sexuais casuais, pois pode-se perceber que o sexo é também vivido fora dos limites de um matrimônio. Ao dizer que “quem

deflora, casa”, Candido certamente não dá margem para que outras situações sejam compreendidas como expressão da sexualidade camponesa. “Eis o que o TB não abarca, a captação da potência do corpo para além das condições dadas do nosso conhecimento, e a captação da força do espírito, para além das condições dadas da nossa consciência” (FERREIRA, 2006, p. 45).

Paulo Ferreira reflete sobre a afetividade entre os camponeses, tratando principalmente dos afetos que não fazem parte do imaginário construído pelos textos clássicos sobre o rural brasileiro, ou seja, o pesquisador foca nas “sexualidades que não têm como *fim* a reprodução da espécie, os contratos vicinais e parentais, mas as intensidades e paixões que fazem *acontecer* o corpo” (2006, p. 57, grifos do autor). Ferreira utiliza-se do termo *afecto*¹⁵ para se referir às sexualidades entre os camponeses, isto porque, bebendo da fonte de Deleuze e Espinosa, o pesquisador compreende *afecto* enquanto “*potência de agir* que embaralha, burla, fissura, fratura o TB em sua instituição imaginária *sobre* o corpo do camponês” (IBIDEM, p. 59, grifos do autor).

Nesse sentido, para Ferreira, as reflexões de Georges Bataille, em *A Parte Maldita* (1975), também contribuem para pensar acerca das sexualidades camponesas que não estão no imaginário do Texto Brasileiro sobre o rural. O autor francês, ao tratar da economia capitalista, argumenta que “a atividade sexual desviada da finalidade genital é uma manifestação de *despesa improdutiva*, portanto, no seio da economia envolvente, é o *excedente*” (FERREIRA, 2006, p. 83, grifos do autor). Portanto, para Ferreira

Portanto, a *ética dos afectos mal-ditos*, núcleo desta dissertação, tende a construir sua *afectividade improdutiva*, nos moldes baitalianos, concomitante aos valores tradicionais também através de uma ambigüidade proveniente dos rumores, das intensidades e das paixões. Seus *luxos*, suas *despesas*, são alicerçados por uma *inutilidade* no que concerne aos valores economicistas dominantes, naturalizados, sobre campesinato que compõem uma realidade coletiva, filtrada. Ao pensá-los percebo a exclusão e o silêncio de uma tradição teórica que, há quase um século no Brasil, prescreve e proscreve este universo significativo das possibilidades do corpo camponês em detrimento de uma arbitrária seletividade da força da regra, da tradição, da categoria família (cristã e heterossexual) e do jurisdicismo teórico do parentesco e da organização social. (2006, p. 86, grifos do autor)

¹⁵ Mais adiante em sua dissertação, Ferreira explica a diferenciação de *afecto* e *afeto*: “*afecto* aqui é no sentido proposto por Deleuze, em sua reinvenção de Espinosa, em que nada tem haver com *afeto*, pois trata-se de uma potência totalmente afirmativa. O *afecto* não faz referência ao trauma ou a uma experiência originária de perda, segundo a interpretação psicanalítica. Ele, ao qual nada falta, exprime uma potência de vida, de afirmação. Ele é experimentação e não objeto de interpretação, uma estética deleuziana” (2006, p. 86-87, grifos do autor)

Diante das reflexões de Ferreira acerca do indizível sobre as sexualidades camponesas, acredito que estas são de grande-valia para pensar em específico as sexualidades das jovens camponesas. Não apenas no que diz respeito ao imaginário construído e alimentado sobre as relações afetivo-sexuais no campo a partir dos pesquisadores clássicos das ruralidades; mas também no que se refere a uma ideia construída pela literatura e pelas políticas públicas acerca das relações sexuais na juventude, principalmente daqueles com menos idade, que não consideram as relações sexuais nessa fase como expressões de sua autonomia, pelo contrário, sendo muitas vezes consideradas como sinônimos de abuso. Sendo assim, na medida em que se espera principalmente da jovem uma vida afetivo-sexual nula ou que seja vivida em conformidade às normas difundidas através dos familiares e comunidade, como por exemplo, dentro de um namoro ou casamento heterossexual aprovado por tais atores; as múltiplas possibilidades de experimentar o sexo, a afetividade, são minimizadas a fim de adequar-se a um modelo hegemônico sobre a sexualidade da juventude vivida no campo, tentando encaixar naquilo que deveria ser.

Porém, apesar de tais questões (im)postas ao tratarmos das sexualidades camponesas, os trabalhos apresentados aqui colocam alguns caminhos que nos levam a pensar nas experiências que fogem desse imaginário, nesses *afectos mal-ditos*, a partir do que nos mostra Paulo Ferreira. O *ficar* entre os(as) jovens, como mostrado pela maioria dos trabalhos sobre a sexualidade da juventude rural, me parece ser um caso de experiência improdutiva, que não necessariamente acontece com fins reprodutivos ou com objetivo final de chegar ao altar. Isso porque o *ficar* pode apresentar diversos significados, ele não é fixo, é uma experiência que se molda ao objetivo daqueles que estão envolvidos na trama afetivo-sexual; dessa forma, o *ficar* pode envolver relação sexual ou não; pode ser uma relação casual de curta duração; pode ocorrer em um período maior; pode ser um estágio de conhecimento entre os envolvidos para depois chegar a um namoro mais sério. Mas independente do objetivo, o *ficar* pode ser compreendido como uma relação que foge daquilo que se espera das jovens, principalmente quando essa experiência envolve troca de parceiros e chega a relações sexuais. É nesse sentido que o *ficar* para as jovens que vivem na zona rural é uma experiência a ser vivida às escondidas. Maria de Assunção Lima de Paulo (2010), ao falar sobre a sexualidade das jovens rurais de Orobo, conta que o *ficar* não é vivenciado de forma tranquila pelas mesmas,

Primeiro, porque não é a experiência considerada correta para uma moça “direitinha”, depois, porque há também certa dificuldade de ficar, já que essa situação é mais comum nas festas e as moças do meio rural não costumam ir para as festas desacompanhadas de algum adulto da família, quase sempre a mãe (p. 349)

Dessa forma, ainda que haja esses controles e uma identidade imposta sobre a jovem rural enquanto mais comedida, estas parecem encontrar alternativas para vivenciar suas sexualidades, principalmente longe da vigilância dos pais e a fim de evitar que construam narrativas que vão contra ao ideal de moça “direitinha” (IBIDEM, p. 352). Sem contar as experiências fora do espectro heterossexual – que quase não foi explorado pelos trabalhos aqui apresentados, mas que podemos pensar nas suas existências e resistências. É desse modo, partindo dos argumentos de Paulo Ferreira, que as jovens rurais parecem agenciar seus *affectos* de modo a criar linhas de fuga que escapam do controle que as envolve. Adriana Piscitelli, ao olhar para o mercado do sexo e matrimonial de brasileiras no exterior, analisa como elas trabalham a imagem estereotipada que os estrangeiros, principalmente da Europa, têm em relação às brasileiras para negociar posições que as beneficiam nesse contexto. Isto é, “que as formas de categorização podem limitar, mas também abrem possibilidades para a agência” (PISCITELLI, 2008, p. 272). Nesse sentido, ao se perceberem em um cenário marcado pelo controle, as jovens podem negociar sua sexualidade para viverem experiências que de alguma forma contemplem seus desejos.

Porém, vale reforçar que as jovens que vivenciam sua sexualidade de maneira explícita parecem sofrer mais diretamente com as consequências de ter sua imagem julgada por aqueles que estão ao seu redor. Tota et al. (2018), ao analisarem exploração sexual, agência e prostituição de jovens mulheres em contexto indígena, relatam que as jovens sexualmente ativas são constantemente consideradas como “danadas”; além disso, eles perceberam que agência e prostituição eram questões que, para a moralidade que recai sobre os corpos das jovens, caminham em paralelo, sendo difícil diferenciar as jovens prostitutas das jovens que apenas viviam suas sexualidades de forma ativa. Ainda assim, as histórias das “meninas danadas” apresentadas por Tota et al demonstram as possibilidades de se vivenciar a sexualidade fora das narrativas construídas em volta das relações afetivo-sexuais das jovens do campo, mostrando que

mesmo inseridos em cenários desfavoráveis, os sujeitos são capazes de “exercer poderes” e de “influenciar os exercidos por outros” (GIDDENS, 1989). O fato é que nem sempre os indivíduos obedecem, nem sempre são passivos, nem sempre são meras “vítimas”. Contra o medo, a exploração, a pobreza; contra a moral, a violência, o estigma, os sujeitos reagem por meio de seus desejos, de suas identificações e fantasias (MOORE, 2000, p. 15-16). (TOTA et al, 2018, p. 45)

1.3 Ser jovem rural, ser jovem do movimento social: as diversas identidades que o jovem pode assumir

Nesta seção, quero apresentar alguns elementos que servirão de suporte para as reflexões acerca da sexualidade das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas. Nesse sentido, faz-se necessário para o desenvolvimento desta dissertação pensar questões que permeiam a discussão central aqui como, por exemplo, a relação entre rural e urbano, a construção da identidade camponesa e a participação de jovens nos movimentos sociais. Todos esses elementos pavimentarão o caminho que nos levará a analisar as experiências afetivo-sexuais dessas jovens. Acredito ser pertinente explicar que diferente dos tópicos anteriores, onde fiz um apanhado teórico sobre juventude rural e sexualidade, aqui, não é minha intenção me aprofundar nos estudos sobre identidade, ou movimentos sociais por se tratarem de temas complexos, com trabalhos muito importantes para serem resumidos em algumas linhas. Além disso, como mencionei, os elementos aqui trazidos servirão de suporte para a nossa discussão principal, a saber, sexualidade das jovens do MMC.

Para começar essa seção, vou retomar brevemente as discussões sobre como o mundo rural foi sendo construído a partir dos estudos acadêmicos. A dita Sociologia Rural é uma área extensa e que apresentou e apresenta diversas discussões sobre o mundo rural. As primeiras reflexões, conhecidas a partir de escritos como os de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), colocam o mundo rural como aquele que se opõe ao urbano, ou seja, apresentam uma visão dualista. A partir de características genéricas, colocando a população rural através uma perspectiva homogeneizante, muito associada ao contato com a natureza e à atividade agrícola, às relações de proximidade entre os camponeses; os autores minimizam a complexidade do espaço rural. De acordo com Paulo (2010, p. 69)

Essa perspectiva também foi ideologicamente responsável pela visão do rural como o lugar do atraso e do urbano como o lugar da modernidade, visão esta, que fundamentou inúmeros preconceitos e levou o mundo urbano a desenvolver estereótipos para o homem rural baseados na ideia de ignorância e rudez.

Outra visão entende a relação entre rural e urbano como um *continuum*. Segundo essa perspectiva, o rural e o urbano apresentam suas características particulares que são importantes para estabelecer a identidade entre a população de cada espaço; mas, ao mesmo tempo, há uma forte relação através da “proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o meio urbano” (WANDERLEY, 2000, p. 107). Ainda de acordo com esta autora, “o extremo rural do continuum, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, desenvolvido [...]” (IBIDEM, p. 127).

Maria Assunção de Lima Paulo (2010) vai falar em uma terceira corrente orientada por autores como Maria Nazareth Wanderley, Ricardo Abromovay, Emília Godoi e outros, em que estes vão, em suma, pensar o rural como um espaço que não está subordinado ao urbano, como se o primeiro estivesse como destino o fim para tornar-se o segundo. Maria Nazareth Wandeleley argumenta que

O rural é uma categoria de pensamento do mundo social' que é ao mesmo tempo, uma categoria "político ideológica" e "transacional". Por ela, é possível "compreender a sociedade", "classificar e distinguir as pessoas e as coisas" e "construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo". Representação social que, sem dúvida, gera fatos sociais, faz emergir identidades sociais, mobiliza e organiza socialmente pessoas e grupos sociais em torno de reivindicações específicas e ressignifica a história das sociedades (WANDERLEY, 2000 b, p.114 APUD PAULO, 2010, p. 72).

Klass Woortmann é outro teórico que vai pensar o rural para além dos seus limites objetivos. Em *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral* (1990), o sociólogo propõe pensar o camponês e seus símbolos a partir do conceito de *campesinidade*. Com esse conceito, o autor quer analisar o modo de vida camponês para além da lógica econômica que atravessa seu modo de produção e reprodução. Para Woortmann é preciso pensar o camponês, também, a partir de seus valores morais e éticos. Nesse sentido, para o autor, o camponês pode estar diante de diversas situações que o colocam de frente com as transformações causadas pela modernidade, mas a *campesinidade* será responsável por manter o camponês fiel a suas tradições.

Segundo Woortmann, três categorias são importantes para pensar a moralidade camponesa: terra, trabalho e família.

O importante, contudo, não é que sejam comuns - pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas - mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (WOORTMANN, 1990, p. 23)

Maria José Carneiro, em seu artigo *Rural como categoria de pensamento* (2008), fala da dificuldade em definir um significado para as categorias rural e urbano na medida em que estão presentes no vocabulário de diversos grupos, desde os acadêmicos até a população em geral. Nesse sentido, ao compreender que tais categorias apresentam múltiplos significados, a autora argumenta que "seria mais prudente [...] orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a

partir do olhar dos atores sociais” (p. 28). Portanto, Carneiro sugere pensar a categoria rural como uma *categoria realizada*, referenciando Bourdieu, ou *categoria operacional*, citando Rémy e Mormont. Ambos os termos significam dizer que “uma categoria de pensamento (político-ideológica e relacional) do mundo social que define identidades e sustenta reivindicações” (IBIDEM, p. 30).

A autora argumenta que as mudanças ocorridas nos espaços rurais e urbanos não são suficientes para apagar a identidade dos atores sociais

Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar as identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural e vice-versa (IBIDEM, p. 33)

Diante disso, Carneiro, então, sugere substituir a noção de rural para a noção de *localidade*. Pois, de acordo com a autora, tal categoria ajudaria a pensar essas dinâmicas sociais não se limitando a “uma experiência espacial como definidora de um universo de relações sociais específicas” (IBIDEM, p. 34). Nesse sentido, não seria necessário viver naquele lugar específico para se identificar com aquele lugar.

Essas reflexões de Maria José Carneiro são úteis para pensar a identidade camponesa das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas que apresentaremos com mais detalhes em um capítulo mais à frente, mas que de forma geral nos mostra que suas vidas são marcadas por intensa relação com os espaços fora dos limites considerados rurais; inclusive algumas delas se iniciaram no movimento a partir de experiências vividas na cidade, como a universidade, por exemplo. O que queremos apreender aqui é que o trabalho e a militância no Movimento de Mulheres Camponesas são capazes de produzir uma identidade camponesa, mesmo que elas não estejam diretamente ligadas ao campo ou aos valores associados a uma ideia tradicional de camponês, como por exemplo apresentado por Klass Woortman.

Trabalhos como o de Elisa Guaraná de Castro (2004) e Maria de Assunção Lima de Paulo (2010) refletem sobre essa identificação do jovem com os valores associados ao universo rural. Na tese de Castro, por exemplo, os jovens estudados pela autora mantêm laços com os assentamentos através do cuidado com os animais, principalmente os jovens homens, já que a criação de gado é compreendida como uma atividade a ser feita por homens. Mesmo aqueles que não moram mais nos assentamentos voltam periodicamente para cuidar dos animais.

A identificação com esse mundo rural articula elementos como a *luta pela terra* [...], a nova rede de amizades, o trabalho na *roça* e os “prazeres” desse novo mundo como

andar à cavalo. Através dessas inserções se pode explicar a caracterização “positiva” que descreve Eldorado, Morro das Pedrinhas e mesmo Chaperó através de adjetivos tais como *bonito, tranqüilo, calmo* e substantivos como *natureza e paz*. Essa caracterização, muitas vezes, é construída em oposição a um universo urbano dos municípios da Baixada Fluminense familiar a esses “jovens” e fortemente associado à *violência, confusão, perigo, lugar feio*. (CASTRO, 2004, p. 203)

Um fato interessante percebido por Castro é que ao mesmo tempo que tais elementos são acionados quando os(as) jovens mencionam a ligação com os assentamentos e com o universo rural, no caso das jovens mulheres, esse universo também está associado à vigilância e ao controle exercido por seus pais, como apresentamos em outro momento neste mesmo capítulo. Nesse sentido, a identificação com o rural é atravessada por elementos de “prazer”, mas também de desigualdades de gênero.

Maria de Assunção Lima Paulo (2010) apresenta ao longo de sua tese de doutorado questões que orientam as identidades dos jovens de um município rural em Pernambuco diante da relação de tais jovens com o espaço e com os jovens urbanos. É a partir dessa perspectiva que a autora, com base nas reflexões de Anthony Giddens, argumenta que o jovem não pode ser visto apenas como subordinado à família camponesa, mas, ao mesmo tempo, não pode ser desvinculado dela e de todos os seus valores. Nessa conjuntura, acrescentam-se as experiências que esses jovens vivem ao se deparar com elementos e pessoas diferentes daquele contexto que reside. Por isso, para Paulo, “se pode pensar identidade dos jovens rurais como um processo com base na ideia de continuidade e descontinuidade entre modelo tradicional e o moderno” (2010, p. 86).

Outra identidade que o jovem rural pode assumir é a de jovem enquanto ator político. Elisa Guaraná de Castro et al. (2016, 2009) percorre essa trajetória dos jovens rurais enquanto agentes da construção política dentro dos movimentos sociais e sindicatos rurais. De acordo com a autora, é a partir dos anos 2000 que os jovens passam a ganhar reconhecimento dentro desses espaços, através da criação de coletivos e organizações de juventude em âmbito municipal, estadual e nacional. Na época de seu estudo para o livro *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*, a juventude nos sindicatos rurais já se encontrava mais organizada em comparação com outros movimentos sociais¹⁶, que não

¹⁶ Em *Os jovens estão indo embora?*, as autoras incluíram uma tabela onde mostra os níveis de organização da juventude. Nessa tabela, o Movimento de Mulheres Camponesas aparece como um movimento que não tinha um coletivo formado ainda. Porém, como veremos mais à frente, o movimento atualmente conta com um coletivo de juventude à nível nacional.

tinham esse processo tão desenvolvido. Destaque para a Pastoral da Juventude Rural (PJR) que, conforme salienta Castro et al., é a única organização que tem os jovens como atores principais.

Foi principalmente em eventos organizados pelos jovens e para os jovens que esses atores se articularam para mobilizar suas reivindicações. Elisa Castro destaca algumas demandas que emergiram nesses encontros da juventude rural, são eles: acesso à educação; acesso à terra; agroecologia; soberania alimentar; entre outros. Destaco aqui, também, a recente reivindicação da juventude rural por respeito e fim da violência contra a população LGBT, como, por exemplo, a carta preparada pela juventude camponesa LGBT da Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos sociais que compõem a Vía Campesina. A carta foi escrita em fevereiro de 2016, na ocasião de uma reunião para a discussão sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Abaixo, reproduzo trecho da carta:

Continuaremos pautando a luta pela terra e território, trabalho e renda, educação do campo, participação e qualidade de vida, porém não abriremos mão de trazer o recorte de afirmação LGBT nessas pautas. Queremos a quebra dos estereótipos criados sobre o ser homem e o ser mulher, com o respeito à autonomia e ao direito de construir o que queremos. (FILHO, LIMA, s.d.)

Em referência aos conceitos propostos por Regina Novaes, Elisa Castro (2016) argumenta que a mudança de *juventude em situação de risco* para *juventude sujeito de direitos* marca o início de um período em que a juventude passa a ser “corresponsável pela construção das políticas públicas” (CASTRO, 2016, p. 197). Nesse sentido, no que diz respeito à juventude rural, foi nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010) e Dilma Rousseff (2010 – 2016) que os jovens rurais puderam contar com a tentativa de consolidação de políticas públicas para eles. Porém, segundo Castro “apesar das importantes conquistas nos marcos legais, a institucionalidade e as ações de políticas públicas se circunscreveram a esses governos, não tendo se consolidado como políticas de Estado” (2016, p. 205).

Após o golpe que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, o reconhecimento da juventude pelo Estado sofreu retrocessos (CASTRO et al, 2022): no que diz respeito ao rural, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por exemplo, foi engavetado no governo de Michel Temer (2016 – 2018) e, posteriormente, extinto no governo de Jair Bolsonaro, em 2020¹⁷ (JUVENTUDE DO CAMPO UNITÁRIO, 2021). Outro programa que sofreu impacto na gestão de Bolsonaro foi o Programa Nacional de Educação e Reforma

¹⁷ Decreto nº [10.473](#), de 24 de agosto de 2020.

Agrária (PRONERA), também em 2020. O decreto nº 10.252/2020 altera a estrutura regimental e de cargos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extinguindo a coordenação-geral do programa (CALDAS, 2020, online). Este programa foi criado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso - porém, só no governo Lula é que o PRONERA se torna política pública – e tinha como objetivo ofertar cursos da educação básica à pós-graduação (NEVES, 2022).

Nesse sentido, conforme reflete Elisa Castro

Hoje, encontramos jovens dirigentes nacionais cursando pós-graduação e participando ativamente do debate acadêmico sobre juventude, políticas públicas, questão agrária. Assim, talvez esse tenha sido o grande legado desse período para juventude rural, do campo, das águas e da floresta: a consolidação da educação do campo, com marco legal e a institucionalização nas universidades públicas federais (2016, p. 208)

Após esse sobrevoo que fizemos pelos conceitos e discussões que vão servir de apoio ao objeto principal dessa dissertação, a saber, sexualidade de jovens do Movimento de Mulheres Camponesas, podemos perceber que ser jovem rural, jovem camponês é assumir esse caráter diverso e complexo que constrói a categoria juventude. As reflexões de Maria José Carneiro, por exemplo, nos ajudam a pensar a identidade camponesa das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas que apresentaremos com mais detalhes em um capítulo mais à frente, mas que de forma geral nos mostra que suas vidas são marcadas por intensa relação com os espaços fora dos limites considerados rurais, inclusive algumas delas se iniciaram no movimento a partir de experiências vividas na cidade, como a universidade, por exemplo. O que queremos apreender aqui é que o trabalho e a militância no Movimento de Mulheres Camponesas são capazes de produzir uma identidade camponesa, mesmo que elas não estejam diretamente ligadas ao campo ou aos valores associados a uma ideia tradicional de camponês, como por exemplo apresentado por Klass Woortman (1990), que coloca terra, família e trabalho como centrais para pensar a moralidade camponesa.

Nesse sentido, a construção de uma identidade de jovem enquanto ator político, sujeito de seus direitos, conforme explicado por Elisa Castro (2016), também corrobora para a ressignificação do papel do jovem como aquele que não está apenas subordinado à família (PAULO, 2010), mas também quer ser reconhecido a partir da sua mobilização política. Os movimentos, dessa forma, parecem possibilitar aos jovens um espaço onde os coloca próximos de uma moralidade camponesa através da luta pela terra, pelo reconhecimento do trabalho e um modo de vida digno para os camponeses. Ou como no MMC, que para além dessas questões, onde as militantes lutam por reconhecimento dos direitos das mulheres.

No capítulo a seguir vamos conhecer um pouco mais sobre a participação de mulheres nos movimentos sociais, o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas e explorar o tema da sexualidade nas cartilhas do movimento.

CAPÍTULO 2

Com este capítulo, vou iniciar a discussão sobre sexualidade e o Movimento de Mulheres Camponesas, ou seja, minha intenção aqui é apresentar como esse tema foi se costurando e sendo costurado ao longo da história nas discussões do movimento, como ele foi abordado e o protagonismo dado nas diversas gerações do MMC. A construção desse capítulo começará por uma recuperação da história do Movimento de Mulheres Camponesas: contexto em que surgiu, início do movimento, lutas, entre outros elementos importantes para o caminho a ser seguido nesta dissertação. No decorrer desta apresentação sobre o movimento, vamos colocar luz sobre as questões relacionadas à sexualidade, trazendo para a análise o modo como esse tema foi articulado nos materiais do MMC, em especial nas cartilhas que estão disponíveis na página oficial do movimento. Dessa forma, buscamos refletir como a sexualidade é abordada no movimento.

O objetivo aqui não é mostrar uma linearidade dos fatos, como se o tema da sexualidade fosse algo que aparecesse de forma gradual até estabelecer-se uma importância dentro das discussões do movimento. Pelo contrário, diante do contexto em que se nasce o MMC (assim como demais movimentos de mulheres do campo), a sexualidade se mostra como um elemento que esteve presente desde o seu começo, ora de forma implícita, ora de forma mais explícita.

2.1 O despertar das mulheres no campo como militantes

O Movimento de Mulheres Camponesas do modo como é conhecido hoje, como um movimento unificado e que reúne mulheres camponesas de todo o Brasil, surgiu em 2004. Porém, as forças que hoje se juntam no MMC e em outras frentes de lutas pelos direitos das mulheres começaram sua mobilização bem antes, na década de 80, no contexto dos momentos finais da ditadura civil-militar e posterior redemocratização do país. Portanto, “nesse período, os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, apesar de a sua participação nessas lutas não ser um fato novo” (AGUIAR, 2015, p. 55).

Diversas autoras (AGUIAR, 2015; PAULILO, 2009; BORDALO, 2006) dão destaque para as Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais da igreja católica¹⁸, especialmente a Comissão Pastoral da Terra, como atores centrais na participação das mulheres nos espaços de discussões políticas, oferecendo “a experiência formativa que levou as mulheres a questionarem sua condição social” (DEERE, 2004 apud BORDALO, 2006, p. 3). Nesse sentido, a igreja mostra-se como uma importante aliada dos movimentos sociais do campo, principalmente das mulheres, uma vez que era na igreja onde muitas delas se encontravam e tinham a oportunidade de socializar seus ideais, “atribuindo um sentido religioso ao engajamento em uma luta política” (MACHADO & MARIZ 1997, p. 73-74 apud AGUIAR, 2015, p. 58).

Porém, ao mesmo tempo, viu-se que aquele espaço proporcionado pelas CEBs e pastorais também se mostrou limitado para a complexidade de discussões que estavam sendo demandadas pelas mulheres (AGUIAR, 2015). Além da Igreja, os sindicatos de trabalhadores rurais também se colocaram resistentes à inserção de mulheres em seus espaços (SCHAAF, 2003). Diante desse contexto, era difícil para a parcela feminina ter oportunidade para discutir questões que lhes eram caras e particulares.

Certos temas como sexualidade, a violência cotidiana sofrida pelas mulheres, o peso da maternidade não compartilhada, o alto índice de mortalidade provocada pelos abortos clandestinos, entre outros, não fazem parte da "realidade" a ser "refletida" nas comunidades religiosas (ROSADO-NUNES, 1995, p. 13 apud AGUIAR, 2015, p. 62).

Foi nesse cenário que as mulheres viram a necessidade de formar um movimento próprio, autônomo. Aguiar (2015, p. 68) lista alguns dos movimentos que surgiram ao longo dos anos 80, entre eles estão: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul¹⁹, Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.

Para além disso, é importante salientar que esse processo não se deu de maneira passiva, havia uma disputa de perspectivas pelas quais esses movimentos acreditavam ser o melhor para seguir com a luta das mulheres do campo. Em 1995, foi criada a Articulação

¹⁸ As CEBs “são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembléias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade” (FGV, s. d., online).

¹⁹ Tal movimento se consolidou a partir da junção de outros dois coletivos, as Margaridas e as Mulheres da Roça (AGUIAR, 2015, p. 68)

Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), uma articulação de caráter nacional que reunia mulheres de todo o Brasil (BORDALO, 2006, p. 5). Porém, de acordo com Aguiar (2015) algumas divergências levaram com que a ANMTR se separasse em dois movimentos com visões distintas no que se refere à atuação política das mulheres; dessa forma, passaram a existir o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

2.2 O surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas

Caroline Bordalo, em seu artigo *Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais* (2006), traz uma análise sobre os caminhos distintos que as militantes percorreram. No caso do Movimento de Mulheres Camponesas, a auto-organização só faz sentido através de um movimento autônomo, que atue “como ferramenta de conquista de direitos” (BORDALO, 2006, p. 15). O MMTR-NE, por sua vez, se manteve atrelado aos sindicatos pois, segundo Bordalo (2006, p. 16), não é possível pensar a organização de mulheres na região Nordeste sem pensar nessa estreita relação delas com a tradição sindicalista, uma vez que muitas delas já tinham um histórico de participação nos sindicatos. Nesse sentido, refletindo a partir da trajetória do MMC, as leituras nos auxiliam a constatar que para o movimento é importante priorizar os direitos e a valorização da mulher do campo, das águas, da floresta, sem se preocupar com possíveis limitações dos homens, da Igreja e do Estado. “Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que ‘a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta’”(MMC, s. d.).

O surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas, enquanto um movimento nacional, só ocorreu em 2004 e foi resultado da união de diversos movimentos formados no Brasil todo. Michela Calaça (2021, p. 267), em sua tese de doutorado, faz um apanhado das organizações que em um primeiro momento ajudaram a construir o Movimento de Mulheres Camponesas. São elas: Movimento Mulheres Unidas na Caminhada; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/BA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES); Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA/SP); Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP); Organização das Mulheres Agricultoras (OMA) - que posteriormente se tornou o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/SC); Organização das Mulheres da Roça (OMR); Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA); Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR); Comissão Estadual de Mulheres da

Federação de Trabalhadores Agrícolas de Rondônia. Diante disso, podemos observar que o MMC é um movimento amplo e diverso e, nesse sentido, a categoria camponesa abarca uma variedade de identidades. Em sua página na internet, o movimento se apresenta da seguinte forma:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade. (MMC, s. d.)

Atualmente, o Movimento de Mulheres Camponesas se organiza em grupos de base, direções municipais, direções regionais, direções estaduais, coordenação nacional e direção executiva. Suas lutas estão concentradas em 4 eixos principais (MMC, s. d.):

1. Projeto popular de agricultura camponesa; em que as mulheres reivindicam políticas que garantam a valorização do seu trabalho e a preservação da natureza através do uso sustentável dos recursos naturais a partir da agroecologia;
2. Ampliação dos direitos sociais;
3. Projeto popular pelo Brasil, que abarca as lutas “pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação da biodiversidade [...], recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular [...]”;
4. Participação política da mulher na sociedade.

Internacionalmente, o Movimento de Mulheres Camponesas se mobiliza através de duas organizações: a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e La Via Campesina (LVC). Ambas tiveram sua consolidação oficial nos anos 90 e lutam por melhores condições para a população camponesa. Atualmente, é a partir da CLOC que os movimentos sociais da América do Sul fazem parte de La Vía Campesina (CALAÇA, 2021). No Brasil, para além do MMC, outros movimentos também fazem parte da CLOC-LVC, entre eles estão: Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (VIA CAMPESINA, s. d.).

É em um dos congressos da CLOC que surge o termo Feminismo Camponês e Popular, em que a “denúncia contra o racismo, o patriarcado, o sexismo e a homofobia são explícitas, demonstrando um entendimento dessas lutas como parte da estratégia de construção

de uma sociedade socialista” (CALAÇA, 2021, p. 301). Essa consciência feminista do Movimento de Mulheres Camponesas e demais organizações integrantes da CLOC também impactou nas ações no âmbito da Vía Campesina, como reflete uma militante do MMC:

Com a construção do movimento autônomo dá um incentivo para que as mulheres nas organizações mistas comecem a fazer debates sobre gênero, violência doméstica, seguridade social... Vários debates que eram muito próprios do MCC. Outra coisa é o feminismo que pautamos dentro da Via, isso é um diferencial, que faz as mulheres da Via se fortalecerem como mulheres, como dirigentes para atuarem dentro de seus movimentos. (SILVA, 2013, p. 125)

Foi dentro da Vía Campesina que o MMC pautou, por exemplo, a questão do avanço da produção de celulose e os impactos negativos causados pelas empresas, resultando na Ação da Aracruz Celulose²⁰, em 2006 (SILVA, 2013). Para além da degradação ambiental causada pelo monocultivo de eucalipto e dos impactos na saúde da população que mora por perto e fica em contato com os agrotóxicos aplicados, Isabela da Silva (2013, p. 126-127) também destaca que na ocasião o Movimento de Mulheres Camponesas chamou a atenção para o crescimento da prostituição de mulheres e meninas que se viam em situação de miséria por conta da chegada das empresas. Diante desse evento, podemos ver a importância do MMC enquanto um movimento autônomo que luta pelas causas das mulheres, pois para além da luta contra a exploração ambiental pelo capital, as mulheres do MMC colocaram luz para a questão da prostituição como exploração também do corpo feminino.

Embora o MMC tenha nascido de uma confluência de organizações que acreditavam que o movimento autônomo formado por mulheres seria o melhor caminho para a luta política, elas não negavam a importância de aliarem-se outras organizações mistas e que lutavam pelos direitos da classe trabalhadora rural (CALAÇA, 2021). Nesse sentido, as pautas que atingiam diretamente as mulheres não estavam isoladas das pautas de classe, porém era necessário compreender a complexidade do problema a partir da ótica e da vivência das mulheres, abandonando a ideia de que o homem representava os interesses da família, sem questionar as implicações desse pressuposto. Sendo assim, pautas como reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural, direitos trabalhistas, direitos previdenciários eram os

²⁰ A Ação da Aracruz Celulose aconteceu no dia 08 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Na ocasião, cerca de 2000 mulheres ocuparam a empresa Aracruz Celulose e “destruíram mudas de plantas geneticamente manipuladas” (SILVA, 2013, p. 128). A empresa, na época, “era uma das maiores produtoras de pasta de celulose do mundo” (COSTA, 2011, online).

destaques dessa luta. É diante disso que afirmam “Sem feminismo não há socialismo” (CLOC, 2012b apud CALAÇA, 2021, p. 329).

É importante sempre ter em mente as nuances do tema sexualidade. Podemos argumentar sobre a dificuldade de encontrar discussões acerca da sexualidade nos primórdios do Movimento de Mulheres Camponesas, mas não podemos deixar de observar como as pautas centrais do movimento de mulheres, como o trabalho e a defesa da agroecologia, por exemplo, se articulam com a sexualidade. Nesse sentido, ao ter seus direitos garantidos e respeitados, a mulher tem mais oportunidade para viver sua liberdade de forma plena, quaisquer que sejam suas escolhas.

Calaça conta que após a nacionalização do MMC, o movimento passou a reconhecer e afirmar sua identidade feminista, mas deixando claro qual era a sua posição dentro do feminismo. Pois elas ocupavam um lugar muito próprio dentro do movimento feminista, se distanciando de uma imagem construída a partir da luta de mulheres que se encontravam numa posição mais privilegiada dentro da sociedade. Uma das perspectivas que as mulheres do MMC tinham em relação ao feminismo era de que suas pautas só diziam respeito “à liberdade do corpo” (CALAÇA, 2021, p. 275), porém, ao longo do tempo, as mulheres do MMC perceberam a importância de “decidir sobre si, seu corpo e sua sexualidade. A obediência e a dependência do/ao marido (ou pai e às vezes até aos filhos) já não cabem mais [...]” (IBIDEM, p. 281). Além disso, ainda segundo Michela Calaça (2021), embora houvesse essa ideia de que o feminismo se resumia a pautas de liberdade sexual e do corpo, esses temas já eram tratados nos materiais dos movimentos que ajudaram a formar o MMC. Portanto, esse cenário reforça a ideia de que embora haja uma resistência em debater o tema da sexualidade, principalmente se estiver explicitamente ligada ao ato sexual, ainda assim é um assunto que foi e é discutido dentro do Movimento de Mulheres Camponesas, mesmo que elas tenham um olhar distante das discussões de outros grupos feministas.

Ao longo da pesquisa procurei observar em que medida falar sobre sexualidade é algo presente ou não no cotidiano do movimento. Ao se distanciar dessa pauta feminista que, segundo o imaginário das camponesas, se resumiam a questões sobre sexualidade e liberdade do corpo, podemos pensar que essas camponesas têm um certo receio de mexer naquilo que sempre foi falado em palavras miúdas, escondido, evitado. Podemos afirmar que ao não tratarem do tema estariam necessariamente defendendo que no campo as pessoas não fazem sexo, não têm desejo, não amam pessoas do mesmo sexo; mas é criar e reforçar um imaginário que purifica a população camponesa, principalmente as mulheres, como se a elas não coubesse falar de liberdade sexual. É um imaginário que reforça a “mulher trabalhadora ou a mulher em

sua vida familiar, porém, nunca a mulher sexualizada ou mesmo homossexual” (GONTIJO, 2015, p. 149).

De um modo geral, é possível afirmar que o Movimento de Mulheres Camponesas compreende a importância da discussão dos temas relacionados à sexualidade para construir uma sociedade livre das amarras que limitam as mulheres camponesas. É necessário salientar que não é nossa intenção afirmar que a sexualidade é um tema exclusivo das mulheres, muito pelo contrário, é uma questão que atinge a todos. Em minha conversa com Michela Calaça, a mesma conta que a criação do coletivo LGBTI+²¹ tem contado com a participação de mães que têm filhos homossexuais e que os debates ocorridos no âmbito deste coletivo têm ajudado a compreender melhor a situação que vivenciam na família.

Ou seja, as discussões, formações que ocorrem dentro do MMC transbordam seus espaços e impactam a realidade para além da vivência das mulheres, mas com certeza ela é uma peça importante para esse processo. Nesse sentido, um movimento autônomo de mulheres, como o MMC, surge enquanto um espaço possível para debater as diversas questões que afetam a realidade das mulheres. É importante ressaltar também que esse debate não se dá de forma passiva, sem conflitos, tendo em vista que o Movimento de Mulheres Camponesas é uma organização nacional, formado por mulheres de diversas idades, etnias, regiões. Dessa forma, a discussão sobre sexualidade vai se moldando dentro do movimento. Michela Calaça, em nossa conversa, reforça que a discussão sempre existiu desde antes da nacionalização do MMC:

Os primeiros documentos do MMC, ainda quando era organizações estaduais e era só uma articulação, tem cartilhas sobre gênero e sexualidade, tem...às vezes mais voltada ao entender do corpo, não necessariamente a questão da pauta LGBT, mas você percebe que tinha mais debate. As mais velhas às vezes dizem isso assim. Eu entrei em 2010, 2011. De lá pra cá, a gente fez muito debate sobre o papel das mulheres na agroecologia, [...] a gente foi muito pra esse debate econômico também, não só ambiental, mas econômico de dizer que as mulheres produzem, que a gente precisava de política pública pras mulheres. E aí nacionalmente a gente não tinha muitos debates sobre questões de sexualidade, e aí a juventude veio com força, tipo botando o pé na porta e botando debate. (21/10/2021).

A fala anterior reforça a iniciativa do MMC em trazer as discussões sobre sexualidade desde os primórdios, mas também de aprofundar esse tema dentro do coletivo, a partir da organização da juventude. No capítulo 3 vamos dar atenção especial ao papel da juventude no Movimento de Mulheres Camponesas, principalmente no que diz respeito ao tema

²¹ Na nossa conversa, Michela explicou que dentro do movimento utilizam a sigla LBT (Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais) pois como se trata de um movimento de mulheres, não há gays, sendo assim, não utilizam a letra G na sigla.

da sexualidade e sobre suas vivências afetivo-sexuais. Por enquanto, no próximo tópico, vamos refletir sobre a sexualidade como pauta nos movimentos sociais.

2.3 Abrindo os caminhos para discutir sexualidade dentro do MMC

Para o presente trabalho, foi feita uma revisão bibliográfica das pesquisas acadêmicas que tinham como foco o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)²². Nenhum desses estudos tinha como objetivo compreender a sexualidade a partir das vivências afetivo-sexuais das integrantes do MMC, porém, por se tratar de um movimento de mulheres que atuam na luta pelos direitos das mulheres e na construção de um feminismo camponês popular, o tema da sexualidade, de uma forma ampla, apareceu nas teses, dissertações e artigos avaliados.

Por isso, nesta seção, gostaria de destacar alguns trabalhos que considero relevantes para abrir os caminhos que pretendo seguir nessa presente pesquisa, a saber, compreender as relações afetivo-sexuais das jovens militantes do Movimento de Mulheres Camponesas.

Em se tratando do papel das jovens dentro do MMC, a dissertação de Sirlei Gaspareto nos coloca questões enfrentadas pelas jovens camponesas que atuam no movimento e seus desafios enquanto militantes no ambiente rural. Como conta a pesquisadora, a própria categoria jovem camponesa dentro do MMC não foi uma construção de simples utilização; pelo contrário, “é um processo tenso, permeado de contradições, ambigüidades [sic], pois estão em disputa várias concepções associadas à categoria camponês e outras categorias como jovens da roça” (GASPARETO, 2009, p. 62). Nesse sentido, ainda de acordo com Gaspareto, as jovens querem superar uma ideia que associa o camponês à imagem de um sujeito inferior, “reivindicando para si a construção de identidade positiva, que sinalize para seu reconhecimento social e político” (IBIDEM, p. 63), principalmente aquelas que participam do MMC e que através do movimento passam a compreender o valor do papel da mulher camponesa.

O trabalho de Sirlei Gaspareto constata que as jovens que entram para o movimento passam a entender e problematizar as desigualdades existentes no campo; dessa forma, muitas vezes, percebe-se um embate entre os ideais cultivados no MMC e o conservadorismo presente nas famílias camponesas. “Muitas jovens já não aceitam mais a disciplina rígida imposta por seus pais e irmãos. Desejam construir referências novas, re-pensar seus projetos de vida e suas

²² Em uma busca feita em janeiro na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram encontrados 27 trabalhos sobre diversas temáticas do movimento em questão, como sua trajetória política, feminismo camponês popular e práticas agroecológicas.

perspectivas, de forma livre e sem os condicionamentos impostos pela família” (IBIDEM, 89). Mesmo com todo o trabalho de conscientização elaborado pelo MMC junto às jovens, Gaspareto constatou em sua pesquisa que o ambiente rural ainda oferece desafios para as jovens, como, por exemplo: “falta de terra e renda; acesso à educação; e valorização enquanto mulher, trabalhadora” (MENEZES e GASPARETO, 2013, p. 325).

Acerca das pautas sobre a sexualidade e o corpo das mulheres camponesas, Michela Calaça, em sua tese de doutorado sobre o Feminismo Camponês Popular (2021), esclarece que estes sempre foram temas debatidos no Movimento de Mulheres Camponesas, desde seus primórdios. A pesquisadora apresenta que o MMC lançou materiais discutindo sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos das camponesas, como a cartilha “Gênero, sexualidade e direitos da mulher”, lançada em 2008. Além disso, nos últimos anos, o movimento também tem colocado em discussão a pauta LGBTQIA+ em suas plenárias (CALAÇA, 2021).

A sexualidade também é um tema abordado no MMC a partir das discussões sobre saúde, como nos mostra o trabalho de Adriana Erice (2015). No município de Maquiné, localizado no Rio Grande do Sul, a pesquisadora estudou a primeira unidade da Farmacinha Comunitária²³, a “proposta inicial do lugar era constituir um espaço de reunião das mulheres, para um ano mais tarde começarem a fazer remédios com as plantas medicinais” (ERICE, 2015, p. 19).

Erice destaca o projeto Plantando Saúde como o que apresentou as primeiras discussões sobre o papel da mulher na sociedade, dessa forma, foi importante também para trazer para o centro do debate a sexualidade e o corpo da mulher. Rafinha, a idealizadora da Farmacinha Comunitária, relata que o projeto Plantando Saúde trouxe uma conscientização das violências sexuais praticadas pelos próprios maridos das mulheres camponesas; e além disso, trabalhou com essas mulheres a terapia do abraço, incentivando a afetividade e desmistificando o toque (IBIDEM, p. 98-99).

Sendo assim, a partir das reflexões das autoras trazidas nesta seção, é possível identificar que o tema da sexualidade também faz parte da construção de um feminismo camponês popular, como vimos no tópico anterior. Embora os trabalhos produzidos nos deem suporte para explorar as relações afetivo-sexuais das jovens militantes do MMC, nos deparamos com a falta de profundidade sobre o tema nas produções acadêmicas que trazem como objeto o

²³ Erice conta que o projeto das Farmacinhas Comunitárias começou em Maquiné (RS) em 1991, antes mesmo do MMC ser ampliada a nível nacional. Outras Farmacinhas também foram sendo criadas em diversas localidades do país (ERICE, 2015).

movimento, ou seja, a sexualidade aparece como pano de fundo para outros temas, mas não é o assunto em destaque nas dissertações e teses que encontramos na busca.

2.4 Sexualidade: uma questão coletiva

Vimos que na maior parte das vezes, os homens têm mais liberdade para viver seus relacionamentos de forma explícita, inclusive são pressionados a isso pois a virilidade está diretamente atrelada às experiências sexuais. Por outro lado, para as jovens mulheres, espera-se que o namoro, o sexo sejam eventos a ser vividos em casa, sob os cuidados e aprovação da família. Nesse sentido, acredito que cabe discutir as questões sobre público e privado, individual e coletivo que permeiam a questão da sexualidade.

Acreditamos que o primeiro passo dado pelo Movimento de Mulheres Camponesas para incluir esse tema como discussão coletiva pode ser encarado como um ato revolucionário na medida em que a mulher e suas questões, suas subjetividades, por muito tempo foram colocadas no campo do privado, dessa forma não havia espaço para discutir a sexualidade da mulher de modo coletivo.

Antes de as mulheres rurais se auto-organizarem e criarem movimentos, associações, o espaço de atuação política era reservado apenas ao homem, pois ele era considerado trabalhador perante o Estado e os sindicatos, enquanto a mulher era considerada como ajudante de seus maridos (CASTRO et al, 2009, p. 140). Por isso, a igreja foi um espaço importante para esse início da história política das mulheres rurais, mas com o tempo mostrou-se limitada para as discussões que as mulheres queriam colocar em pauta, uma vez que “nunca abandonou sua postura patriarcal, nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção” (PAULILO, 2009, p. 181).

A ideia da sexualização da esfera pública e da privada, isto é, o público ligado aos homens e o privado reservado à mulher, nos ajuda a compreender as dificuldades encaradas pelas mulheres para discutirem suas questões dentro da igreja e dos espaços políticos mistos, como os sindicatos rurais. De acordo com Elizabete Novaes (2015, p.54),

Na sociedade burguesa ocorreu a separação entre os locais de produção e consumo, situando formalmente o homem na fábrica e a mulher no espaço doméstico, sendo tal divisão justificada por um discurso biologizante que naturalizou papéis sociais de forma sexuada, atrelando a mulher ao estereótipo da reprodução, dos sentimentos, da intimidade e o homem ao cérebro, à inteligência, à razão.

Principalmente quando estamos falando de jovens mulheres, a participação em espaços públicos é acompanhada de preocupações da família, como o receio de que sejam agredidas ou engravidem (CASTRO et al, 2009, p.145). Dessa forma, a participação das jovens nos espaços políticos é aprovada sob a condição de estarem acompanhadas por algum familiar, geralmente homem (IBIDEM). Elisa Castro e colegas, em *Os jovens estão indo embora?*, trazem a experiência de algumas mulheres que participam de movimentos sociais desde jovens. Uma das falas dessas mulheres me parece essencial para compreender a questão da sexualidade de jovens mulheres que estão inseridas em espaços políticos. Júlia²⁴ na época da entrevista tinha 43 anos e era dirigente do MST, ao contar sobre sua experiência no movimento quando jovem, relata sobre sua vida afetiva:

[...] quando eu ia às comunidades, tinha que ter um cuidado muito grande. Naquela época, eu namorava. Na comunidade, tinha que ser algo muito reservado. Porque isso depunha contra a minha pessoa, era muito difícil. Então, eu tive que abrir mão. Abri mão muitas vezes. [...] E isso vai influenciar a minha trajetória como mulher, me leva a pensar as relações de uma forma diferente. Isso com muito cuidado, muita reserva, de modo muito restrito. Então, o espaço público é uma coisa, e o privado é outra, entendeu? E isso também vai formando uma geração de mulheres dentro do movimento. Porque não é só o meu caso. E os relacionamentos são [...] com muita discrição, sem muita aparição pública. [...] Mas os homens podiam. Isso me deixava furiosa e também foi gerando uma insatisfação nas mulheres. (CASTRO et al. 2009, p. 148)

Nesse sentido, podemos argumentar que quando se trata da atuação das mulheres na política, na esfera pública, toda a vida delas se torna política: “o pessoal é político” (SARDENBERG, 2002, p. 103). A sexualidade, então, passa a ser uma pauta tratada no coletivo, tanto por um lado negativo, como no caso de Júlia, que teve receio de sua vida afetiva-amorosa ser exposta e gerar questionamentos sobre seu papel no movimento; quanto pelo lado positivo, quando a pauta da sexualidade é levada para o coletivo a partir da troca promovida pelas discussões que se dão dentro dos espaços políticos, como no Movimento de Mulheres Camponesas e que tem como objetivo informar e acolher as realidades vividas ali.

A seguir, vamos analisar com detalhes as cartilhas produzidas pelo MMC e disponibilizadas nacionalmente para compreender como o tema da sexualidade foi discutido nos materiais oficiais do movimento.

2.5 O tema da sexualidade nas cartilhas do MMC

²⁴ Nome fictício criado pelas autoras.

Partindo da pretensão de apresentar uma análise sobre sexualidade dentro do Movimento de Mulheres Camponesas, nesta seção, irei esmiuçar os materiais produzidos pelo movimento, a que tive acesso, principalmente em sua página oficial na internet²⁵. Até o momento em que escrevo essa dissertação, em abril de 2022, o Movimento de Mulheres Camponesas disponibilizava para acesso online 8 cartilhas e folders e 2 livros. Embora o material seja muito rico e valha a leitura, eu fiz um recorte a fim de contemplar aqueles materiais que de alguma forma tratam a questão sobre sexualidade. Dessa forma, fui selecionando cartilhas e folders que tocam em questões como sexo; saúde sexual e reprodutiva; casamento; namoro; afeto; diversidade sexual; etc. A seguir apresentarei com mais detalhes esses materiais.

O Movimento de Mulheres Camponesas, atualmente, comunica-se no mundo online por diversas frentes: site, Facebook, Instagram, Youtube. As cartilhas são um desses meios que o movimento utiliza para se comunicar com as militantes e, também, com a sociedade: é através desses materiais que o MMC se posiciona em diversos temas e debates. Elisiane Jahn, em seu trabalho sobre o Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, fala sobre a importância das cartilhas para as militantes do MMC:

Para as camponesas, o ato de fazer [cartilhas] é tão importante quanto o de planejar, olhar para a realidade, historicidade, memórias e vivências dos sujeitos envolvidos no processo comunicacional que envolve, ao mesmo tempo, informação, cotidiano, memória, construção de conhecimentos e educação. Estar em movimento, entender a comunicação nesse contexto envolve todos esses fatores em uma ciranda múltipla ainda pouco vista pelo conjunto da sociedade, lembrada ou estudada. (2013, p. 70)

A primeira cartilha a ser apresentada é a *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas* (MMC, s. d.). É um documento com 48 páginas, produzido pelo Movimento de Mulheres Camponesas da Região Sul e tem como objetivo promover debates para os “grupos de base” a partir de 6 encontros que estão divididos em seções diferentes desta cartilha.

²⁵ O site do MMC passou por uma renovação e sua nova versão foi lançada no dia 27 de outubro de 2021. Na página do movimento é possível encontrar notícias, vídeos, cartilhas, livros, entre outros materiais. Disponível em: www.mmcbrazil.org

APRESENTAÇÃO

Companheiras Militantes do MMC!

"A nossa organização é o arado que abre os sulcos na terra para deitar as sementes!"

Com este espírito, nós do Movimento de Mulheres Camponesas da Região Sul, preparamos como subsídio para os grupos de base, a cartilha:

"SEMENTES DE VIDA NAS MÃOS DAS MULHERES CAMPONESAS"

A cartilha está dividida em 6 encontros. Os temas refletem a importância das sementes em nossas vidas:

1º - SOMOS SEMENTES
2º - SOMOS SEMENTES, FAZEMOS PARTE DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE
3º - SOMOS SEMENTES PARA A VIDA E NÃO PARA O LUCRO
4º - SOMOS SEMENTES DE VIDA E NÃO MERCADORIA PARA O CAPITALISMO



5º - SOMOS SEMENTES DE VIDA, DEVEMOS NOS MULTIPLICAR
6º - SOMOS SEMENTES DE VIDA PARA FORTALECER A RESISTÊNCIA DAS CAMPONESAS



Sugerimos para os grupos de base, com o auxílio deste material, organizar em sua comunidade uma **FESTA DAS SEMENTES**, com o objetivo de apresentar as experiências de recuperação das sementes, flores, frutos, ervas medicinais, entre outras que as mulheres vem fazendo, motivando a comunidade para entender e assumir a LUTA pela Soberania Alimentar.

As dirigentes deverão preparar bem os encontros. No final de cada reunião segue uma sugestão de compromisso a ser assumido pelo grupo. Em anexo: cantos, casamento das sementes... que poderão ser usados nos encontros.

Propomos também que ao finalizar o estudo da cartilha façam uma avaliação, anotem as respostas e enviem para as Secretarias Estaduais do Movimento de Mulheres Camponesas.

Um grande abraço a todas, fortalecendo a luta em defesa da vida!

Figura 2: apresentação da cartilha *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas* (MMC, s. d.)

A cartilha traz propostas para a dinâmica de funcionamento dos encontros, sugerindo como o ambiente deve estar, leituras, questões para debate; tarefas para as participantes fazerem em casa e místicas. Os encontros propostos pela cartilha são:

1. Somos sementes;
2. Somos sementes, fazemos parte da história da humanidade;
3. Somos sementes para a vida e não para o lucro;
4. Somos sementes de vida e não mercadoria para o capitalismo;
5. Somos sementes de vida, devemos nos multiplicar;
6. Somos sementes de vida para fortalecer a resistência das camponesas.

O conteúdo dessa cartilha aborda principalmente questões sobre as sementes crioulas, o papel das camponesas na agricultura, luta por uma soberania e segurança alimentar e luta contra as grandes indústrias de alimentos que destroem a natureza. Neste material, o MMC - Sul faz uma comparação da mulher com a natureza, no sentido de que ambas são capazes de gerar vida. Nesse sentido, é feita essa associação da reprodução humana com a reprodução de espécies na natureza, ou seja, as crianças seriam como sementes. Ainda neste documento, é contada a história de que o casamento no contexto rural era considerado um evento importante para a troca de sementes trazidas pelos convidados como presente aos noivos. O que podemos perceber é que essa cartilha - assim como outras que apresentarei a seguir -,

não trata com profundidade a questão da sexualidade, porém é um tema que se costura nos demais temas, no caso em específico, as sementes.

A cartilha *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação*, publicada em 2007, serve como um guia para orientar as discussões e ações das bases do Movimento de Mulheres Camponesas. O material sugere a realização de três encontros:

1. Mulher camponesa: resistência, sabedoria e defesa da vida!;
2. Produzir alimentos: uma missão camponesa;
3. Organização e trabalho de base: alicerces do MMC.

Assim como na cartilha apresentada acima, esta também propõe algumas leituras, falas, místicas, etc.



Figura 3: Capa da cartilha *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação* (MMC, 2007)

A sexualidade pode ser pensada nesta cartilha a partir de duas categorias: casamento e afeto, ambas muito associadas à questão da divisão sexual do trabalho – um dos temas muito debatidos pelo MMC em busca do reconhecimento do trabalho da mulher camponesa. Chamamos a atenção para duas passagens que trazem esses elementos para pensar como a sexualidade é debatida dentro do movimento. A primeira em referência ao casamento:

Outro traço marcante nas nossas vidas é o casamento, ou quando nos unimos com outra pessoa por laços de afeto e amor. A maioria das mulheres, passam a gerar os filhos e tem que assumir praticamente sozinha o trabalho e responsabilidades cotidianas de cuidado, proteção e educação das crianças e da família como um todo, cuidando dos doentes e idosos. Além do trabalho doméstico, cabe a nós camponesas o trato e cuidado com os animais, plantas, pomar, horta e o trabalho na agricultura. Na verdade, nossa trajetória de vida vem sendo de muito trabalho, cuidado e resistência. (MMC, 2007, p. 8-9)

E a segunda passagem se refere ao afeto:

Na família, o afeto existe, mas ligado à necessidade de reprodução social capitalista, que nada tem a ver com a afeição, mas sim com a exploração. Se o valor do salário incluísse o custo do trabalho doméstico, o lucro empresarial se reduziria muito e o salário de quem trabalha aumentaria de forma inversamente proporcional. (MMC, 2007, p. 10)

Mais adiante iremos aprofundar as análises sobre como essas categorias são abordadas nos materiais de divulgação do MMC apresentados aqui.

Em 2008, o Movimento de Mulheres Camponesas lançou dois materiais com o título *Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida*: uma cartilha e um folder. Esta cartilha é um documento denso e rico em informações. São 57 páginas divididas em 5 capítulos: Mulheres: histórias de dor, resistência e emancipação; A situação de vida e saúde das mulheres camponesas no Brasil e a luta por saúde; Mulheres camponesas, saúde e construção do projeto popular de agricultura; Saúde: direito de todas(os) e dever do estado; Saúde integral, defesa da vida e emancipação - experiências do MMC.



Figura 4: Capa da cartilha *Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida* (MMC, 2008)

Neste documento, o Movimento de Mulheres Camponesas apresenta suas perspectivas acerca da saúde, trazendo um panorama desde o papel da mulher na história da humanidade e fazendo conexões com o contexto da mulher camponesa e com os trabalhos que o movimento desenvolve em prol de uma saúde emancipatória e contra-hegemônica, isto é, que compreende a saúde para além da doença e se coloca contra as grandes indústrias farmacêuticas que fazem da saúde um grande mercado. Nessa perspectiva, o MMC aponta que as mulheres são as que mais buscam os serviços de saúde para tratar questões físicas e mentais causadas pelas violências em seu cotidiano. Para ilustrar aquilo que pensa, o MMC conta a história de uma mulher que procura uma psiquiatra para tratar suas questões. O que a medicina ocidental trataria com remédios, as integrantes do MMC propõem descobrir aquilo que tem feito a mulher se sentir mal. Na história que elas contam, a mulher sofreu calada com violência sexual, violência física, violência do Estado que não deu amparo para uma saúde reprodutiva digna.

O folder com o mesmo título está dividido em 6 seções:

1. Mulheres camponesas, em defesa da saúde e da vida;
2. Passos para garantir os direitos do SUS (Sistema único de Saúde);
3. Receitas e dicas;
4. Desafios para as mulheres camponesas na luta pela saúde e por um projeto de agricultura camponesa e agroecológico;

5. Campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis;
6. Concepções de saúde no Brasil.

Neste folder, o MMC apresenta informações sobre saúde no Brasil e coloca questões para se pensar em um modelo de saúde que prioriza não apenas a cura de doenças, mas também o bem-estar físico, psicológico e social da população.

Precisamos romper o pensamento que condiciona saúde ao fato de não ter doenças. Saúde é o conjunto de situações que nos possibilitam ter equilíbrio mental, físico, material, comunitário... Por isso lutar por terra, moradia, direitos sociais e uma outra proposta de agricultura está no horizonte de garantir mais saúde (MMC, 2008, não paginado)

Nestes materiais, o tema da sexualidade aparece nas informações sobre direitos reprodutivos como o direito da mulher gestante em ter um acompanhante na hora do parto. Além disso, na seção Receitas e Dicas, é possível aprender algumas receitas naturais para questões de saúde: uma delas se trata do "Elixir da Mulher", indicado para problemas de ovário, útero, menstruação desregulada e corrimentos.



Figura 5: Receita Elixir da Mulher (MMC, 2008)

Ainda no mesmo ano, o Movimento de Mulheres Camponesas lançou uma outra cartilha. Dessa vez, o tema principal focou na questão da sexualidade. Com o título *Gênero, sexualidade e os direitos das mulheres*, o documento apresenta 33 páginas divididas nos tópicos: Introdução; Entendendo a sexualidade; Gênero, como entra nessa história?; Novas

relações de gênero; Sexualidade e trabalho; Mulheres, Feminismo e organização pelo direito a sexualidade.

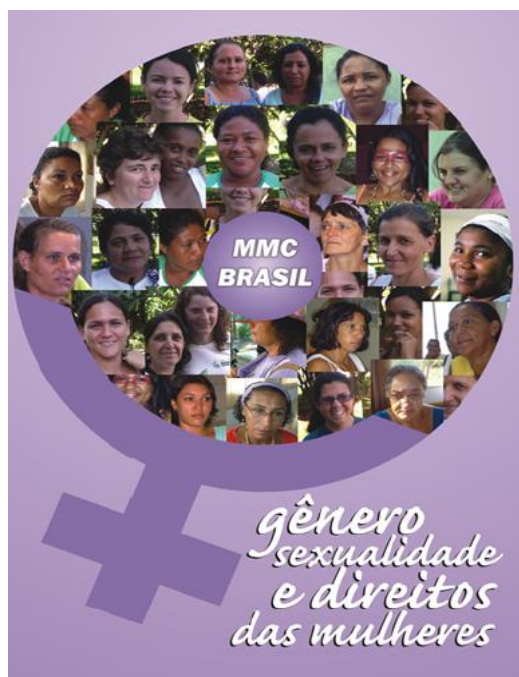


Figura 6: capa da cartilha *Gênero, sexualidade e os direitos das mulheres* (MMC, 2008)

Essa cartilha em questão é a primeira (pelo menos das que estão disponíveis na página do movimento²⁶) que traz a sexualidade como um dos assuntos principais. Neste documento, o movimento compreende que as experiências sexuais de maneira ampla, considerando os aspectos culturais, isto é, para o MMC, “não há como separar a sexualidade das relações estabelecidas entre as pessoas, bem como desconsiderar a sociedade em que se vive” (2008, p. 5). Além disso, consideram as diversas formas de expressão da sexualidade:

A sexualidade das pessoas é expressa de diversas formas: no jeito particular de andar, de vestir, falar, interferir, se posicionar, ou se omitir porque em tudo implica posição de si, frente ao outro, a outra, ao mundo. Como, também, está relacionada à realização, implica em relações com as pessoas numa sociedade, que sabe-se, atualmente de classes sociais antagônicas (MMC, 2008, p. 7)

²⁶ Vale salientar aqui que na dissertação de JAHN (2013), a autora apresenta algumas cartilhas produzidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas - RS. Uma delas, lançada em 2004, tem como título *Mulheres Conquistando Saúde*. A capa do material traz um casal de homem e mulher nus acariciando o rosto um do outro, como se estivessem em um momento de troca de afetos. Os tópicos abordados na cartilha dizem respeito à sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar, etc. Infelizmente não consegui ter acesso ao material para poder analisá-lo e trazer uma discussão mais profunda a partir da perspectiva deste presente trabalho, mas considero importante citar essa cartilha para reforçar que o tema da sexualidade dentro do Movimento é uma discussão de longa data.

Nesse sentido, para o MMC, as mulheres só terão liberdade sexual se as desigualdades de gênero forem superadas. Para o movimento, o caminho para essa superação só será possível a partir de um sistema socialista que inclua as mulheres, pois a exploração do trabalho das mulheres impossibilita que as mesmas vivam uma vida sexualmente prazerosa. “[...] será que na sociedade capitalista é possível a vivência de uma sexualidade plena?” (2008, p. 8), questiona o MMC no material.

Nesta cartilha, o MMC argumenta a favor da vontade da mulher no campo da sexualidade. Nas outras cartilhas ainda havia uma perspectiva sexual e afetiva da mulher ancorada na relação familiar, por exemplo, no casamento, na relação com os filhos; nesta, a mulher é percebida de maneira autônoma, isto é, ainda que dentro dessas relações afetivas, o MMC acredita que as mulheres devem priorizar suas vontades:

Que as mulheres possam decidir, sim, sobre seus corpos, mas, que não precise ser após serem vítimas daquilo que a sociedade patriarcal as sujeita. As mulheres, de forma geral, precisam superar a idéia de que o sexo deva ser necessariamente para agradar o outro, muitas vezes em detrimento do seu prazer ou medo da perda do outro. (MMC, 2008, p. 16)

É interessante notar que nesta cartilha, sexualidade e trabalho são elementos que se conectam:

A mistura destes dois temas parece um tanto estranha, mas afirma-se que há uma grande relação entre ambos, porque: como já afirmado anteriormente, a sexualidade é expressa no mesmo corpo que trabalha. Então, o trabalho também interfere na expressão da sexualidade.

E, mais, a sexualidade que é expressa no corpo, está, também, na subjetividade, no universo simbólico, local onde está o trabalho porque é constituidor do ser humano (MMC, 2008, p. 18)

O trabalho da mulher é constantemente colocado numa posição de cuidado com as responsabilidades que giram em torno da família e mesmo aquelas que ocupam o mercado de trabalho, são consideradas inferiores aos homens porque existe a possibilidade de engravidarem e, pela lógica do capitalismo, serem menos produtivas (MMC, 2008)

Ainda nesse documento, o MMC também apresenta um contexto geral sobre a luta das mulheres a favor de condições de igualdade em diversos campos sociais como no voto, no trabalho, etc. O tom dessa seção parece colocar as mulheres camponesas numa posição de

distância das feministas dos grandes centros urbanos, pois, de fato, não se viam próximas da realidade e das pautas levantadas por movimentos de mulheres da cidade. Ao mesmo tempo, os escritos parecem querer aproximar as camponesas a uma ideia de que também fazem parte da luta feminista, embora suas pautas as coloquem numa outra categoria de feminismo, como o Feminismo Camponês Popular (CALAÇA, 2021)²⁷.

Em 2016, o Movimento de Mulheres Camponesas lançou um folder informativo no dia 8 de março, data em que se comemora o dia da mulher. O documento *8 de março: dia de luta, resistência e enfrentamento das mulheres trabalhadoras* tem 4 páginas distribuídas nas seguintes seções: Questões de gênero, feminismo e luta das mulheres; Explosão conservadora: uma necessidade de enfrentamento; Mas o que esta realidade tem a ver com as relações de gênero, afinal?; Previdência pública universal e solidária e a condição de seguradas/os especiais. Neste material, o MMC convoca as mulheres camponesas à luta contra o capitalismo e o patriarcado, para isso, elas trazem questões pertinentes para se pensar o papel das mulheres na sociedade e as desigualdades que as atingem. Aqui, a sexualidade aparece na denúncia das violências sofridas pelas mulheres como: controle da sua saúde reprodutiva, controle de seus relacionamentos:

O pensamento religioso-fundamentalista, amparado pelos setores conservadores, designa, por exemplo, que é da natureza que homens do sexo masculino se relacionem com mulheres do sexo feminino, entendendo sexo aqui como anatomias corporais de nascimento. Atribui que a mulher é frágil, sensível e que o homem, ao contrário é forte, insensível e assim por diante, numa lógica que se contrapõe a qualquer outra expressão não “natural” da sexualidade, denominando a homossexualidade, transgeneridade e práticas sexuais não reprodutivas como criminosas, pecaminosas, doentias, imorais, desviantes, merecedoras de punição por não corresponderem ao modelo de heterossexualidade tido como única maneira de expressão sexual. (MMC, 2016, n. p.)

²⁷ Ver mais em CALAÇA, 2021



Figura 7: Folder 8 de março - dia de luta, resistência e enfrentamento das mulheres trabalhadoras (MMC, 2016)

No ano de 2018 foi a vez do lançamento do documento *Feminismo Camponês e Popular*, onde, em suma, é contada a história da luta do Movimento de Mulheres Camponesas a fim de mostrar que mesmo não se identificando enquanto feministas, as camponesas já lutavam pelos direitos das mulheres do campo.

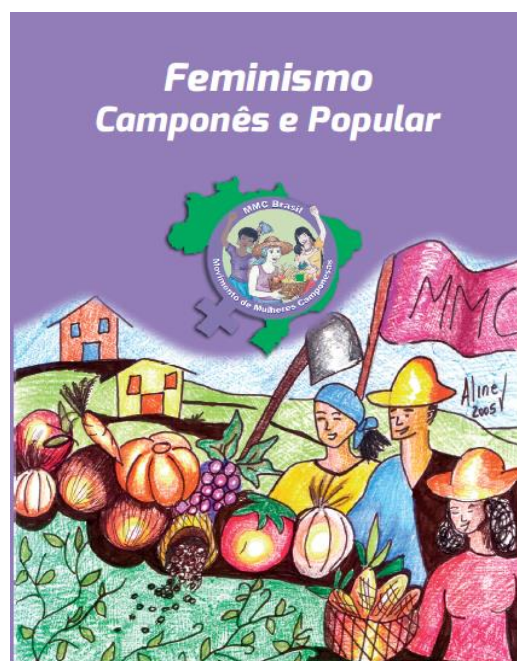


Figura 8: capa do documento *Feminismo Camponês e Popular* (MMC, 2018)

Neste material, a sexualidade aparece como um dos temas que o MMC percebe que estão desde o início do movimento. Neste sentido, para elas, a presença de temas como sexualidade, gênero e participação política marcam o seu caráter feminista mesmo que não elas não se enxergassem enquanto parte deste movimento no passado.

Como já dissemos, é possível perceber que a discussão sobre o feminismo sempre esteve presente, independente a denominação que se usasse e sim, se trabalhava a luta pela igualdade de gênero, os diferentes elementos da vida das mulheres, como sexualidade, gênero, participação política, foram elementos que sempre estiveram presentes nos movimentos autônomos de mulheres desde os anos 1980 e que em 2004 avançaram na organização e luta das camponesas consolidando o movimento autônomo de caráter nacional (MMC, 2018, p. 32)

Por fim, a última cartilha que apresento aqui é a que tem como título *Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTIfobia*, lançada em 2020 pelo movimento.

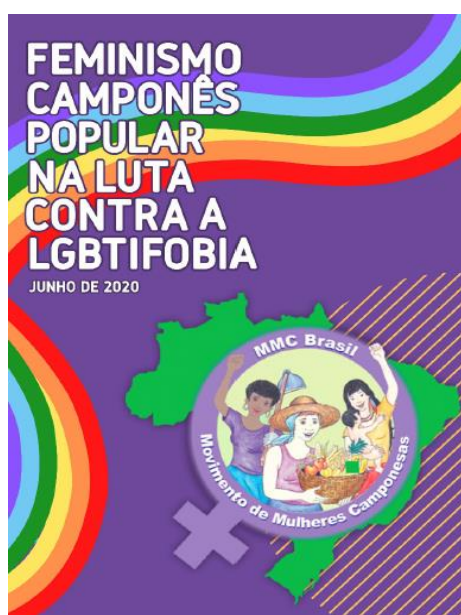


Figura 9: Capa da cartilha *Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTIfobia* (MMC, 2020)

Este material preparado pelo coletivo LGBTI do MMC tem como propósito apresentar questões introdutórias sobre identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico. As reflexões desenvolvidas em tal cartilha salientam os malefícios do capitalismo, patriarcado e racismo como pontos centrais para compreender as violências que causam. “Essa propriedade/dominação que perpassa pela vida, pelo corpo, pela sexualidade e pela afetividade das mulheres e na relação da terra, pelo valor de uso e troca.” (MMC, 2020, p. 8). Para o MMC, a agroecologia é a chave de resistência para os malefícios causados pela exploração capitalista,

“seja com seu modelo de família tradicional heteronormativa ou com seu modo de produção” (MMC, 2020, p. 10). O coletivo reconhece que o grupo está no início, neste sentido, senti a ausência de reflexões mais profundas sobre as camponesas que se identificam enquanto LGBTI+, em que detalham as especificidades de viver relações homoafetivas no contexto camponês.

As cartilhas do Movimento de Mulheres Camponesas “servem para sistematizar elementos de compreensão do Movimento sobre determinado tema ou assunto, que a partir da necessidade das camponesas é escrito com forma e conteúdo discutidos coletivamente” (JAHN, 2013, p. 77). Sendo assim, representam um material de extrema importância para a comunicação interna e externa, ou seja, o material escrito representa um dos muitos meios pelos quais o MMC se faz presente na difusão do conhecimento e dos princípios que direcionam seus trabalhos e suas lutas. Nesta dissertação foi possível trazer as cartilhas que estavam disponíveis na página oficial do MMC nacional, mas sabe-se que há muitas outras que foram distribuídas na versão impressa a partir das ramificações do movimento nos estados e regiões brasileiras, e que não foi possível ter acesso neste momento²⁸.

Ao fazer uma leitura atenta das cartilhas aqui mencionadas, é possível perceber que o Movimento de Mulheres Camponesas busca refletir diversos temas que estão presentes na vida das camponesas. O assunto da sexualidade aparece em quase todos os materiais, reforçando a ideia de que: 1. sexualidade é um termo amplo e que vai além da relação sexual e 2. a sexualidade não pode ser vista de maneira isolada, ela anda em paralelo com diversos outros assuntos. Por exemplo, a questão do casamento, que foi abordada em algumas cartilhas, mostra-se como um assunto primordial para pensar o trabalho e a relação da mulher com a terra. O Movimento de Mulheres Camponesas, a partir de seus materiais, coloca para a reflexão do grupo a importância do casamento para a reprodução também da vida da natureza, a partir da troca e cultivo de sementes; mas para além disso, o MMC também apresenta a perspectiva de que o casamento pode acarretar mais trabalho para as mulheres, pois passam a cuidar dos afazeres domésticos, além do trabalho com a produção e também do cuidado com os filhos. Os materiais apontam sobre o casamento: “Por ocasião de datas especiais, como o nascimento de uma criança ou casamento, tinha-se por costume levar presentes, como: produtos, frutas, mudas, flores, animais, sementes e ervas medicinais” (MMC, s. d, p. 9).

²⁸ Para saber mais, é possível conferir algumas cartilhas do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul na dissertação de Elisiane Jahn (2013), onde a autora traz para a reflexão a leitura das cartilhas a partir do olhar das mulheres camponesas idosas.



Figura 10: imagem que simboliza o casamento heterossexual representando o casamento das sementes (MMC, s. d., p. 42)

A questão do casamento é um tema importante para o movimento de mulheres rurais pois era através deste contrato que as mulheres poderiam ter sua terra. Isto é, as mulheres quase nunca recebiam como herança a terra do pai, limitando as possibilidades ao casamento. Nesse sentido, tem-se a ideia de que o casamento no meio rural poderia significar um evento meramente comercial, pois segundo Paulilo,

Há, não só na cultura brasileira mas na de muitos países, uma imagem idílica do rural, no sentido de pensá-lo como um lugar privilegiado para a guarda de valores pelo menos idealmente consagrados, tais como respeito à família, pouca liberdade sexual, educação severa dos filhos, sinceridade e mesmo inocência derivadas do contato com a natureza (2009, p. 188)

Embora essa visão tenha sido percebida em diversos movimentos de mulheres na América Latina através de um levantamento feito pela autora, o movimento de mulheres no Brasil demonstrou-se um caso exemplar em que as agricultoras lutaram para garantir os direitos das mulheres no meio de um contexto em que seu papel enquanto submissa às vontades do homem e da família era sempre reforçado (PAULILO, 2009). Seguindo essa lógica, foi possível perceber que o Movimento de Mulheres Camponesas tem se somado a essa tendência dos movimentos de mulheres do campo no Brasil.

Ao ler e analisar os materiais produzidos pelo movimento, fica claro a posição do MMC na luta de uma ideia de que as mulheres devem ter seus direitos garantidos e, além disso,

devem ter sua liberdade de escolha, liberdade sexual respeitadas. Em diversos momentos, seus materiais questionam posições tradicionalmente atribuídas às mulheres, principalmente no que diz respeito ao seu papel dentro da família e do trabalho:

Outro traço marcante nas nossas vidas é o casamento, ou quando nos unimos com outra pessoa por laços de afeto e amor. A maioria das mulheres, passam a gerar os filhos e tem que assumir praticamente sozinha o trabalho e responsabilidades cotidianas de cuidado, proteção e educação das crianças e da família como um todo, cuidando dos doentes e idosos. [...] Fomos educadas para entender que o trabalho doméstico não é trabalho e assim, passou a ser natural que determinados serviços pertençam à mulher. Por isso muitas de nossas companheiras ainda se caracterizam como “do lar” e não têm, inclusive, acesso aos direitos sociais e previdenciários (MMC, 2007, p. 8 -9)

Porém, ao mesmo tempo, levando em consideração que o principal alvo das cartilhas e materiais do MMC seja sua comunidade de base, o conteúdo relacionado à sexualidade nos documentos parece colocar as pautas e os questionamentos de maneira cautelosa e em doses homeopáticas. Nesse sentido, nota-se que o movimento foi se “soltando” e se colocando mais ativamente na defesa da liberdade do corpo, da diversidade e orientação sexual, como foi possível ver na cartilha sobre diversidade sexual lançada em 2020. E como veremos mais adiante, a juventude nesses últimos anos teve um papel importante de colocar o tema da sexualidade, principalmente a partir das vivências das companheiras lésbicas e bissexuais, como uma discussão necessária para o Movimento de Mulheres Camponesas.

Portanto, o que podemos perceber é que, a princípio, as cartilhas do movimento abordavam alguma questão relacionada à sexualidade e à afetividade a partir de uma aproximação com a ideia de moralidade camponesa, como apresentado nos moldes de Klass Woortmann (1990), onde o sujeito camponês está amparado por três pilares que se relacionam: trabalho, terra e família. Ou seja, as cartilhas do Movimento costumam sexualidade e afetividade no modo de vida tradicional camponês, relacionando o amor e o afeto ao ambiente familiar, comparando a capacidade da mulher de gerar vidas à reprodução da vida na natureza, entre outras abordagens nas cartilhas aqui apresentadas. Apenas nas cartilhas *Gênero, sexualidade e direitos das mulheres* (2008) e *Feminismo Camponês Popular na luta contra LGBTIfobia* (2020) que o tema ganha novos contornos no sentido de questionar o papel da mulher camponesa na sociedade capitalista, patriarcal e heterossexista. O MMC, então, nesses documentos, coloca novos elementos de reivindicação para as mulheres camponesa: (1) a liberdade de viver uma vida sexual prazerosa, sem violência e sem se submeter às vontades dos

outros; e (2) o reconhecimento das camponesas LGBTI+ na luta por uma sociedade pautada pela agroecologia e livre de violências.

Além disso, penso que possa ser uma visão estratégica do movimento de levar para a discussão temas relacionados à sexualidade atrelados a outras pautas, como a questão do trabalho. E aqui não quero dizer que o movimento se utiliza de outras pautas para discutir sexualidade de forma velada. Mas, acredito que, por exemplo, para o MMC não é possível falar em liberdade sexual sem costurar o tema na reivindicação por uma valorização do seu trabalho (MMC, 2008). Afinal de contas, acreditamos, assim como muitos outros autores, que a sexualidade não pode ser analisada isoladamente, mas sim compreendida dentro de um contexto sociocultural que é afetada e afeta diversas outras questões. Segundo Rodica Weitzman, ao falar de mulheres trabalhadoras rurais envolvidas no movimento sindical:

Por meio de um processo de ressignificação de experiências que marcam suas trajetórias, determinadas temáticas adquirem novos significados, dentro dos parâmetros de um processo gradual de conscientização que tal abordagem pedagógica desencadeia. Por exemplo, a violência, que era configurada como uma categoria que apenas se remete ao plano físico e sexual, se reduzindo a uma dimensão pessoal (e familiar), começa a ser vista de forma mais ampla, como um fenômeno que acarreta diferentes formas de opressão, no âmago das estruturas societárias. Portanto, tal abordagem pressupõe a desconstrução de uma noção naturalizada sobre determinados fenômenos, como a violência, restrita apenas ao domínio da vida pessoal e familiar. Por assim dizer, este processo de ampliação da consciência envolve a aquisição de uma leitura mais complexa das várias facetas da realidade social, em que os fenômenos deixam de ser vistos como algo dado, e passam a ser visualizados enquanto construções sociais que abrangem um amplo leque de planos e dimensões. (2016, p. 395)

Então, nesse sentido, abordar o tema da sexualidade junto com outros temas que são importantes para a vida das mulheres camponesas parece ajudar na compreensão de que esse também é um lugar de discussão para essas mulheres. Pois, talvez pela constante ideia de que mulheres rurais tenham que preservar uma identidade que as coloca como submissa às vontades da família e de Deus, e pelo tardio reconhecimento do movimento enquanto feminista, é possível que o tema da sexualidade tenha sido uma pauta com mais dificuldade de ser trabalhada por acreditar que seria um tema particular, da vida privada das mulheres.

Calaça (2021) nos dá uma direção para entender o processo de reconhecimento de uma identidade feminista pelo Movimento de Mulheres Camponesas. A autora conta que em um dos debates promovidos pelo movimento com suas militantes da base, foi questionado o que elas entendiam como feminismo (2020, p. 349). Dentre as muitas respostas listadas por Calaça, uma me chamou a atenção pois dizia que, sobre o feminismo, "antes acreditava ser algo mais ligado só a sexualidade, mas Feminismo Camponês e Popular é o que mais há identificação

por nós camponesas” (IBIDEM, p. 350). Ou seja, isso pode nos dar pistas para pensar como o tema da sexualidade era compreendido anteriormente, como algo individual, ligada a pautas das mulheres burguesas (WEITZMAN, 2016, p. 399). Apesar disso, é possível ver que ao se entenderem como parte do Feminismo Camponês Popular, o Movimento de Mulheres Camponesas também compreendia que ser feminista na visão delas era a mulher ter a escolha de decidir sobre seu corpo, sobre seus sentimentos (CALAÇA, 2020, p. 355).

Diante disso, poucas cartilhas do MMC apresentam uma mudança de chave ao analisar a sexualidade da mulher camponesa que se distancie dessa visão da moralidade camponesa. Dos materiais que apresentamos neste trabalho, apenas a cartilha *Gênero e Sexualidade* (2008) e *Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTIfobia* (2020) apresentam elementos para pensar uma sexualidade da mulher camponesa que se diferencie de um ideal de valor-família, como apresentado por Klass Woortmann e Ellen Woortmann (1990). De acordo com estes autores, “o certo nessas sociedades tradicionais é o amor à família, mais do que por um indivíduo” (1990, p. 2). Posto isto, vemos que na cartilha de 2008, o MMC fala em direito a decidir sobre seu corpo, direito ao prazer, isto é, para além da possibilidade do afeto e da sexualidade fora dos laços estritamente familiares, a mulher camponesa é provocada a refletir sobre a importância do seu prazer e não mais no sentido de agradar o outro. No mesmo caminho, o material de 2020 coloca em pauta a sexualidade e a afetividade das companheiras que não se encaixam nos moldes heteronormativos, que também é central para pensar as sociedades camponesas tradicionais.

Outra entrada para a questão da sexualidade no MMC é através do âmbito da saúde. Em diversas passagens das cartilhas, questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva são mencionadas em seu conteúdo. A saúde é um tema de muita relevância para o Movimento de Mulheres Camponesas pois está intimamente relacionado à sua luta por uma agricultura sustentável, com forte defesa ao uso de plantas medicinais e saberes tradicionais. De acordo com a cartilha *Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida* (2008, p. 47)

Para o MMC, promover a saúde é construir um modo digno e saudável de vida. Este modo de vida está fundamentado nas novas relações entre mulheres e homens, no cuidado com o corpo, a mente, o espírito e o ambiente. Promover saúde tem a ver também com a alegria, o bom humor, a respiração, o sono, as caminhadas, os exercícios físicos, o lazer saudável, a conversa, o diálogo, o carinho e o afeto para com os outros; enfim, ter equilíbrio em nossa vida cotidiana.

Ou seja, para o movimento, a saúde não é importante apenas quando ela se faz necessária, nos momentos em que alguém se encontra com alguma enfermidade, por exemplo. Nesse sentido, a concepção de saúde compreendida e difundida pelo MMC se coloca em contraposição ao modelo dominante ocidental (ERICE, 2015, P. 85), que “divide o corpo humano em partes, torna o profissional o único dono do conhecimento científico, fazendo com que a população necessite do hospital para nascer, viver e morrer [...]” (MMC, 2004, p.24 apud ERICE, 2015, p. 88).

Para além das cartilhas, encontramos na seção de notícias da página do Movimento de Mulheres Camponesas uma postagem²⁹ contando um pouco sobre o I Encontro Nacional das Jovens Camponesas, ocorrido em 2014 e que teve como principal tema de discussão saúde, feminismo e sexualidade. Infelizmente não foi possível ter acesso a documentos produzidos no âmbito desse encontro, dessa forma, não conseguimos adentrar com detalhes nas discussões e reações nos momentos em que a sexualidade foi posta para o diálogo. Mas segundo as informações dessa postagem, as conversas giraram em torno principalmente de questões como métodos contraceptivos, gravidez, etc.

Uma das questões que movimentava essa pesquisa era pensar quando o tema da sexualidade foi introduzido dentro do MMC, porém é difícil pensar um marco temporal para tal evento sendo que a sexualidade parece ter sempre acompanhado a luta das mulheres camponesas. Ao mesmo tempo, podemos pensar que ao longo do caminho do movimento, a discussão sobre sexualidade foi se moldando e ganhando novas formas, principalmente com a participação das jovens camponesas no movimento.

Desse modo, após uma leitura atenta às cartilhas do Movimento de Mulheres Camponesas, podemos perceber que a sexualidade se costura a outras pautas levantadas pelo movimento, mas que sempre esteve presente nas discussões pois o mesmo corpo que trabalha, que cuida, é também o corpo que sente prazer, que gera vidas, que se relaciona afetivamente. Esse corpo está inserido em um contexto capitalista-patriarcal-racista-homofóbico, por isso, sofre as mais diversas retaliações que impede suas muitas possibilidades de liberdade, inclusive a sexual.

É como pensar na discussão apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação, onde eu trouxe algumas autoras do feminismo negro e decolonial para pensar o lugar da sexualidade da mulher em um contexto marcado pelo colonialismo. Assim como as mulheres

²⁹ Disponível em <<https://mmcbrasil.org/construcao-das-camponesas/jovens-camponesas/>>. Acesso em: 01 set. 2022

negras que sofriam (e ainda sofrem) violência de seus senhores/patrões, não podiam ter o direito de conviver com seus filhos, não tinham o direito de serem amadas. É possível também pensar nas mulheres camponesas que sofrem com a desvalorização do seu trabalho, sobrecarga de tarefas, falta de políticas públicas para o campo e para as mulheres, entre outras limitações. Dessa forma, na medida em que vivem relações afetivas de submissão, falta de acesso a direitos trabalhistas, barreiras para falar sobre sua saúde sexual e reprodutiva; as mulheres camponesas não vivem sua sexualidade de forma plena, levando em consideração também seus desejos, vontades e experiências.

Considerando que o objeto de nosso estudo é a sexualidade das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas, percebemos que as cartilhas quase não apresentam a questão da juventude para o movimento. Na cartilha *Feminismo Camponês e Popular* (2018), a categoria jovem aparece no texto como inclusão das jovens no MMC:

Nós jovens camponesas nos envolvemos na luta feminista e camponesa, pois sonhamos com uma sociedade transformada, justa, onde possamos nos expressar. Nossa prática feminista se dá com a cultura, a arte, a formação e também afirmamos que queremos continuar produzindo alimentos saudáveis, queremos continuar no campo, mas para isso precisamos transformá-lo, pois no agronegócio não há lugar para jovens camponesas. Queremos um campo com vida, com alegria, com educação liberdade e autonomia para as mulheres. (MMC, 2018, p. 27-28)

Nas demais cartilhas aqui apresentadas, as categorias juventude e jovem/jovens, geralmente, aparecem para nomear grupos sociais ou demonstrar a diversidade da sociedade, como por exemplo “Jovens, mulheres, homens e crianças foram redescobrimo seu poder, sua identidade e sua capacidade de produzir a diversidade de alimentos saudáveis” (MMC, 2007, p. 25); ou “precisamos ter consciência de que o projeto popular de agricultura está sendo construído, por mãos de mulheres e homens, jovens, idosos e crianças [...]” (MMC, 2008, p. 32). Inclusive, nos dois materiais que adentram na discussão sobre sexualidade, não encontramos a categoria juventude (ou jovem/jovens) em seu conteúdo.

Além disso, Calaça coloca bastante importância no papel da juventude em mobilizar o tema da sexualidade, principalmente no que diz respeito às vivências das companheiras lésbicas, bissexuais e transsexuais. No próximo capítulo, então, vamos aprofundar sobre a história da juventude dentro do Movimento de Mulheres Camponesas e apresentar relatos de algumas dessas jovens a partir de suas vivências e concepções acerca da sexualidade.

CAPÍTULO 3

3.1 PERFIL DAS JOVENS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Neste capítulo, vou apresentar o diálogo com as jovens do MMC sobre sexualidade. Essa etapa da pesquisa, em que conheci e conversei com as jovens, foi aguardada ansiosamente, já que foi minha primeira vez entrevistando outras pessoas. O fato de as conversas terem acontecido de modo virtual, através da plataforma Zoom, causava uma certa preocupação de não conseguir me aproximar das minhas interlocutoras sem o contato pessoal, o olho no olho. Apesar disto, como detalharei mais à frente, tive um retorno muito positivo nessa experiência de fazer pesquisa virtualmente.

As jovens que apresentaremos nesta dissertação representam algumas das jovens que fazem parte do movimento. O nosso contato inicial foi feito com Michela Calaça, dirigente nacional, e a partir daí ela levou minha intenção de fazer a pesquisa com as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas à coordenação, que foi acolhida com muita gentileza. Desde então, eu fiquei sempre em contato com a J2³⁰, que foi uma das minhas entrevistadas e, também, foi minha ponte com as demais jovens do movimento.

Ao todo, conversei com 8 jovens militantes do Movimento de Mulheres Camponesas. Dessas, 7 entrevistas aconteceram de forma virtual através da plataforma Zoom e 1 foi através de mensagem de texto pelo Whatsapp. Tentei conversar com mais 3 jovens indicadas por J2, porém tive dificuldades para combinar a entrevista com elas, seja por questões técnicas, como a falta de acesso à uma rede de internet de qualidade; seja pela dificuldade da jovem em falar sobre o tema da sexualidade, optando então por não adentrar no assunto em uma entrevista.

A seguir apresento resumidamente quem são essas jovens com quem conversei:

- A primeira jovem com quem conversei foi a J1. Ela tem 30 anos, mora no estado do Ceará com seus pais e se autoidentifica como mulher negra. Formou-se em Engenharia Florestal e no momento da entrevista estava cursando uma especialização em Questão Agrária; além disso trabalha no Movimento de Mulheres Camponesas. J1 se aproximou

³⁰ Nesta dissertação, irei deixar o nome verdadeiro das jovens oculto para que suas opiniões e intimidades sejam preservadas. Dessa forma, ao longo do texto, as jovens serão identificadas como J1, J2, J3, seguindo a sequência de militantes que me concederam as entrevistas.

do MMC quando estava na universidade e participa dos coletivos de Juventude, LGBTI e o de Comunicação.

- J2 é uma mulher indígena³¹ de 31 anos e natural de Alagoas. Ela conta que atualmente concilia sua vida em locais diferentes: no assentamento no interior de Alagoas onde vivem seus pais; em Maceió onde cursa o doutorado; e esporadicamente viaja até o Rio Grande do Sul, onde vive seu companheiro. Até a data em que conversamos, J2 estava começando o doutorado em Educação, depois de ter cursado uma graduação em Filosofia e um mestrado em Educação. A jovem se aproximou dos movimentos sociais por incentivo do seu pai – que participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) –, ainda na fase da adolescência. No momento da entrevista, ela fazia parte dos coletivos de Juventude e LGBTI.
- Minha terceira interlocutora, aqui chamada de J3, é uma jovem de 24 anos, branca e que mora em Maceió. Inclusive, uma das questões que ela fez questão de deixar explícita é que faz tempo que ela não mora mais no campo, há um tempo que suas vivências se concentram no espaço urbano, onde faz sua graduação em Agronomia e trabalha como técnica em Agroecologia. Iniciou sua militância no Movimento de Mulheres Camponesas quando tinha 18 anos e hoje faz parte dos coletivos de Juventude, LGBTI e de Comunicação.
- A J4 é uma jovem branca, natural do estado do Paraná, onde mora com seu companheiro, e estava prestes a fazer 27 anos no momento da nossa entrevista. Ela trabalha no campo, em sua propriedade que fica no terreno da família, e faz mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Ela conta que chegou no Movimento de Mulheres Camponesas com 19 anos através de uma prima distante que também fazia parte do movimento. Dentro do MMC, ela integra a coordenação nacional ampliada e o coletivo de formação, onde são discutidas as atividades que vão compor a agenda do movimento.
- J5 é uma jovem negra de 24 anos, que mora na divisa entre Pernambuco e Alagoas com seu companheiro. Ela é engenheira agrônoma e no momento da nossa conversa, estava cursando o doutorado em Desenvolvimento Rural. A jovem conheceu o MMC a partir

³¹ J2 esclarece que se autodeclara enquanto indígena, mas compreende que essa questão é complexa porque não vive em aldeia. Na autodeclaração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável por gerar informações sobre o Brasil e sua população, ela se identifica como mulher parda

de um grupo agroecológico que participava na universidade. Dentro do movimento, ela participa do coletivo LGBTI e apoia as tarefas da coordenação do estado.

- A J6 tem 28 anos, é branca e mora no estado do Paraná com um amigo. Seu nível de escolaridade é superior completo e no momento em que se deu nossa conversa, ela trabalhava. Dentre as jovens com quem conversei para essa pesquisa, J6 foi a que entrou por último no MMC: ela se aproximou do movimento em 2020 através de uma amiga que já era militante, ou seja, J6 ainda não teve oportunidade de vivenciar a troca com as demais companheiras de forma presencial, apenas virtual.
- J7 é uma militante branca, de 26 anos e que mora no estado de Goiás com sua irmã. Ela trabalha e cursa sua segunda graduação, em Ciências Sociais e Políticas Públicas. Embora sua família tenha vivido no campo, J7 diz que nasceu e cresceu no contexto urbano, inclusive essa era uma questão para ela ao entrar no Movimento de Mulheres Camponesas por acreditar que em determinadas pautas ela não tinha o lugar de fala. J7 chegou no MMC em 2018 e atua nos coletivos de Juventude e LGBTI.
- Por fim, minha última entrevistada foi a J8. Ela é uma jovem de 17 anos, branca, mora com os pais e a irmã no estado do Paraná e cursa o ensino médio junto com um técnico em Meio Ambiente. Ela se considera parte do Movimento de Mulheres Camponesas desde quando estava na barriga de sua mãe, pois na sua gestação, a mãe estava ativa na luta em defesa do salário maternidade.

As jovens interlocutoras desta pesquisa representam apenas uma pequena parte das militantes engajadas no MMC, porém, ao olhar para o perfil delas, podemos perceber a diversidade em suas trajetórias. Das 8 jovens aqui apresentadas, todas tem trajetória familiar no campo. Porém, nem todas iniciaram sua participação no movimento através da vivência no campo: a maioria conheceu e passou a militar no MMC através da vivência com o engajamento político e social dentro das universidades. A questão da educação também é um fator que se destaca nessas jovens, pois com exceção da jovem mais nova, que ainda está cursando o ensino médio, as demais cursaram a graduação e algumas já estão na pós-graduação.

Nos tópicos a seguir, vou apresentar os resultados das entrevistas que fiz com as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas.

3.2 – Conversando com as jovens do MMC

O meu primeiro contato com uma militante do Movimento de Mulheres Camponesas foi com a dirigente nacional, Michela Calaça. Nós marcamos uma conversa para que eu pudesse apresentar a ela um pouco da minha pesquisa. Na época, eu ainda estava esboçando alguns objetivos e ideias para essa dissertação, mas no geral, disse que gostaria de estudar sobre a sexualidade das jovens do MMC, compreendendo também como o tema era trabalhado dentro do movimento. Então, no dia 29 de outubro de 2021, eu e Michela conversamos por uma chamada de vídeo na plataforma Zoom e acertamos algumas questões acerca da minha pesquisa. A dirigente do MMC foi muito acolhedora com a minha proposta e levantou algumas questões para as quais eu deveria olhar com atenção, como, por exemplo, a dificuldade de falar sobre sexualidade com meninas muito jovens, sem ter completado os 18 anos ainda. Segundo Michela, as jovens mais engajadas nos espaços de discussão e formação promovidos pelo movimento são mais velhas, então acreditava que eu teria mais dificuldade de encontrar jovens mais novas para a minha pesquisa. Finalizamos a conversa com um encaminhamento: Michela iria levar meu pedido para as demais dirigentes do movimento e, depois, uma das militantes ficaria me apoiando no contato com as demais jovens. Embora o alerta em relação a dificuldade de acessar jovens mais novas no MMC tenha frustrado as minhas ideias iniciais, eu fiquei bem contente com a conversa com Michela e estava disposta a conhecer as jovens que estavam dispostas a conversar comigo.

A J2 foi a militante que entrou em contato comigo para que pudesse me auxiliar nessa ponte com as demais jovens militantes do MMC. Ela me passou uma lista de contatos de WhatsApp para que eu pudesse fazer a abordagem por mensagem e marcar uma conversa. Então foi dessa forma que eu segui com o meu plano de aproximação das jovens do MMC: mandei uma mensagem me apresentando, explicando em linhas gerais minha pesquisa e perguntando se havia interesse da jovem em participar concedendo uma entrevista. Das 11 jovens que mandei mensagem, 10 delas me responderam com entusiasmo e se disponibilizaram para participar da pesquisa (como comentado anteriormente, apesar da boa vontade em participar, não consegui seguir a entrevista com duas jovens por conta do acesso limitado a internet). Apenas uma delas disse que não se sentia à vontade para falar sobre o assunto.

Sobre essa jovem – vamos chamá-la aqui de J9 – minha abordagem foi como com as demais militantes do MMC. Após dois dias sem resposta de J9, ela me retornou dizendo que havia pensado bastante sobre a minha proposta e sugeriu encontrar uma outra companheira para me dar a entrevista porque, segundo ela, não tinha muitos anos de militância e ainda não tinha passado por nenhuma formação sobre sexualidade dentro do MMC. Além disso, era um assunto que não se sentia à vontade para falar. Eu disse que entendia sua posição, mas reforcei que seria

uma entrevista anônima e que ela estaria livre para responder apenas perguntas que quisesse. Ela, então, perguntou se poderia ter acesso às perguntas antes, eu então abri uma exceção e mandei o roteiro inicial da entrevista (por se tratar de uma entrevista pré-estruturada, outras perguntas poderiam surgir no momento da conversa). Após ver as perguntas que eu faria, a jovem confirmou a recusa em conversar comigo. Ela disse que poderia falar sobre sua militância e sobre sua experiência dentro do Movimento de Mulheres Camponesas, mas que não gostaria de falar sobre o tema da sexualidade porque não se sentia à vontade para falar sobre o tema pois não estava bem resolvida consigo mesma. Ela pediu desculpas e reforçou que poderia falar com outras dirigentes para encontrar outra jovem para falar comigo.

A recusa da entrevista é um risco que nós pesquisadoras corremos ao longo da pesquisa, porém ela revela incômodos e pode nos trazer novas questões. . Nessa ocasião da minha pesquisa sobre a sexualidade de jovens do MMC, a recusa da J9 reforçou a ideia de que a sexualidade é um tema delicado e pode trazer diversos sentimentos que a pessoa ainda não está preparada para lidar, nem expor. No primeiro capítulo, vimos através de outros trabalhos, que é esperado da jovem camponesa que ela viva sua sexualidade depois do casamento e/ou que se encaixe num padrão de relacionamento heterossexual. As experiências que fogem desse roteiro, na maioria das vezes, são vividas às escondidas por conta do controle sobre sua vida-afetivo-sexual. Nesse sentido, o assunto sexualidade pode acionar diversas questões e sentimentos, portanto, o silêncio da jovem pode nos dizer muito sobre o “indizível da sexualidade camponesa” (FERREIRA, 2006).

A conversa com as demais jovens se deu a partir de um questionário semiestruturado dividido em três blocos de perguntas:

- 1) Perfil
- 2) Militância
- 3) Sexualidade

A ideia desse questionário foi ter como base perguntas que nos auxiliariam a avaliar essa intersecção entre a vida dessas jovens na militância, principalmente dentro do Movimento de Mulheres Camponesas, e suas experiências sexuais. Dessa forma, o questionário foi formulado com o objetivo de compreender “que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. o segundo, ao fato de que a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2000, sem paginação). A partir desse questionário semiestruturado (ANEXO 1), pude aprofundar algumas questões mais específicas de acordo com o rumo que a conversa seguia

com cada jovem. A seguir vamos esmiuçar os resultados dessas conversas com as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas.

3. 2. 1 - Ser uma jovem militante, ser uma jovem camponesa

Os caminhos das jovens com quem conversei nos movimentos sociais são únicos, cada uma tem sua especificidade quando abordamos sobre sua trajetória na militância. No entanto, reunindo suas narrativas, é possível enxergar algumas semelhanças. Nós encontramos jovens que tiveram seu primeiro contato com movimentos sociais, sendo o Movimento de Mulheres Camponesas ou não, quando saíram de casa para estudar na universidade, como é o caso da J1. Ela conta que “o processo de conhecer o MMC foi no Rio Grande do Norte, foi na universidade onde eu estudava [...]”. Além dela, a J3 também passou por um processo semelhante:

A minha primeira aproximação com movimentos sociais foi o movimento estudantil né, no curso técnico que eles fazia que é aquele técnico que é integrado com o ensino médio. E aí a minha família já tem essa vivência do campesinato, meu pai, minha mãe, meus tios...enfim, todo mundo e aí foi dentro do curso né, em uma roda assim que eu conheci o MMC e comecei a me aproximar das meninas que eram militantes e aí pronto, aí foi como eu comecei no MMC e isso junto ali né dos movimentos sociais de forma geral. Já tava no movimento estudantil e aí nessas rodas também conheci o MMC, foi muito junto assim a minha militância é muito ligada ao MMC. (J3, 24 anos, 18/04/2022)

Outras jovens também apontaram a influência da família nesse caminho de aproximação dos movimentos sociais. Por conta dessa vivência no campo, alguns familiares já tinham uma vida militante, em busca de mais direitos para a população camponesa; nesse sentido, as jovens se espelharam em seus familiares e traçaram um caminho similar.

A J2, por exemplo, conta que teve muita influência de sua família, que vive em um contexto de assentamento; então, já tinham essa vivência na luta pelo direito à terra, fazendo com que a jovem estivesse presente nos “espaços como ocupações em INCRA e tal desde criança”. Essa vivência de participação nos movimentos sociais desde nova não era algo que agradava a jovem, pelo contrário, era acompanhada por um sentimento de “contradição”, pois, via que aquela vida era sofrida para seus pais, além disso, a escola reforçava uma visão estigmatizada dos movimentos sociais:

[...] no processo de reivindicação, eu criei um bloqueio à luta social na adolescência e estimulada inclusive pela própria escola no ensino médio né, que as aulas eram muito, tipo, “ah todo mundo tem o direito de ir e vir...”, na aula de sociologia, “...aí tem os movimentos sociais que fecham a BR, então quando eles fecham estão impedindo seu direito de ir e vir...”, enfim, o modo capitalista de ver o mundo e de tá sendo passado numa escola de ensino médio pra adolescentes. E eu criticava muito meu pai, depois de

um certo tempo eu não queria mais ir nessas atividades de trancar BR, de ocupar espaço, porque na minha cabeça não fazia sentido porque era errado, era contra a lei do Estado. (J2, 31 anos, 06/04/2022)

No caso da J2, é interessante constatar que para a sua trajetória na militância, seu pai teve um papel de destaque para que a jovem mudasse de ideia em relação aos movimentos sociais:

[...] em 2006, tinha a assembleia e ele me levou pra assembleia e disse “ó, vou te levar pra um espaço diferente de formação pra ver se você muda a cabeça porque eu sei que eu não vou te mudar, eu falando por eu”; e ele me levou pra o espaço de assembleia que geralmente só vão as pessoas adulta, né, assembleia estadual não vão de menores. Eu ainda era de menor, mas eu fui. E chegando lá eu participei do meu primeiro espaço de assembleia fora da comunidade, porque na comunidade tem associação, mas é problemas da comunidade né, é assembleia da comunidade e não para resolver questões maiores, de setores maiores e que tava necessariamente ligada à própria sociedade-estrutura né, do Estado. E aí nessa assembleia, eu vi depoimento de mulheres, como a irmã Carmen, que passou por ditadura, que apresentou a história dela; então foi uma coisa que me marcou muito né, entender esse outro lado do Estado e que nós estávamos na situação de ser sem-terra no momento não era uma coisa que a gente fazia porque queria ir contra o sistema, mas porque o sistema não nos favorecia e favorecia outros né, foi quando eu tive essa primeira compreensão mais geral e a partir disso eu passei a me identificar e defender a causa e a luta, porque eu passei a me sentir parte dessa causa a partir de outras histórias, de outros olhares, de outros depoimentos...e conheci uma companheira que é a Maria Cavalcante, que era na época a coordenadora estadual e tava na coordenação nacional do MMC, e ela me apresentou o Movimento de Mulheres Camponesas. (J2, 31 anos, 06/04/2022)

Quando comparamos com a literatura sobre Gênero e Ruralidades que apresentamos ao longo desta dissertação, principalmente quando interseccionado com a questão de geração, essa participação do pai da J2 mostra que sua experiência se difere da de muitas jovens que tem sua participação nos movimentos sociais controlada e muitas vezes proibida, na medida em que para a figura paterna, a aproximação de suas filhas mulheres em espaços públicos pode direcioná-las e expô-las a vivências afetivo-sexuais, incluindo gravidez antes do casamento (CASTRO et al, 2009, p. 145). Decerto, sem ouvir o pai da jovem e sem colher mais detalhes sobre essa relação familiar, torna-se difícil apontar com certeza que o pai da J2 não tinha esses mesmos receios que os pais das jovens de outras pesquisas, porém, o incentivo em levar a filha para um espaço que não era comumente frequentado por jovens, mostra-se como um movimento importante para o despertar da jovem nos movimentos sociais.

Outras jovens também relataram a influência de alguém da família para a participação no Movimento de Mulheres Camponesas ou outro movimento social. A J4, por exemplo, contou que conheceu o MMC através de uma prima “distante” e que apesar de sua

família nuclear não ter tido experiência com movimentos sociais, seus pais não eram contra sua participação, embora dependesse de uma certa aprovação deles:

Acho que minha família sempre foi assim tranquila, nunca me disseram que eu não podia ir. Meu pai que fazia meu deslocamento né, porque minha mãe não dirige [...]. E assim, [...] apesar da gente vir de uma família que não tinha essa ligação com movimentos sociais, a minha família nunca foi um impeditivo assim pra que eu não participasse. Meu pai sempre me deu forças assim porque se ele me dissesse que não ia me levar, não podia ir porque a gente mora no campo né, então é distante pra mim ir até a rodoviária e pegar um ônibus pra me deslocar. E minha mãe também, ela me falava que podia ir, tudo mais né... porque é isso, tinha que primeiro ter a permissão da mãe e do pai pra depois poder sair né. (J4, 26 anos, 09/05/2022)

Além disso, tem também as jovens que tiveram influência de mulheres da sua família que já participavam de movimentos sociais e que foram uma inspiração para seguir um caminho semelhante, como é o caso da J5 e J8:

Quando eu era muito jovem, quando eu era muito pequena, assim que eu nasci, minha vó já fazia parte de movimentos sociais, ela fazia parte do MST e ela participou do movimento em 1997, 98...até 2005 minha vó era bem ativa no MST e foi assim que ela conseguiu reivindicar e hoje ela tem o lote de terra dela num assentamento aqui em Alagoas. Então como eu já vinha com esse histórico né de minha vó participar, meu vô participar dos movimentos sociais, de entender a importância de se articular enquanto sociedade, enquanto grupos para reivindicar nossas necessidades. [...]

Minha vó tendo a pouca base que ela tinha de estudo e tendo tantos filhos né, que minha vó teve 8 filhos, e ela precisava da terra pra continuar vivendo, e aí ela foi a inspiração assim pra mim, porque minha vó sempre foi uma mulher ligada ao campo, ela se identifica como mateira né, porque ela conhece dos conhecimentos da mata, pra além de ser agricultora...ela sempre falou isso pra mim; então ela sempre foi inspiração pra tanto articulação enquanto grupo, quanto de mulher mesmo dentro do campo (J5, 24 anos, 01/06/2022)

A minha mãe foi uma das... Ela está desde o início da formação do MMC, né, desde antes, quando ainda era ANMTR Sul, que era a Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Daí, ela tava no congresso de consolidação [...]. Eu tô no Movimento desde a barriga, no caso, porque a primeira manifestação que eu fui, eu tinha 7 meses dentro da barriga. Foi pra defender o salário-maternidade e a minha mãe tava grávida. Foi em março, eu nasci em maio. Então... (J8, 17 anos, 19/06/2022)

A partir dessas histórias podemos perceber que, em linhas gerais, a trajetória dessas jovens militantes do Movimento de Mulheres Camponesas nos movimentos sociais é movida pela influência e aproximação da família à militância e/ou marcada pelo contato com a vida política quando saem de casa para estudar na universidade.

No capítulo anterior, vimos que as mulheres rurais começaram sua participação política a partir da igreja e das Comunidades Eclesiais de Base, mas que com o tempo, as demandas mais específicas das mulheres mostraram que aquele espaço era limitado pois não davam a devida atenção para suas pautas. Diante disso, dois caminhos se apresentaram: a inserção das mulheres nos sindicatos rurais e no movimento autônomo. Nesse sentido, podemos perceber que o engajamento político de mulheres nos movimentos sociais influenciou positivamente outras gerações a se somarem aos movimentos, aqui, no caso, no Movimento de Mulheres Camponesas. Como refletem Lorena de Moraes e Nathalia Nascimento:

É válido ressaltar também a influência dos movimentos sociais, sindicatos rurais e grupos de mulheres, espaços que provocam debates sobre as desigualdades de gênero e a condição das mulheres no meio rural, contribuindo com o processo de empoderamento das mulheres ao “combater as mentalidades de submissão” (MMTR-NE 2018), além de proporcionar a elas a circulação no espaço público, ampliando os horizontes do viver e do pensar. (2020, p. 743).

Essa ideia vai ao encontro com os relatos das jovens mulheres do MMC que ao falarem de suas trajetórias, seus começos no movimento, ressaltam o papel de uma mulher, de sua família ou não, que exerciam um papel importante na luta pelos direitos das mulheres rurais.

No caso das jovens que vêm de um contexto familiar que as aproximam do mundo rural, mas que se juntaram ao Movimento de Mulheres Camponesas através da universidade, podemos refletir sobre como o acesso à educação pelas jovens colocaram-nas em contato com outras realidades e outras formas de pensar o modo de vida camponês, algo que talvez no espaço familiar fosse algo mais limitado. Como constata José Ricardo Braga, em sua tese sobre jovens mulheres rurais no ensino superior:

A valorização da educação por parte dos jovens rurais pode trazer um conflito com a instituição família, uma vez que modifica a relação dos filhos com o saber – que antes era fruto da transmissão familiar, num processo não institucionalizado – e as relações de poder no âmbito familiar. (2018, p. 77)

Algo semelhante foi visto por CASTRO et al (2009), em que uma integrante da Comissão Nacional da Juventude da CONTAG relata a luta que ela, sua mãe e sua professora tiveram que travar contra seu pai para que a jovem pudesse estudar quando era criança, pois, segundo ela, ele “não queria que eu aprendesse a ler porque não queria que eu namorasse” (CASTRO et al, 2009, p. 150). Com muito custo e contra a vontade do pai, a jovem estudou e se tornou uma das poucas pessoas da cidade que sabia ler e escrever. Essa condição deu a ela

um cargo de secretária no sindicato, onde viu uma mudança no perfil dos sindicalizados, que passou a contar com a presença de mais mulheres e jovens (IBIDEM).

Apesar de se aproximarem do movimento num contexto de distanciamento da vigilância e controle de seus familiares, os mesmos parecem não ter impedido a participação dessas jovens no Movimento - pelo menos minhas interlocutoras não relataram nenhum tipo de coerção de seus familiares em nossas conversas. Em comparação à literatura³² apresentada aqui, a participação das jovens no Movimento de Mulheres Camponesas pode soar até como um privilégio em comparação à história de tantas outras jovens que tiveram sua participação em espaços públicos como os movimentos ou sindicatos rurais controlada pelos familiares, subordinando a presença delas nesses espaços à companhia de algum homem. Essa questão não foi uma prioridade nessa pesquisa, por isso não foi nossa intenção cobrir com profundidade, mas pude perceber que a participação delas no MMC é algo conhecido pela família, o que não quer dizer que não haja conflitos em relação ao modo de pensar já que no movimento, as jovens passam a aprender e debater questões sobre agricultura familiar, trabalho, valorização da mulher, sexualidade, saúde, educação, de uma maneira que muitas vezes vai contra o que a família ou outras pessoas próximas pensam. Isso fica evidente na fala da J4:

[...] hoje, 7 anos depois, eu sinto uma mudança assim na relação da minha família, na relação da minha mãe com meu pai assim, porque aí quando eu comecei a compreender esse processo também, eu era assim mais próxima com meu pai mesmo, eu e minha mãe tínhamos algumas discordâncias e a gente não tinha lá uma relação tão boa assim. E aí quando eu comecei a compreender esse processo, isso melhorou até a relação com a minha mãe assim, de eu compreender também qual que era o lugar dela, de como ela tava naquela situação ali né, de opressão, de tá sofrendo; e isso foi fundamental também pra mim compreendendo essa situação e também estar conversando e às vezes pegando no pé mesmo do meu pai assim, e às vezes gerou...várias vezes geraram discussões assim, mas a gente discute mas depois fica tudo bem assim...mas de pegar no pé dele mesmo, de dizer “olha, vocês moram tudo junto, trabalho de dentro de casa é de todas as pessoas porque todas as pessoas daqui de dentro da casa usam esse espaço...” e mais nesse sentido assim. (J4, 26 anos, 09/05/2022)

Portanto, as discussões levantadas dentro do MMC influenciam o modo de pensar das jovens em diversos campos de sua vida, sendo a sexualidade um dos temas. No próximo tópico, veremos a perspectiva dessas jovens sobre este tema dentro do movimento.

³² Apesar do controle da família, em *Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político* (2009), as pesquisadoras já haviam constatado que mesmo com o controle da família, a participação das jovens nos movimentos sociais e eventos da juventude estava crescendo e, na época, representava quase 40% do público nos eventos políticos.

3.2.2 – O debate sobre sexualidade dentro do MMC pela visão das jovens

Um dos meus objetivos nessa pesquisa é compreender como as jovens percebem sua sexualidade, a partir da experiência individual de cada uma delas ao longo de suas vidas, mas, também, é pensar a sexualidade de forma coletiva, principalmente dentro do movimento que elas atuam. Dessa forma, eu quis compreender como elas enxergam a discussão sobre sexualidade dentro dos encontros, formações e materiais do Movimento de Mulheres Camponesas.

A partir de então, nas minhas conversas com as jovens essa foi uma das questões que inseri no roteiro que serviu como base para as entrevistas. Quando questionadas sobre como ocorre o debate sobre sexualidade dentro do MMC, a maioria das jovens respondem a essa pergunta se referenciando a partir do início do debate sobre diversidade sexual e a necessidade de falarem sobre as mulheres camponesas que se assumem enquanto lésbicas, bissexuais, transsexuais, etc. Apesar de algumas reforçarem que desde o início do Movimento de Mulheres Camponesas, o tema da sexualidade caminhou junto com as demais discussões, para elas o tema da sexualidade e da visibilidade para o tema da diversidade sexual é um tanto recente:

[...] o debate de gênero sempre esteve historicamente no MMC, então a sexualidade aparecia, mas não era uma...não tinha um enfoque né, gênero e sexualidade, mas minimamente era trazido nesse debate de gênero e sempre esteve assim. Se pegar a cartilha lá da década de 80, as mulheres já estão falando de gênero né, gênero e classe. E aí, mas assim o debate meio que separado, mais definido, bem definido sexualidade, ainda tamo caminhando né com a definição agora do feminismo camponês popular, eu acho que aprofundou um pouco mais esse debate, mas é recente né, de 2019 pra cá assim, com o lançamento do livro³³ né, então acho que é um pouco por aí. (J1, 30 anos 04/04/2022)

Então, normalmente porque o MMC em si né, ele traz mais essa organização da pauta de luta para as mulheres em geral né, então sobre os direitos...já teve até também muitas formações sobre importância da saúde da sexualidade, com relação só à reprodução sexual né, no caso. Então já tinha encorpado esse debate nacionalmente né, sobre a questão sexual, mas não sobre a diversidade da sexualidade. (J2, 31 anos, 06/04/2022)

Como destacado nas falas anteriores, minhas interlocutoras enxergam que o debate sobre sexualidade é muito recente e, para elas, o aprofundamento desse tema nos espaços do movimento está muito atrelado ao papel das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas. Inclusive, quando conversei com Michela sobre a viabilidade da minha pesquisa com as jovens, ela ressaltou a importância delas para a discussão sobre sexualidade dentro do movimento. Mesmo que o tema da sexualidade sempre tenha sido de alguma forma presente na história do

³³ O livro citado pela jovem se trata do “Feminismo Camponês Popular”, lançado em 2021 pelo Movimento de Mulheres Camponesas.

Movimento de Mulheres Camponesas a partir das questões sobre corpo e reprodução, uma das novidades dessa intersecção entre juventude e sexualidade no MMC foi que a pauta LGBTQIAPN+ entrou para o debate do movimento, segundo Calaça:

Os primeiros documentos do MMC, ainda quando eram organizações estaduais e era só uma articulação, tem cartilhas sobre gênero e sexualidade, tem...às vezes mais voltada ao entender do corpo, não necessariamente a questão da pauta LGBT, mas você percebe que tinha mais debate, as mais velhas às vezes dizem isso. Eu entrei em 2010, 2011. De lá pra cá, a gente fez muito debate sobre o papel das mulheres na agroecologia [...], a gente foi muito pra esse debate econômico também, não só ambiental, mas econômico de dizer que as mulheres produzem, que a gente precisava de políticas públicas para as mulheres, e aí nacionalmente a gente não tinha muitos debates sobre questão da sexualidade. *E aí a juventude veio com força assim, tipo botando o pé na porta e botando debate.* No MMC sempre teve mulheres lésbicas, isso é muito claro, mas isso não é, pelo menos eu não percebia como um debate. Aí eu acho que a juventude chegou meio que dizendo assim “não é só ter, a gente precisa...não é só ter e não é só não ter preconceito, a gente precisa debater a questão” (Michela Calaça, dirigente MMC, 29/10/2021, grifo nosso)

Nesse sentido, juventude e sexualidade parecem ser temas que caminham juntos no Movimento de Mulheres Camponesas. Como afirma J3: “essa pauta da sexualidade dentro do MMC, eu enxergo que tá muito junto assim com as questões da juventude né, é uma demanda muito das jovens do MMC”. Um fato que reforça essa ideia é que os dois encontros de jovens camponesas a nível nacional tiveram como um dos temas principais a sexualidade (MMC, s. d.). No primeiro, ocorrido em 2014, a discussão girou em torno do tema “MMC, Feminismo, Saúde e Sexualidade das jovens camponesas” e o segundo, em 2019, foi sobre “O papel da juventude nos movimentos sociais e nas lutas históricas da classe trabalhadora”, onde as jovens também discutiram sobre sexualidade, aprofundando o debate acerca da diversidade sexual e apresentaram como resultado a cartilha *Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTIfobia* (2020).

Para além da participação das jovens nesse aprofundamento do debate sobre diversidade sexual das mulheres camponesas, as falas de duas jovens destacaram a contribuição em especial das militantes do MMC do estado de Alagoas:

[...] nacionalmente se falando, em 2019, foi o primeiro espaço que se teve esse momento de diversidade sexual e de gênero, e foi puxado em especial pelas bases de mulheres de Alagoas, porque diferentemente de outros estados, a nossa base em Alagoas ela tem uma diversidade muito LB³⁴ dentro da comunidade das mulheres, das jovens em especial. E isso também a gente percebeu a partir de encontros, de formação nossa, que não tocar nesse nome, não fazer a formação com mulheres mais velhas sobre essa necessidade inclusive de mulheres mais velhas nunca terem se assumido no espaço por

³⁴ Quando a jovem fala LB, ela está se referindo às mulheres lésbicas e bissexuais.

se sentirem reprimidas, tinha que ser ultrapassado. E dentro de Alagoas a gente tem uma diversidade inclusive de jovens LB que tão dentro da coordenação; e tem uma relação muito pura entre as mais velhas e as mais novas de compreender essa diversidade. É claro que a gente tem espaços com preconceito, é claro que a gente tem uma resistência, mas em nenhum momento as companheiras mais velhas destratam ou não acolhem as mulheres por sua diversidade sexual [...] (J2, 06/04/2021)

Então, aqui no estado, não sei se é uma peculiaridade...quer dizer, a gente tem uma peculiaridade, mas não sei [risos]...que aqui no estado, a juventude [...], metade do povo é do vale³⁵ assim [risos]. Aí a gente tem essa questão que é muito interessante, porque a gente sempre discutiu isso nas rodas...isso nas bases, assim. Mesmo que isso não fosse tema central, a gente tava ali discutindo isso. [...] e aqui no estado a gente tem feito essa discussão principalmente com a juventude e nas rodas de forma geral, assim, mesmo que não tenha um espaço sobre, a gente sempre tenta fazer esse recorte assim nas bases né, com as mulheres, independente da idade assim. (J3, 18/04/2021)

Tal cenário demonstra como as bases podem influenciar nos assuntos que se tornam de caráter nacional. Uma “peculiaridade” das camponesas do MMC do estado de Alagoas, como observada pela J3, influenciou para que a pauta tomasse proporções maiores dentro do movimento e fosse incluído como debate no último encontro nacional das jovens camponesas.

3.2.3 – Percepções sobre sexualidade das jovens do MMC

Chego nesse presente tópico onde busco aprofundar as vivências afetivo-sexuais das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas. Através dos relatos e experiências de cada jovem, poderemos ter uma ideia geral dos caminhos percorridos por elas, da influência do MMC no tocante à sexualidade e comparar com o que a literatura anterior levantou sobre a vivência de outras jovens rurais.

Das oito jovens com quem conversei, todas elas declararam já ter vivido ou estar vivendo um relacionamento afetivo. Sete delas declararam que se identificam enquanto bissexuais ou que costumam se relacionar com homens e mulheres, sem se identificar com um perfil específico; apenas uma contou que a vida toda se relacionou com homens.

Penso que a sexualidade é um campo complexo e vasto, sendo difícil resumir em tendências a sexualidade das jovens camponesas com quem conversei. Sendo assim, escolho escrever aqui um pouco do que cada jovem compartilhou comigo para que depois possamos aprofundar nas possíveis conclusões. Começo pelo começo: J1 foi minha primeira entrevistada

³⁵ Ser do vale é uma gíria comumente utilizada para se referir às pessoas que são LGBTQIA+. Mais informações em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/do%20vale/22355/>

desta pesquisa, era tudo muito novo para mim enquanto uma pesquisadora que pesquisa sexualidade, por isso, pode-se presumir que em determinado grau, haja um desconforto de minha parte também por tocar em um assunto que pode significar tantas coisas, boas e/ou ruins, difíceis ou prazerosas, valorizadas ou que podem querer manter não tratadas para a minha interlocutora. A experiência da sexualidade para J1 parece ser acompanhada de muitas questões como, por exemplo, a dificuldade de se definir e de se assumir enquanto uma pessoa que se relaciona com homens e mulheres:

[...] inclusive há uma dificuldade de se definir enquanto lésbica, de definir enquanto bissexual, eu não costumo...teve um período que eu dizia que eu era lésbica, mas teve um período que eu dizia que era bissexual. Então coisa que não é totalmente definida assim. Hoje eu tenho dúvida de se definir assim, e também muito pela questão de ser taxada “ah não sei o quê, indecisa” né, a questão da bissexualidade é muito pesada também né, porque tem muito a questão “ah você é indecisa, você não sei o quê”...tem essa questão muito forte também né (J1, 30 anos, 04/04/2022)

Para além disso, a vida afetivo-sexual da jovem é atravessada pelo convívio com sua família, devido à responsabilidade do cuidado com seu pai, que é compartilhada com seus irmãos, mas apenas ela mora na mesma casa com o pai. Diante disso, a jovem relata não se sentir à vontade de viver um relacionamento com alguém próximo do lugar onde vive com sua família. Quando questionei se a pessoa com quem ela se relacionou no passado morava por perto, ela disse:

Não, era alguém da universidade, da cidade onde eu estava também, em Mossoró. Na cidade, nenhuma ainda. Há essa preocupação também, tem esse processo que é muito difícil, então no entorno de casa é impossível. Hoje eu penso que é muito mais difícil, naquela época era mais, enfim, tinha mais coragem né. Hoje em dia parece assim quanto mais você aprofunda o debate, a coragem vai ficando menor, não sei, é um processo meio doido assim. (J1, 30 anos, 04/04/2022)

Esse relacionamento que ela teve no período da universidade nunca foi assumido para a família. Tanto os relacionamentos com mulheres, quantos os com homens. De acordo com a jovem:

não é até hoje assumido pra família né, então é um debate que não é travado dentro de casa né. Pra fora sim, mas dentro não. É um processo que eu acho que no campo tem um diferencial, porque no urbano, não sei, posso estar enganada né, ter uma visão bem distorcida. No urbano acho que existe possivelmente uma rede maior de apoio do que no campo né. Acho que no campo tem muito a questão do tabu, é muito mais enraizado sabe?! o tabu, o preconceito também...mas sim, já tive um relacionamento sim. [pausa] Sobre eles, eu acho que é um processo também falar sobre, inclusive dentro de casa. (J1, 30 anos, 04/04/2022)

J1 conta que há uma certa pressão de sua família em relação a sua sexualidade, principalmente no que diz respeito a relações que têm por objetivo o casamento e a maternidade:

[...] sempre há uma grande expectativa...”ah quando você vai casar? quando você vai ter filhos? quando é que você vai ter a sua casa?”...sempre tem né, é uma coisa que já é meio que de praxe ter, de cobrança, de expectativa. Na verdade, de cobrança mesmo né, então sempre tem, (J1, 30 anos, 04/04/2022)

Mas de acordo com a jovem, casamento é uma questão que ela não tem uma posição definida. Hoje em dia assume uma posição de negação, mas reconhece que não sabe o que o futuro guarda para ela. Sobre ser mãe, a jovem comenta que prefere ter um filho adotivo a gerar uma criança.

Todas essas questões relatadas pela jovem têm diversos atravessamentos que fazem com que ela não exponha tanto sua vida afetivo-sexual não apenas para sua família, como também para o movimento. Embora as companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas saibam de alguns dos seus relacionamentos, é um assunto que ela considera não ser “fácil de se falar”, por isso não se sente à vontade para se abrir. A jovem, ao analisar a trajetória de suas vivências afetivo-sexuais, salienta que o seu processo é parecido com o de muitas pessoas “LGBT” que se descobrem, experimentam outras formas de desejo sexual quando saem do campo, quando estão longe do controle da família:

eu olhando pro antes disso, eu era muito na caixinha mesmo, já tava doutrinada praquilo, a gente na verdade é doutrinado pra isso né?! arranjar um relacionamento hétero, casar, ter filhos e ter uma casa né. Então tem que sair do campo pra buscar entender o próprio corpo, a própria sexualidade. Então foi esse o processo comigo né, tanto que minhas vivências são todas fora, no urbano né, então não é do campo. Então eu acho que isso é bem emblemático, é uma coisa que me marcou muito a partir do momento que eu passei a ter acesso (J1, 30 anos, 04/04/2022).

A segunda jovem com quem conversei - chamada aqui de J2 - me contou que atualmente tem um relacionamento com um homem que conheceu em uma das suas atividades pelo Movimento de Mulheres Camponesas. Seu companheiro tem 42 anos e na época da entrevista morava no Rio Grande do Sul, por isso, a jovem de vez em quando se deslocava para lá para ficar com ele. J2 disse que se identifica enquanto bissexual, o que causava uma certa resistência por parte da família em aceitar. Segundo a jovem, sobre assumir seus relacionamentos para a família:

Com homem sempre foi mais fácil né, até porque não é necessariamente uma família tradicional mas é uma família tradicional, é o pai, a mãe e nós, os filhos e filhas. Por mais que seja campesinato, que tenha o pé na luta, na organização e tal...Pra o meu pai

sempre foi mais simples de entender, acho que nenhum dos dois nunca aceitou, mas é mais simples de entender e de apoiar quando é necessário pra enfrentar as barreiras. Mas a minha mãe, ela é muito fechada em relação a isso...”ai porque não tem homem no mundo e parará”...muito esse papo e é uma coisa que eu já cansei, eu não bato mais de frente com ela [...] (J2, 31 anos, 06/04/2022)

Para seu companheiro, o fato da jovem se assumir enquanto bissexual parece não haver algum tipo de discordância da parte dele. Na nossa entrevista, a jovem contou uma situação que aconteceu quando seu companheiro foi pela primeira vez à casa de sua família. Na ocasião, a mãe da jovem questionou se ele sabia que a jovem gostava de mulheres:

[...] ele fez “claro que eu sei! Ela é do movimento de mulher”, ele brincou, “como é que ela não gosta de mulher se ela é do movimento de mulher?!” (risos), aí ela fez “não, tô dizendo que a bicha é sapatão, que ela é bolacheira, não sei o quê e tal...”, aí ele fez “sei, sim, sei”, aí ela fez “e tu não liga, tu não se importa?”, aí ele fez “por que que eu vou me importar se faz ela feliz sendo do jeito que é?” (J2, 31 anos, 06/04/2022)

Sobre seu relacionamento atual, a jovem contou que os dois vivem algo que chamam de “relacionamento responsável”, isto é, não consideram viver um relacionamento aberto, mas caso algum dos dois sinta vontade de ficar com outra pessoa, tudo bem. Os dois já moraram juntos por 2 anos no Rio Grande do Sul, mas atualmente vivem em estados separados por conta do doutorado que a jovem está fazendo. A jovem não considera que vivem um casamento “tradicional”, mas algo como um companheirismo, onde pretendem construir uma vida juntos novamente no futuro. Sobre ter um filho, a jovem, assim como J1, pensa mais em adotar do que viver a experiência de gestação. No geral, a sexualidade de J2 parece ser vivida sem muitas amarras. Embora tenha tido questões com sua família ao se assumir bissexual, eles parecem aceitar a identidade dela. Além disso, em seu relacionamento atual, a jovem parece ter um diálogo com seu companheiro, permitindo que ambos se relacionem fugindo dos padrões de um relacionamento heterossexual onde se espera que não haja envolvimento com outras pessoas - mesmo que muitas vezes isso aconteça sem o conhecimento do outro.

Outra jovem com quem conversamos, chamada aqui de J3, vive há alguns anos na cidade desde que foi cursar o ensino técnico. Atualmente ela mora com sua companheira, que conheceu no aplicativo de relacionamentos Tinder. A jovem conta que no passado já se relacionou com homens por conta do contexto religioso em que estava inserida, só depois de um determinado tempo que ela foi “descobrir esse lado da minha sexualidade assim, né, mas não foi sempre não” (J3, 24 anos, 18/04/2022).

Seus pais ainda não sabem que ela se relaciona com mulheres e, inclusive, não sabem que ela mora com sua companheira afetiva:

[...] eu falo que eu sou muito acolhida assim pelas mulheres do MMC né, minhas mães assim, várias...porque eu tenho um bom relacionamento com meus pais, mas eles não sabem da minha sexualidade assim. Não tenho nem previsão assim, porque é um drama assim. Qualquer coisa que fuja ali do controle, minha mãe já adocece, então tem essas coisas assim, [...] essas chantagens assim, muitas coisas que aí é muita terapia pra tratar. Mas eles não sabem, não. Não sabem...porque é assim, eles sabem que eu moro com a companheira, que a companheira divide cama comigo...e eu não sei o que que eles acham, então eles sabem né, só nunca me perguntaram e eu nunca falei assim também. (J3, 24 anos, 18/04/2022)

J3 conta que quando era mais jovem, já foi noiva de um rapaz e foi o único relacionamento que seus pais tinham conhecimento. Perguntei se os pais dela tinham alguma questão com esse relacionamento, se havia algo que não aprovavam. Ela me disse que sua mãe achava ruim o fato de o rapaz já ter sido casado anteriormente, mas tirando essa questão, se fosse seguir a vontade da mãe, J3 já estaria casada:

Os demais relacionamentos da jovem foram longe do controle dos pais, principalmente depois que começou a estudar fora da sua cidade. Nesse sentido, J3 segue caminho semelhante das suas companheiras que foram entrevistadas para essa pesquisa: sua vida afetivo-sexual se inicia ou se intensifica quando saem da casa dos pais.

Apesar de a jovem não encontrar um acolhimento em sua família para contar que se relaciona com uma mulher, ela conta que no Movimento de Mulheres Camponesas encontra esse apoio das demais militantes e acredita ter uma maior abertura para ser quem ela é:

[...] desde o início assim da minha militância pra cá, a gente nota assim, ao menos aqui no estado né, uma abertura muito maior. Porque a gente tem uma base de mulheres, tem uma base muito jovem; e aí tem a gente que tá, enfim, vamos dizer assim, chegando perto dos 30 anos, sei lá; e tem uma galera que já tá muito assim, idosa né, pra 60, acima de 60 anos...são jovens há mais tempo, como a gente fala. Aí eu vejo uma abertura nessas mulheres muito maior né, desde o início, que eu comecei a militar no MMC pra agora. [...] E aí muito graças a essa conexão com a juventude que a gente tem aqui no estado né, que é bem engraçado, que aí a gente fala que é o próprio...quando a gente vai pros encontros do MMC nacional é só algazarra assim, porque é muita gente daqui que se entende como LGBT, enfim...E aí as nossas mulheres têm isso que é bem engraçado assim de conversarem mais sobre isso abertamente, sobre sexualidade assim, e não tinha antes. E aí só trazer isso porque eu acho bem engraçado todas as vezes que a gente vai pra alguma base e aí elas já perguntam da companheira, manda...quando alguma das nossas companheiras não vão, mandam algum pratinho de comida ou alguma coisa assim...é um carinho, enfim, muito bom assim de receber né. (J3, 24 anos, 18/04/2022)

A fala anterior da J3 demonstra como o movimento tem um papel importante em sua vida enquanto uma jovem que se relaciona com outra mulher. Pois ainda que ela não tenha a abertura da sua família de origem para contar sobre sua vida afetivo-sexual, é no Movimento

de Mulheres Camponesas que ela encontra acolhimento por parte das demais companheiras. O MMC também teve relevância para a compreensão sobre sexualidade da J4.

A jovem foi criada seguindo os preceitos da igreja católica, por isso, muitas questões relacionadas ao sexo e ao corpo eram postas como pecado. Ela conta que seu início no movimento foi tomado por desconfortos na medida em que suas crenças eram confrontadas com os princípios do Movimento de Mulheres Camponesas:

acho que uma coisa que me marcou bastante foi o primeiro encontro do movimento assim, porque eu era uma pessoa super alienada assim, então o primeiro encontro do movimento me marcou muito porque ele foi um tapa na cara assim que me doeu muito, porque parecia que naquele momento ali tudo que eu tinha como realidade, como verdade imutáveis assim, elas passam a serem questionadas e aquilo me incomodava muito...questionar o que eu tinha como uma verdade imutável assim. (J4, 26 anos, 09/05/2022)

[...] eu acho que tem uma questão que já vai muito que de encontro à tua pesquisa que é a questão da sexualidade que é colocada pra nós enquanto mulheres né...ah essa questão da virgindade, da mulher ter que casar, tudo certinho ali que...enfim, essas questões assim foram umas das que me impactaram bastante, a questão do aborto...foram temas que...porque o movimento ele não...por exemplo assim, eu cheguei mas ele assim não pára pra te...eu não cheguei diretamente pra uma formação de jovens que tavam entrando, eu cheguei e peguei o barco entrando. Então eu já peguei temas bem aprofundados assim, e pra mim eram coisas que me soavam muito estranhas ainda, desconhecidas. Então essa questão da sexualidade, da religiosidade, foram as que mais me impactaram assim de começo, e que mais eu ficava pensando assim. Mas antes de ir eu já...antes de ir pra o movimento, eu já tinha também essas inquietações na minha cabeça, só que eu nunca tinha encontrado uma pessoa que falasse sobre isso, mas daí quando eu ouço as mulheres do movimento falar sobre isso, aí a religião me travava, o que eu já tinha escutado a vida inteira na igreja até ali, aquilo me travava porque era pecado, era assim que tinha que ser as coisas, se fosse pra além dali você era pecadora e tudo mais assim. Então, aí quando eu encontro alguém que também trazia essas inquietações de “nossa por que que tudo é pecado? tudo que você pensa em fazer de diferente é pecado, então você não pode...”, mas aí eu enfrentei esse desafio de que a igreja, o que eu tinha aprendido dentro da igreja católica me travava assim né, porque aí você ia pro inferno e essas coisas todas que a gente sabe que a igreja traz né. (J4, 26 anos, 09/05/2022)

A jovem diz que sempre se relacionou com homens e por conta da criação na igreja católica, considera que sua vida sexual só tenha começado depois de entrar para o Movimento de Mulheres Camponesas quando também conheceu seu companheiro atual:

[...] minha vida sexual começa depois que eu entro pro movimento. Porque até então, como eu te disse, eu levava... eu tinha isso tudo muito...de ser tudo muito resguardado, de que não podia, e sexo só depois do casamento, toda essa questão né. E pra isso tem a família da gente pra cuidar, tem a comunidade toda pra cuidar isso né, então a minha vida sexual ela começa nesse relacionamento assim, antes disso eu não tinha uma vida sexual ativa assim, e também muito por questão do movimento assim, da gente também se descobrindo assim, então acho que é muito nesse sentido. Mas eu nem consigo imaginar o que seria de mim assim também na vida sexual sem o movimento, sem ter passado por esse processo e que a gente continua passando, continua se compreendendo

também...o nosso corpo enquanto um espaço que é nosso né e não do outro...acho que um pouco nesse sentido. (J4, 26 anos, 09/05/2022)

Antes desse relacionamento atual, a jovem conta que já se relacionou com outros rapazes mas que não chegou a ter relações sexuais. Seu primeiro envolvimento foi com um garoto do colégio, quando tinha 14 anos. Ela não contou para seus pais, mas a mãe descobriu depois de um tempo. De acordo com ela, “foi horrível porque foi a primeira vez que eu vi meu pai chorar, meu pai ficou muito decepcionado, minha mãe queria me bater [...]” (J4, 26 anos, 09/05/2022). Além da situação com sua família, ao terminar sua relação com o rapaz, o mesmo se tornou muito agressivo e passou a perseguir a jovem e sua família. Nesse sentido, esse relacionamento e um outro que ela teve à distância alguns anos depois marcaram negativamente a vida afetiva da jovem, ela conta que esperou mais de 3 anos para iniciar o relacionamento com seu companheiro atual.

Desde a pandemia, J4 mora junto com o rapaz com quem se relaciona atualmente. Quando questionada sobre casamento e maternidade, a jovem disse que antes tinha vontade de se casar na igreja e ser mãe, mas seus planos mudaram depois que passou a fazer parte do Movimento de Mulheres Camponesas e quando passou a morar com seu companheiro. Os dois acreditam que no momento não é da vontade deles ter um filho por conta do contexto financeiro e social em que se encontram. Inclusive essa é uma questão relatada por várias das jovens entrevistadas quando questionadas sobre serem mães: elas pensam que o contexto em que o Brasil estava até à época da entrevista desencorajam-nas a ter um filho. Embora seja uma decisão dela e do companheiro de não serem pais, ela conta que ainda há uma pressão da família por ser a filha mais velha e por sua mãe ser a única da família que ainda não é avó. Mas de acordo com a jovem, ela sustenta sua decisão e pensa que ser mãe não está restrito à gestação de uma criança:

eu posso ser mãe biológica, eu posso ser mãe adotiva e eu posso ser mãe das crianças que tão na minha volta né. É sobre contribuir no cuidado com essas crianças, e é assim que eu me sinto, porque às vezes parece que bate um peso de você não ser por conta da cobrança e eu alivio isso me sentindo mãe dessas crianças assim, contribuindo na criação das que estão na minha volta (J4, 26 anos, 09/05/2022)

Conversei também com J5, que contou que há 7 anos vive um relacionamento aberto com um rapaz 10 anos mais velho. Sua primeira relação sexual foi aos 15 anos com um amigo com quem tinha muita intimidade e com quem se sentia à vontade para vivenciar essa experiência pela primeira vez. Ela conta que o fato de ter saído cedo de casa para fazer a graduação fez com que ela experimentasse sua vida sexual de forma mais aberta, foi quando

também se entendeu enquanto uma mulher bissexual. Olhando para o seu passado, a jovem acredita que

se eu tivesse saído mais tarde, eu iria ter mais maturidade pra lidar com essas relações do que eu tenho hoje assim. Por exemplo, eu ainda me sinto um pouco imatura, por exemplo, na minha relação de 7 anos de namoro. O meu relacionamento, o meu namorado é 10 anos mais velho que eu, então ele tem muito mais carga de conhecimento, de experiências do que eu. Então eu acho que se eu fosse pensar sobre a minha trajetória, eu seria um pouco mais madura e um pouco mais paciente, porque eu sempre fui muito hiperativa assim, eu nunca tive experiência... paciência pra esperar, sabe? Então eu acho que lidaria com um pouco mais de paciência e iria com mais calma (J5, 24 anos, 01/06/2022)

O processo de entendimento de que J5 era bissexual foi confuso, de acordo com ela, e levou um tempo até se abrir para a primeira experiência com uma mulher. Ela conta que aos 15 anos sentiu atração por uma amiga, mas que na época, não havia essa possibilidade de se relacionar com pessoas do mesmo gênero. Foi aos 17 anos, que a jovem ficou pela primeira vez com uma mulher e aos 19 que aceitou sua identidade bissexual. Da sua família, apenas seu pai sabe que é bissexual. Ela acha que teria uma resistência de seus avós e tios, mas no geral, acredita que sua família aceitaria de forma tranquila uma vez que outros membros também são gays e bissexuais assumidos. Inclusive, em relação a sua família, J5 se sente sortuda pois o tema da sexualidade é constantemente discutido nas conversas:

[...] minhas tias que são bastante assim proativas em conversas como essa, de falar sobre experiências sexuais, falar sobre coisas que gosta, falar de experiências que foram negativas pra elas na adolescência, em como a gente pode se proteger em questão, por exemplo, da questão reprodutiva. Então a gente sempre teve essa abertura na minha família, tanto no núcleo mais próximo, que seria meu pai e minha mãe; quanto do núcleo maior da família. Meu pai, quando eu tinha 13 anos, foi a pessoa que me instruiu a dizer “olha, isso aqui é uma camisinha, é assim que se usa. Não é sua idade ainda de fazer esse tipo de ato, mas se um dia tiver com vontade, é assim que se protege”, então existia assim uma abertura pra se falar o que era o ato e como eu deveria fazer, entendeu? então eu acho que dentro da minha família esse aspecto de comunicação e de ensinamento, ele era bastante incisivo assim; tanto da parte dos meus pais, dentro de casa, quanto das minhas tias, sabe (J5, 24 anos, 01/06/22)

J5 também fala sobre as questões que atravessam sua sexualidade por ser uma mulher negra:

primeiro ponto de dificuldade que eu vejo: eu sou uma mulher negra de pele clara, então é muito complicado pra mim já ter esse marcador né, não que...obviamente que em questões de racismo eu enfrento muito menos que uma pessoa retinta, mas quando eu me relaciono com outras pessoas principalmente, eu vejo que essa parte de eu ser uma mulher negra de pele clara vai partir pra um campo de exotificação, tipo eu sou uma pessoa exótica, uma pessoa diferente e tal. E aí quando a pessoa acrescenta esse ponto de bissexualidade em mim, já cresce mais ainda esse estigma né, de “olha, ela é uma

mulher liberal, negra, tipo...é uma menina jovem, então eu vou poder ter experiências únicas com ela, mas essas experiências únicas nunca partem pra uma relação afetiva, então é sempre pra parte sexual. Então isso me deixa bastante incomodada assim. Eu sou uma pessoa que gosta que tenha essa parte sexual sim, a gente sabe enquanto mulher que é bom se sentir desejada, se sentir atraída por outras pessoas, mas quando parte pra esse campo de que eu não posso ser uma mulher amada e respeitada pra além do que eu sou nesse campo sexual, eu me sinto muito muito muito mal assim. Eu já passei por várias e várias situações que a pessoa só me levava pra ambientes por exemplo pra só ter esse tipo de relação, tipo “olha, você só vai ter relação sexual comigo”. E depois de um tempo a pessoa ou vai me escantear ou ela vai criar uma narrativa, então não é legal ser vista comigo na rua de mãos dadas mas é legal me levar pra um ambiente só pra ter uma relação sexual comigo. Então quando você já tem essa carga nesses pontos de marcação em você, pra você lidar com isso intimamente é bem complicado assim...de você perceber também né, porque eu acho que quando a gente conversar com uma pessoa hoje e tá interessada nela existe esse meu olhar de preocupação em saber se eu tô sendo levada pro campo só da sexualidade, só da hiperssexualização, no caso né; ou se eu tô sendo levada em conta também enquanto uma boa companheira, enquanto uma boa amiga, enquanto uma pessoa que pra além de ficar com você, eu vou ter também outros tipos de afeto com você...então isso é uma coisa que me preocupa muito. Antes, no começo, sendo mais imatura, eu aceitava esse lugar, sabe, eu aceitava porque achava que era só esse lugar que eu podia fazer...ter uma relação com alguém, mas a partir do momento que eu vejo minha complexidade e que eu sei que sou múltiplas coisas dentro de mim, então...eu tenho a parte acadêmica, eu tenho a parte de diversão, a parte que eu gosto de ler, gosto de dançar, eu gosto de várias coisas, eu não sou só isso, entendeu? Então é complexo você se centrar em você, se preocupar com o que outro tá pensando de você e aí você decidir “olha, posso ter uma relação com essa pessoa porque ela vai me respeitar”. (J5, 24 anos, 01/06/22)

A jovem não pensa em se casar tão cedo, acredita que no futuro pode ser que ela decida por “avançar nesse nível de companheirismo”, segundo suas palavras. Ter filhos também é algo que não passa pelos seus planos no momento.

Em relação ao movimento, quando questionada sobre a contribuição das discussões sobre sexualidade dentro MMC para sua vida pessoal, a jovem acredita que elas foram importantes para que ela aprendesse a escutar mais:

Então, é...eu sempre fui uma pessoa muito explosiva assim, eu até hoje sou uma pessoa muito explosiva e quando eu entrei no Movimento de Mulheres Camponesas, eu acho que essa noção de compreensão, de que eu preciso escutar, ficou muito mais evidente. E no aspecto da sexualidade também né, porque é uma coisa que a gente acha que todas as mulheres sabem de tudo Eu não sabia de tudo, assim como elas também não vão saber de muita coisa. E aí eu acho que o que me fez...o que me contribuiu essas rodas é justamente isso assim, entender o outro lado, sabe? O porquê de se pensar assim e o porquê que eu penso da forma como eu penso. Eu acho que o que me contribuiu foi bastante isso, o poder da escuta e o poder do diálogo, sabe? pra gente conseguir trazer novas informações e também absorver novas informações...acho que foi a principal contribuição pra mim. Principalmente nesse tema. Porque eu ser uma pessoa muito jovem, consigo debater abertamente sobre muita coisa e que as mulheres que são mulheres que estão inseridas na zona rural, só na zona rural né e que não vai pra outros espaços da forma como eu tô aqui.Por exemplo, consigo hoje dentro da universidade, eu já fui pra muitos estados, eu já conheci muitas pessoas. E esse se inserir num local só e só estar naquele ambiente, naquele núcleo, faz com que elas tenham determinados tipo de...como se fosse se fechando, sabe, pra determinadas ações. Mas eu aprendi que sim, a partir do diálogo a gente consegue conversar sobre temas que às vezes são temas

super absurdos pra essas mulheres né. Falar sobre abuso sexual, por exemplo, é uma barreira muito grande que a gente tem, nem sempre é fácil falar com uma mulher que é abuso que ela sofre todo dia e que ela não sabia que sofria, mas a gente conseguindo ser sensível e aprendendo o poder do diálogo e da escuta a gente consegue sim passar. Eu acho que isso foi o principal...a principal contribuição pra mim, enquanto pessoa né (J5, 24 anos, 01/06/2022)

Outra jovem que fez parte da minha pesquisa foi J6. Ela foi a única com quem não foi possível conversar por chamada de vídeo, então, optei por enviar as perguntas por mensagem no Whatsapp e ela me enviou as respostas posteriormente. A jovem, no momento da entrevista, estava se relacionando com um rapaz com quem já tinha uma amizade há alguns anos. Este era seu sétimo relacionamento, o primeiro foi aos 15 anos, e de acordo com ela, o fato de ser poetisa a deixava muito apaixonada, por isso já se relacionou tantas vezes. Sobre essas relações, J6 contou que foram

sempre com homens e acaba durando no máximo 2 ou 3 anos. Duas dessas relações foram extremamente abusivas e eu sofri muito, mas hoje em dia graças ao feminismo e a toda mulherada com quem trilho essa caminhada, a gente vai aprendendo a sarar as feridas e construir relações mais confortáveis, amorosas, respeitadas. (J6, 28 anos, s. d.)

Embora seus relacionamentos tenham sido com homens, a jovem conta que sempre teve atração por mulheres e chegou a ficar com algumas amigas na época da escola. Mas nunca assumiu isso porque tinha medo do seu pai e da comunidade. Os relacionamentos com homens também são um conflito para ela pois conta que nunca se sentiu à vontade nas relações sexuais, porque, de acordo com J6, eles não sabem “fazer direito”. Sobre a questão com seu pai, a jovem comenta que tem uma relação tensa com ele, por isso, seus relacionamentos só foram informados a ele quando a jovem tinha mais de 18 anos. Antes disso, ela se relacionava escondida da vigilância do pai.

A jovem conta também que já foi casada por 2 anos, não era um casamento formal, mas eles moravam juntos. Para ela, esse casamento foi muito importante para ela se assumir bissexual, aos 26 anos. Pois, segundo seu relato, seu companheiro era “pra frente na questão política” e mantinham uma relação de muito respeito. No futuro, ela diz que pensa em se casar novamente e, também, pensa em ter filhos.

Outra experiência importante que quero apresentar aqui é a da J7, ela é a única militante do MMC com quem conversei que disse não ter ligações muito próximas com o contexto rural, conta que sua ligação mais próxima com o campo vem de sua avó. Nesse sentido, a jovem se coloca num lugar de distanciamento do universo rural e, inclusive, relata que se

sente desconfortável em se posicionar diante de alguns temas que pensa que suas companheiras que vem do contexto rural teriam mais propriedade para falar.

Apesar da jovem se sentir distante das experiências das suas companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas que são do campo - e em determinado grau, pode sim existir diferenças - as vivências afetivo-sexuais de J7, assim como das demais jovens entrevistadas, também são marcadas por silêncio, violências e discriminação por se identificar enquanto bissexual. Ela conta que só foi compreender sua sexualidade depois que saiu de casa, quando tinha 18 anos. Antes disso, cresceu em um contexto religioso e sua família não dava abertura para o diálogo sobre esse tema, por isso, compartilhar com a mãe que perdeu a virgindade aos 14 anos e assumir que gostava de se relacionar com mulheres não era algo viável para a jovem. Olhando para seu passado, J7 acredita que só recentemente a sexualidade deixou de ser um tabu em sua vida:

Posso dizer que acho que nos últimos talvez quatro anos da minha vida que isso tenha deixado de ser um tabu tão grande. Então, assim, de que eu comecei a falar disso de uma forma mais natural. E eu acho que, eu também brinquei que eu quase não me relaciono com homens mais muito porque eu acho que acaba que eu me sinto mais confortável, me sinto mais segura quando eu me relaciono com outras mulheres, sabe? Parece que eu me sinto mais entendida nos contextos todos, assim. Então, foi realmente um processo, assim. Depois que eu comecei a me relacionar com mulheres, acho que foi muito de entender a minha bissexualidade. Acho que eu entendi um pouco mais sobre tudo, assim. Sobre desejos que eu tinha. Eu tive a certeza que eu fui muito apaixonada por uma colega minha de colégio. Então eu acho que essa liberdade inicial me deu a outra liberdade, sabe, de conhecer mais o meu próprio corpo, de entender algumas coisas, assim, enquanto alguma coisa realmente muito natural, assim. (J7, 24 anos, 06/06/2022)

Dentro do MMC, ela conta que o contato com o tema da sexualidade foi importante em duas questões:

Primeiro, de entender as dificuldades da jovem que vive no campo, né, e que tá longe de aparatos e de, às vezes, algumas discussões, às vezes estão muito limitadas no espaço da escola e tudo, e que em casa é muito difícil muitas vezes. Não que em todos os contextos sejam, mas em alguns, são. Isso me abriu muito os olhos, assim, para como alguns contextos fazem com que seja muito mais difícil você primeiro entender a sua sexualidade e, segundo, ter coragem de falar abertamente sobre ela [...]. O outro ponto que eu entendi é como falar sobre isso faz com que outras pessoas consigam falar também sobre, sabe? Eu acho que uma das coisas mais legais que aconteceu no dia desse encontro que eu falei de jovens é... Quando a gente foi falar sobre essa temática, algumas meninas que não tinham participado em nenhum momento do Encontro se sentiram acolhidas e pertencentes àquele espaço, sabe? E depois de alguns relatos que algumas meninas fizeram e que eu fiz também sobre algumas violências que eu já tinha vivenciado, elas se sentiram acolhidas para falar. Então, eu acho que levar essa discussão para dentro do Movimento é principalmente isso, sabe? É fazer com que o Movimento seja um espaço de acolhimento independente de sexualidade, sabe? (J7, 24 anos, 03/06/2022)

Inclusive, sobre esse segundo ponto, a jovem relata que viu a importância de ter se assumido enquanto uma mulher bissexual quando um dos membros da sua família se sentiu à vontade para se assumir para a jovem. No fim da nossa entrevista, J7 declarou:

E eu acho que tanto as mulheres, quanto as meninas que vivem no campo primeiro começam a trabalhar muito cedo. Eu acho que esse diálogo sobre sexualidade se ele não acontece ainda nas casas das cidades, ele acontece muito menos no campo. E que essa invisibilidade, que lá na minha monografia eu falei sobre o trabalho especificamente, que é invisível e que é, assim, muito exaustivo pra mulher, ele também é pras meninas. [...] Eu vivi isso também. Eu não vivi no campo, mas nesse ponto eu me reconheço porque com 8 anos de idade eu já era responsável por cuidar dos meus irmãos mais novos, e esse é um ponto muito em comum que eu tenho com muitas das meninas do Movimento [...]. Então eu acho que a gente perde muito do ser criança, do ser adolescente, de poder se descobrir, de poder errar, de poder fazer as coisas por conta desses trabalhos que são colocados pra gente desde muito nova, sabe? (J7, 24 anos, 03/06/2022)

Acredito que essa última fala da jovem pode ser associada à discussão sobre sexualidade e trabalho que o próprio Movimento de Mulheres Camponesas desenvolveu na cartilha *Gênero e Sexualidade*, de 2008. No referido material, o movimento argumenta, em linhas gerais, que a vivência da sexualidade plena está ligada à valorização do trabalho da mulher. Nesse sentido, quando a jovem coloca essa questão da atribuição de responsabilidade e ao mesmo tempo a invisibilidade das meninas, podemos pensar que a menina, a jovem cresce sem poder viver sua sexualidade de forma plena por conta dessa invisibilidade que paira sobre sua vida.

A última jovem com quem conversei foi J8, a única com menos de 18 anos das entrevistadas para essa pesquisa. Isso demonstra a dificuldade que tive de acessar as jovens menores de idade. Inclusive foi até uma surpresa para mim quando iniciei a nossa chamada, pois até então, a nossa conversa tinha acontecido apenas pelo Whatsapp e eu optei por não saber muito sobre as jovens antes da entrevista. Sendo assim, quando vi que fisicamente a jovem aparentava ser mais nova do que as demais com quem eu conversei, foi uma mistura de satisfação, porque eu também queria contemplar essa faixa etária na pesquisa; e tensão, pois parecia que eu não sabia como dirigir perguntas tão íntimas para alguém mais jovem que as demais. Além disso, o que agravou a minha tensão foi a presença da mãe da jovem que estava no mesmo cômodo e tivemos até a oportunidade de trocar algumas palavras. Para mim, essa entrevista reafirmou o quanto o tema da sexualidade pode ser desconfortável inclusive para mim, enquanto pesquisadora sobre sexualidade.

A nossa conversa começou com perguntas sobre a sua participação no Movimento de Mulheres Camponesas; ela contou que seu início no movimento pode ser considerado desde

que estava na barriga de sua mãe. Quando criança, ela também participava das místicas e só quando fez 15 anos foi quando passou a integrar o coletivo de juventude do MMC. Após as perguntas sobre seu envolvimento no MMC, passei para as perguntas sobre as vivências afetivo-sexuais da jovem. Na primeira questão, sobre se ela estava em algum relacionamento, era visível um certo desconforto de sua parte. Ela, então, saiu de um cômodo e foi para um quarto, disse que tinha muito barulho onde estava. Após chegar no quarto, a jovem me contou que se relacionou com um menino do seu colégio, mas que não considera o que tiveram como um namoro.

No momento da nossa conversa, a jovem contou que estava se relacionando com uma menina da sua cidade, mas se conheceram pela internet, em uma rede social. Esse seu relacionamento, diferente do relacionamento que teve com o menino do colégio, não é público. Na verdade, ninguém ainda sabe que a jovem se relaciona com mulheres e se considera bissexual:

Assim, eu acho que eu me descobri faz pouco tempo, assim, sabe? Eu entendi o que eu sou, como eu me identifico, né, eu sou bissexual, mas eu ainda não tomei coragem pra me assumir. Mas é um diálogo bem aberto, assim, tipo, meus pais são super, eles super entenderiam, sabe? Eles seriam receptivos com isso. Talvez ficassem com receio perante a sociedade porque a gente sabe a quantidade de preconceito que eu posso sofrer, então... (J8, 17 anos, 19/06/2022)

Suas companheiras do movimento também não sabem, mas a jovem diz que se sentiria acolhida pelo coletivo LGBTI quando decidir que é o momento de compartilhar isso com as demais militantes do movimento.

Questiono como a jovem enxerga as suas experiências afetivo-sexuais, se ela já sofreu algum tipo de repressão ou controle. Ela conta:

No meu ambiente familiar, não. Tipo assim, como eu falei, meus pais são super de boa com isso, então em casa não teria isso. No Instituto [Federal] também é muito aberto, sabe, essa questão, tem muita gente que é LGBT, então assim é um apoio coletivo que a gente tem. A gente tem até o coletivo LGBTQIA+, né, o Orgulho de Ser, que é do grêmio, eu sou presidenta do grêmio do IF, daí a gente tem o coletivo, então... Em relação aos outros familiares, eu sei que eu teria algum tipo de... talvez alguns familiares eu teria algum tipo de olhar estranho, sabe? Mas com a maioria acho que não (J8, 17 anos, 19/06/2022)

Sobre casamento, J8 declara que pensa sim em se casar, mas que é um plano para um futuro não tão próximo. Primeiro, ela pensa terminar uma faculdade para poder trabalhar como professora e ter uma estabilidade financeira. A jovem também tem vontade de ser mãe no futuro, pensa principalmente em adotar uma criança:

Eu penso, mas não que eu gere, sabe? Eu sempre tive essa coisa com adotar. Uma vez, quando eu era pequena, eu vi que tinha tido um desastre na África, não lembro em qual lugar era, mas tinha tido um desastre natural e daí várias crianças sem os pais, que tinham morrido e tal. E aí eu via tinha, tipo, um ônibus cheio de criança que tava indo pro orfanato e eu aí ficava “mãe, vamos lá buscar um pra gente”, sabe? Pra gente cuidar porque eu sempre tive essa questão de querer... Eu nunca pensei em ter um filho, tipo, que saísse de mim, mas adotar sempre foi um sonho. (J8, 17 anos, 19/06/2022)

Nos parágrafos anteriores, quis expor os principais pontos da minha conversa com as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas. Como podemos perceber, seus relatos nos dão uma ideia da diversidade de suas trajetórias tanto na entrada nos movimentos sociais e aproximação do MMC, como também de suas vivências afetivo-sexuais.

Gostaria de chamar a atenção para duas questões antes de aprofundar na análise sobre as experiências afetivo-sexuais das jovens entrevistadas: a primeira diz respeito à identidade das jovens enquanto camponesas³⁶. Das militantes com quem conversei, apenas duas relataram morar no campo, outras mantêm laço com familiares que moram no campo, mas vivem em contexto urbano. Assim como na pesquisa sobre as jovens camponesas do MMC/SC, em que Sirlei Gaspareto (2009) apresenta dados que mostram que algumas jovens, na época do estudo, moravam na cidade ou já tiveram uma experiência de moradia em centros urbanos. Nesse sentido, os dados desta dissertação reforçam o que Gaspareto constatou sobre as jovens de sua pesquisa: a categoria jovem camponesa é heterogênea principalmente na sua relação com o campo.

Esse contexto parece não deslegitimar a identificação das jovens enquanto camponesas. Recuperando as palavras de Maria José Carneiro, “indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território” (2008, p. 35). Nesse sentido, é possível pensar que a participação no Movimento de Mulheres Camponesas, para além da vivência e do sentimento de cada uma, parece contribuir na afirmação dessa identidade dessas jovens. Assim como Gaspareto, que percebeu que

o ideário do MMC não é suficiente para transformar as categorias de autoidentificação, mas é um processo permeado por relação com o outro, com a memória, que se entrelaçam nas representações sociais. [...] Isso mostra como participar no movimento é a experiência social que possibilita a construção identitária enquanto jovem camponesa. (2009, p. 64)

³⁶ Reforço que não foi meu objetivo neste trabalho aprofundar as análises sobre a identidade das jovens enquanto camponesas.

A segunda questão que quero tratar aqui é em relação à faixa etária dessas jovens. De acordo com o Estatuto da Juventude (2013) do governo brasileiro, são considerados jovens aqueles que tem entre 15 a 29 anos de idade, porém, ao realizar minha pesquisa e perguntar a idade das jovens com quem conversei, vi que duas delas tinham mais de 29 anos e ainda participavam do Coletivo de Juventude do MMC: J1 com 30 anos e J2 com 31 anos. Inclusive questioneei à J2 se o movimento estabelece uma faixa etária para ser considerada enquanto jovem e integrar o Coletivo de Juventude. Segundo a jovem:

tem o [estatuto] da CONTAG³⁷, que geralmente o pessoal se mobilizaria por ele que é até os 35, né. Mas a gente meio que...o coletivo jovem funciona mais com quem tem espírito jovem pra participar...tem funcionado assim. Tanto é que tem pessoas que participam com 12 anos. A gente estabeleceu mais ou menos essa faixa etária de menor idade, de 12 anos pra iniciar - abrindo exceções pra algumas pessoas de 11 - pra ter esse cuidado mesmo com o processo né, de não perder a infância da pessoa, de não adulecer ela, ou juvenecer ela antes do tempo; mas aí a gente estabeleceu ali 12 anos pra tá participando do coletivo, e o máximo é enquanto você se sente jovem. (J2, 31 anos, 06/04/2022)

Nesse sentido, a fala da jovem reforça a ideia de que a juventude não pode ser definida apenas pelo critério de faixa etária, pois a identificação enquanto jovem não é fixa. Portanto, juventude está mais ligada a “uma concepção, uma representação social ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens” (GROPPO, 2000, p. 7 apud GASPARETO, 2009, p. 62).

Quando comparamos as vivências afetivo-sexuais das jovens camponesas do MMC com as das jovens rurais que a literatura trazida no primeiro capítulo nos apresentou, podemos apontar elementos que aproximam e distanciam essas jovens. O primeiro ponto que gostaria de abordar é em relação à vivência da sexualidade longe do conhecimento da família. A vigilância e o controle das jovens rurais foi uma constante nos trabalhos apresentados na primeira parte desta dissertação: autoras como Rosângela Vieira (2005), Elisa Guaraná de Castro (2005), Vanda Silva (2005), Maria de Assunção de Lima Paulo (2010), perceberam em seu campo que a sexualidade dos jovens, principalmente a das jovens mulheres está inserida numa dinâmica em que seus comportamentos não passam despercebidos pelo controle e vigilância da família e da comunidade onde vivem: pais que não permitem que jovens frequentem espaços políticos e

³⁷ Encontrei um documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), sobre o programa “Jovem Saber”, onde delimitam a faixa etária correspondente a juventude dos 16 aos 32 anos de idade.

festas sem a companhia de um familiar, geralmente homem; fofoca que circula entre os moradores; entre outros mecanismos. É nesse sentido, que as jovens buscam estratégias para viverem suas relações longe dos olhos daqueles que podem julgá-las, ou seja, às escondidas.

Em menor ou maior grau, o controle também se faz presente quando olhamos para a sexualidade das jovens camponesas do MMC. Relatos como a de J1, que conta que todas suas experiências afetivo-sexuais aconteceram em espaços considerados urbanos, longe da casa de sua família; e a de J4, que comenta que sua mãe quis *bater* nela e seu pai chorou decepção ao descobrirem que aos 14 anos a jovem estava se relacionando com um colega na escola onde estudava, demonstram que o controle fez parte de suas trajetórias. O controle da família no caso das jovens do MMC opera de forma semelhante com as demais jovens rurais, isto é, o controle busca manter a jovem no caminho que a moralidade impõe como o correto para a vida afetivo-sexual de uma jovem mulher, ou seja, uma *sexualidade negociada*. Segundo as palavras de J1, as expectativas giravam em torno de “arranjar um relacionamento hétero, casar, ter filhos e ter uma casa né”. Relembrando os argumentos de Gayle Rubin (2007), que nos diz:

This notion of a single ideal sexuality characterizes most systems of thought about sex. For religion, the ideal is procreative marriage. For psychology, it is mature heterosexuality. Although its content varies, the format of a single sexual standard is continually reconstituted within other rhetorical frameworks, including feminism and socialism. It is just as objectionable to insist that everyone should be lesbian, non-monogamous, or kinky, as to believe that everyone should be heterosexual, married, or vanilla – though the latter set of opinions are backed by considerably more coercive power than the former³⁸. (p. 162)

Nesse contexto, para as jovens que se identificam enquanto lésbicas, bissexuais, esse cenário de controle se intensifica, fazendo com que poucas delas se sintam à vontade para compartilhar com a família que se relacionam com mulheres, como é o caso de J1, J3 e J8, por exemplo.

Dentre os trabalhos sobre juventude rural e sexualidade que apresentamos aqui, apenas a dissertação de Andrea Belusso (2019) identificou em seu campo a presença de um jovem bissexual e uma jovem lésbica, mas no geral, a homossexualidade era vista pelos demais jovens de sua pesquisa como “algo difícil de entender e com estranhamento” (BELUSSO, 2019,

³⁸ “Essa noção de uma única sexualidade ideal caracteriza a maioria dos sistemas de pensamento sobre sexo. Para a religião, o ideal é o casamento procriativo. Para a psicologia, é a heterossexualidade madura. Embora seu conteúdo varie, o formato de um único padrão sexual é continuamente reconstituído dentro de outros quadros retóricos, incluindo o feminismo e o socialismo. É tão censurável insistir que todos devem ser lésbicas, não monogâmicas ou excêntricas quanto acreditar que todos devem ser heterossexuais, casados ou baunilha - embora o último conjunto de opiniões seja apoiado por um poder coercitivo consideravelmente maior do que o primeiro.” (RUBIN, 2007, p. 162, tradução nossa)

p. 84). Assim como na pesquisa de Rosângela Vieira, em que os jovens militantes do MST, apesar de falarem que respeitam a vontade do outro em se relacionar com quem quiser, a autora constata que a homossexualidade é uma ferramenta utilizada para ofender o outro, no sentido de que ser homossexual é algo ruim. Além disso, “todos afirmaram que não há homossexualidade nos assentamentos e que isso seria ‘coisa da cidade’” (VIEIRA, 2004, p. 78), reforçando uma ideia de que as experiências homoafetivas estão associadas aos espaços urbanos. O que percebemos é que tratar da sexualidade em geral já um tema tortuoso, falar sobre homossexualidade dentro dos espaços rurais torna-se pior ainda, principalmente no caso das jovens mulheres. É como reflete Paulo Ferreira:

a sexualidade camponesa, com raríssimas exceções, se centra, segundo o TB³⁹, na vertente, heterossexual. Outros afectos indizíveis, por sua vez, permanecem fadados à expulsão funcional e ao anonimato teórico. Discurso direcional em que prevalece nos confins do rural uma sexualidade em função do patrimônio, em função da herança, em função do parentesco, em função do compadrio, sem dar espaço para as paixões e intensidades para além do casal, do casamento, do grau parental (2006, p. 20)

Existe uma ideia de que a vivência de relações homoafetivas está associada à cidade “devido ao fato de que o urbano é visto como lugar de afirmação, inclusão, diversidade e liberdade, enquanto o rural ainda é o espaço de contextos comunitários favoráveis ao mais rígido controle social e sexual” (BELUSSO, 2019, p. 83), e minhas interlocutoras reforçam esse ponto de vista em suas falas, como por exemplo, na fala de J1:

É um processo que eu acho que no campo tem um diferencial, porque no urbano, não sei posso estar enganada né, ter uma visão bem distorcida. No urbano acho que existe possivelmente uma rede maior de apoio do que no campo né. Acho que no campo tem muito a questão do tabu, é muito mais enraizado sabe?! o tabu, o preconceito também... (J1, 30 anos, 04/04/2022)

O que podemos apontar é que para além de uma visão de que a cidade demonstra esse lugar de liberdade e diversidade e o rural enquanto um espaço conservador, e por isso, os jovens rurais estariam vivendo sua sexualidade nesses espaços. Podemos pensar também que, sobretudo, a sexualidade das jovens é vivida longe do controle da família, o que necessariamente não quer dizer que essas jovens não encontrem estratégias para viver suas relações, como vimos com as jovens nos trabalhos aqui apresentados e também com as jovens entrevistadas. Porque, nesse sentido, pesquisas que apontam para o aumento dos casos de

³⁹ TB se refere aos Textos Brasileiros sobre o Rural (FERREIRA, 2006)

violência contra a população LGBTQIAPN+⁴⁰ e a experiência de J7, por exemplo, de ter mais liberdade de se relacionar no interior, onde morava sozinha, e ter que esconder suas relações com mulheres quando ia para a cidade, onde morava sua mãe; nos dão pistas para pensar que a vivência da sexualidade das jovens rurais/jovens camponesas é muito mais complexa do que se pode imaginar e que o controle pode ser a chave principal para pensar os limites que cerceiam as experiências afetivo-sexuais de determinadas jovens.

Percebemos aqui a *sexualidade negociada* operando no sentido de que as jovens muitas vezes se encontram em contextos familiares e/ou comunitários onde sua sexualidade é controlada. Elas, por sua vez, negociam como, onde e com quem vão viver suas experiências afetivo-sexuais; além disso, para quem vão compartilhar essas relações.

Para além disso, temos também o papel importante do Movimento de Mulheres Camponesas na abertura para o debate e aceitação das jovens camponesas que se identificam enquanto lésbicas e bissexuais. Recobro aqui falas que demonstram que para algumas jovens o movimento simboliza um espaço de acolhimento para se abrir sobre suas relações afetivo-sexuais e, também, aprender. J3, por exemplo, diz se sentir muito acolhida por suas “mães” do MMC, como ela própria as chama, em comparação a sua família de origem que ainda não sabe que a jovem mora com sua companheira. A emoção de J4 ao falar sobre o que o MMC representou em sua vida também é emblemática nesse sentido, pois segundo a jovem, a sua chegada no movimento foi um “divisor de águas” para que tudo aquilo que ela acreditava ser verdade, principalmente pela sua inserção na igreja católica, foi colocada em questionamento. Assim como J3 que aciona o papel da mãe para se referir às companheiras mais velhas do MMC que as acolheram, J4 também vê o MMC como sua “segunda família”.

A relação do Movimento de Mulheres Camponesas com as jovens na questão sobre a sexualidade pode ser vista como uma relação em que ambas as partes se complementam, ou seja, o MMC é importante para as reflexões sobre sexualidade na vida de muitas jovens, ao mesmo tempo que essas jovens ajudam a construir e dão novas caras para a pauta sobre sexualidade dentro do movimento. Em consonância com a dirigente do movimento, Michela Calaça, as falas de algumas jovens também reforçam uma ideia de que embora o tema da sexualidade sempre tenha sido debatido no movimento, foi a partir da articulação da juventude que o tema ganhou destaque, principalmente na perspectiva da diversidade sexual, olhando com atenção para as mulheres camponesas que se identificam enquanto lésbicas ou bissexuais.

⁴⁰ Dados do Mapa da Desigualdade de 2022, produzido pela Rede Nossa São Paulo, mostrou que a violência homofóbica e transfóbica aumentou 148% no ano de 2021, em comparação com 2020. (MARÇA, 2022)

No que diz respeito aos relacionamentos, em minha pesquisa, constatei que as jovens do MMC vivem diferentes configurações de relações. J5, por exemplo, relatou que vive um relacionamento considerado aberto. J2, ao falar de seu relacionamento, disse que o mesmo não é aberto publicamente, mas tem estabelecido com seu companheiro que é permitido para ambos se relacionarem com outras pessoas em algum momento, caso sintam vontade. Temos também o caso de J4, que vive com seu companheiro, mas não se sente casada nem pensa em casar-se. Nesse sentido, para além do namoro, e do *ficar*, os relatos das jovens do MMC demonstram a complexidade e variedade de seus relacionamentos.

Se olharmos para os relacionamentos das jovens de outros trabalhos de referência, vemos que elas, na maioria das vezes, seguiam um roteiro que incluía *ficar*, namorar e, então, o casamento (formal ou não). Mas nem sempre esse plano seguia seu curso planejado: às vezes o *ficar* não evoluía para um namoro ou, então, uma relação sexual casual que resultava na gravidez da jovem, poderia pular direto para o matrimônio (às vezes por pressão da família). Nesse sentido, não quer dizer que as jovens do MMC estejam livres dessas expectativas no que diz respeito aos seus relacionamentos afetivo-sexuais, pelo contrário, como vimos nas falas expostas, as famílias colocam uma certa esperança sobre a vida afetivo-sexual dessas jovens. Porém, essas jovens demonstram em seus relatos viver seus romances, seus desejos de diferentes formas, contrariando, inclusive, a ideia de valor-família (WOORTMAN e WOORTMAN, 1990) no sentido em que experienciam relações fora do eixo heteronormativo-monogâmico-reprodutivo.

É nesse sentido, também, que casamento e maternidade são temas que indicam que as jovens do Movimento de Mulheres Camponesas seguem caminhos diferentes dos aguardados para elas a partir da lógica do *valor-família*. Em alguns trabalhos vistos aqui (SILVA, 2005; PAULO, 2010; FERNANDES, CASTRO, 2014), o casamento (seja ele oficial ou não) é compreendido como um evento onde espera-se que a jovem tenha um futuro garantido, tanto financeiro, a partir da produção nas terras do marido⁴¹; bem como social e moral, a partir da ideia de que o casamento edifica a vida da jovem, principalmente se esta engravida antes do casamento (FERNANDES e CASTRO, 2014). As reflexões de Dainese corroboram a ideia de que o casamento é entendido como um momento a ser vivido pelas jovens

⁴¹ Autoras como Vanda Silva (2005), Maria Ignez Paulilo (2000) contam que nas comunidades rurais, a mulher só tinha acesso à terra através do casamento, pois não era comum que mulheres recebessem terras como herança, apenas os filhos homens. Embora os movimentos de mulheres do campo historicamente lutaram pela pauta do acesso à terra pelas mulheres, dados do último Censo Agrícola (2017) mostram que apenas 12,7% são proprietárias de terras (AGUILERA, 2022). Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mulheres-e-terra-direitos-lutas-e-consequencias-da-desigualdade-no-campo/>. Acesso: 21 de jan. 2023

mulheres porque, na compreensão da sociedade, a relação conjugal, principalmente entre homem e mulher, opera para que as moralidades permaneçam em funcionamento:

[...] as relações do casal se configuram nas dinâmicas da produção/reprodução do grupo doméstico, de modo que casar, ter filhos e viver de acordo com as expectativas de uma conjugalidade marcada pelos imperativos da casa e do roçado são parâmetros fundamentais na determinação dos papéis e relações de homens e mulheres. Das determinações mais significativas se destacam a questão da complementaridade, da dependência e da subsunção das atividades e condição feminina (e de outros membros do coletivo familiar) ao pai de família. Também se reconhece a moralidade dos afetos conjugais, cujo traço hegemônico se refere ao matrimônio e à reprodução familiar. (2017, p. 734)

Quando digo que as trajetórias afetivo-sexuais das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas apontam para um sentido diferente não quero dizer que minhas interlocutoras se colocam contra o casamento, mas o que quero apontar é que suas falas demonstram que, embora os familiares de algumas das jovens tenham expectativas em relação à vida amorosa e conjugal de suas filhas, as jovens não colocam o casamento enquanto uma prioridade em suas vidas, mas também não descartam a possibilidade.

Acredito que certos elementos como a participação no movimento e o acesso à educação influenciem para que o casamento não se torne uma ferramenta essencial para a mudança de vida dessas jovens. Um cenário semelhante foi percebido por Valmir Stropasolas (2002), que ao analisar a perspectiva de jovens catarinenses acerca do universo rural, constata que os jovens administram essas etapas da vida de forma diferente em comparação com as gerações anteriores:

os jovens redefinem e ampliam a noção de família de forma a contemplar as expectativas e os projetos de vida formulados ou em curso de realização no seu cotidiano; no entanto, sua constituição não desaparece dos planos dos jovens, embora visualizem sua consolidação num prazo mais distante que aquele comumente observado nas gerações precedentes (p. 220)

Nesse sentido, para as jovens do MMC, percebo que a noção de conjugalidade ganha novos contornos quando elas se encontram em relacionamentos não-heteronormativos, não-monogâmicos e não-reprodutivos. Percebo também que novos arranjos são evidenciados em relação à maternidade. Quando questionei minhas interlocutoras se existe da parte delas uma vontade de ter filhos no futuro, duas questões me chamaram a atenção em suas falas, e gostaria de recuperá-las aqui. A primeira diz respeito a uma ideia de que não teriam vontade de criar um filho na sociedade atual, levando em consideração o contexto político e as desigualdades socio-econômicas. A fala de J3 é simbólica, nesse sentido:

às vezes a gente fala que quer [ter filhos]; outras a gente olha pro mundo, aí não tá próximo da revolução, então não vamos. Mas nesse estado, assim...é uma incerteza, uma incógnita...quem quer botar uma pessoa no mundo agora? Num tem muito sentido. (J3, 24 anos, 18/04/2022)

E a segunda questão foi que, embora algumas disseram não pensar em ter filhos de forma biológica, elas levantaram a hipótese de serem mães através da adoção. Esse tema demanda detalhes mais aprofundados, algo que nessa dissertação, por conta do escopo, não foi possível alcançar. Porém, temos pistas a partir da literatura anterior, que tratou a maternidade das jovens, de um modo geral, do ponto de vista da gravidez não planejada após uma relação sexual sem proteção contraceptiva, mas não a partir da autonomia em escolher se quer ou não ter filhos, muito menos a partir da opção da adoção. É nesse sentido que acreditamos que tais pensamentos corroboram a ideia de que as jovens estão desenhando novos caminhos para formar uma família, seja pela escolha de não gerarem filhos, seja pela escolha de serem mães adotivas. Ou, ainda por terem famílias que não estão marcadas pela heteronormatividade não monogâmica. A reelaboração dos modos de vida da mulher camponesa já não perpassa mais um caminho centrado na naturalização “de que ser mãe é uma ‘benção de Deus’” (LIMA, 2020, p. 199).

Após percorremos com mais atenção as vivências das jovens camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas, acredito que esses relatos se aproximam e podem ser compreendidos a partir perspectiva de Lorena Moraes e Nathália Nascimento (2020) sobre as mulheres acima de 40 anos “que não priorizaram a reprodução familiar heteronormativa [...] como seu projeto de vida” (p. 730). Amparadas pela categoria *desvio*, de Gilberto Velho (1985) e Howard Becker (2008), as autoras argumentam que essas mulheres traçaram trajetórias que iam de encontro com as normas operadas no meio rural, sendo assim, aquelas “que não correspondem às expectativas sociais atreladas ao gênero feminino – como optar por uma união estável com um homem ou pela maternidade – são consideradas *desviantes*” (GONÇALVES, 2009 apud MORAES e LIMA, 2020, p. 734, grifo nosso).

Nesse sentido, as jovens camponesas aqui ouvidas desviam das expectativas impostas pela concepção de *valor-família*, a partir do não cumprimento dos desejos e vontades que as famílias e/ou sociedade têm em relação a suas vidas, como casamento heteronormativo, monogamia e maternidade. Mas além disso, acredito que as jovens em certo nível também são desviantes no contexto do Movimento de Mulheres Camponesas, na medida em que o “normal” dentro do movimento era a discussão sobre sexualidade a partir da perspectiva heterossexual,

que até recentemente deixava de lado o debate sobre as mulheres camponesas que se relacionam com outras mulheres. É então que as jovens “desviantes” colocam a diversidade sexual como pauta dentro do movimento. Esse último “desvio”, embora todos os preconceitos e conflitos para inserir essa discussão no movimento, pode ser visto a partir da reflexão de Gilberto Velho (1985):

[...] o comportamento desviante não é somente algo que ameaça a existência da sociedade, mas pode ser até a sua “redenção”. [...] Certos comportamentos desviantes de caráter inovador podem trazer as respostas adequadas para a permanência de determinado sistema. (1985, n. p.)

Ou seja, podemos considerar que dentro do Movimento de Mulheres Camponesas, mulheres desviantes, no caso, mulheres que não levavam relacionamentos heterossexuais, se utilizaram desse “desvio” para inserir um tema dentro do movimento com objetivo de discutir e conscientizar acerca das especificidades de ser uma mulher camponesa lésbica ou bissexual. Nesse sentido, a ampliação do debate sobre sexualidade abarcando as discussões sobre as camponesas LGBTQIAPN+ inserem não apenas aquelas mulheres que se identificam dessa forma, como também, as mães que têm filhos que “desviam” da identidade heteronormativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos à parte final desta dissertação, o que não quer dizer que chegamos ao fim de tudo. Nós começamos uma pesquisa e temos a pretensão de responder perguntas que colocamos no projeto, às vezes a gente consegue respondê-las, mas acredito que saio daqui com tantas outras que deixarei para uma outra oportunidade.

Nesta dissertação, nosso objetivo principal foi investigar a sexualidade das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas. Portanto, o trajeto que percorremos neste trabalho foi sempre guiado por esse objetivo. Ao longo dos três capítulos que apresentamos, fomos destrinchando outros objetivos mais específicos.

No primeiro capítulo, trouxemos um panorama da produção acerca do tema juventude rural e sexualidade. Não nos limitamos a trazer apenas trabalhos da área de Ciências Sociais, mas também trabalhos das áreas da Psicologia e Educação que têm um diálogo com a análise social da questão. Essa escolha permitiu ampliar o número de trabalhos sobre o tema que são escassos dentro das grandes áreas temáticas como juventude rural, gênero e ruralidades. Mais uma vez recobro a publicação de Fabiano Gontijo, em que o autor constata que “nos estudos rurais parece haver uma quase total ausência de pesquisas que *especificamente* das experiências e/ou práticas sexuais no mundo rural” (2015, p. 148, grifo do autor).

Os trabalhos apresentam jovens de diferentes contextos rurais, mas no geral, foi possível identificar alguns comportamentos em comum como a vivência do casamento e da maternidade, mesmo que em alguns casos, as jovens principalmente, optassem por adiar esses momentos em suas vidas; as relações curtas, comumente chamadas de *ficar*; as experiências afetivo-sexuais vigiadas e controladas pelas famílias e pelas redes comunitárias como vizinhos, escola, igreja, etc. Apesar da grande relevância dessas pesquisas para ajudar a pensar as sexualidades dos jovens rurais, a maior parte delas não adentrou em marcadores sociais pertinentes para se pensar as vivências sexuais dos jovens como, por exemplo, a diversidade sexual e o recorte racial.

A partir dos aportes de Gayle Rubin, Judith Butler, Paulo Ferreira, propomos o conceito de *sexualidade negociada* para pensar as vivências afetivo-sexuais das jovens rurais que apareceram nas pesquisas apresentadas no primeiro capítulo. Com este conceito, queremos dizer que se por um lado temos uma forte vigilância sobre os corpos e comportamentos principalmente das jovens, controlando suas relações afetivo-sexuais, tomando cuidado para que as jovens não fiquem faladas e não manchem a reputação da família. Por outro lado, se essa sexualidade é vivenciada dentro de um casamento heterossexual, monogâmico e o sexo é

praticado com objetivo de procriação, então essa sexualidade é aceita. Mas, também a sexualidade aparece como um não dito, mas “sabido”.

No capítulo 2, apresentei um breve histórico sobre a trajetória da participação das mulheres rurais e camponesas nos movimentos sociais e a luta por direitos que contemplem suas demandas específicas. A imagem da mulher associada ao privado é questionada por essas mulheres que estão à frente dos movimentos, nesse sentido, tratar de temas que são de interesse coletivo, incluindo a sexualidade, é ir contra um ideal de mulher camponesa, que estaria sempre subordinada às vontades da família. O surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas, enquanto um movimento nacional, se deu em 2004. Porém, antes disso, as mulheres já se reuniam em torno de um objetivo comum que era a luta pelos direitos das mulheres de maneira autônoma, construindo uma agenda política própria.

Nas cartilhas produzidas pelas militantes e que aqui foram apresentadas, foi possível constatar que a sexualidade enquanto um tema privilegiado nas discussões dentro do movimento surgiu mais como exceção do que regra. De maneira geral, o tema apareceu na discussão e construção de pautas importantes para o movimento, porém, geralmente, as categorias acionadas direcionavam para uma ideia de mulher camponesa conforme os moldes associados a moralidade camponesa, no sentido proposto por WOORTMAN (1990), que coloca o camponês atrelado ao trabalho, à terra e à família. Apenas dois materiais trataram a sexualidade como central e foram além no sentido de colocar a mulher camponesa numa posição autônoma quanto a sua vivência sexual, de priorização dos seus desejos e de reconhecimento de que mulheres camponesas LGBTQIAPN+ existem e fazem parte da luta por uma sociedade anticapitalista, agroecológica, feminista.

Quando falei pela primeira vez sobre minha pesquisa com Michela Calaça, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas, sua fala foi enfática ao salientar que a discussão sobre sexualidade do movimento estava associada à participação da juventude. Dessa forma, minhas entrevistas com as jovens que participam do movimento demonstraram que para elas a sexualidade é vivida de diversas formas, tanto no sentido negativo, ou seja, da cobrança pelos familiares, pelos silêncios, pela violência; quanto de forma positiva, tendo mais liberdade de se aceitarem, de se relacionarem com quem sente vontade. Além disso, ao encontro do que me informou a dirigente do MMC, as jovens reafirmaram que a juventude do movimento tem um papel de extrema importância para a discussão sobre diversidade sexual.

As experiências afetivo-sexuais das jovens do Movimento de Mulheres Camponesas colocam em questionamento um ideal de camponês como o proposto por Woortman (1990), isto é, as jovens camponesas redesenham o que as definem, não se limitando

apenas aos elementos terra, trabalho e família como centro de suas vidas. Suas vivências afetivo-sexuais não necessariamente são para fins matrimoniais e reprodutivos, com o objetivo de manutenção da mão-de-obra trabalhadora que ajudará no sustento familiar. Pelo contrário, as experiências relatadas pelas jovens e seus planos em relação ao casamento e à maternidade colocam novos elementos para se pensar suas próprias identidades enquanto camponesas, na medida em que não pretendem ter filho ou quando querem, pensam também na adoção; o casamento não aparece como prioridade para acessar um status dentro do núcleo familiar e comunitário, além disso, vão contra os padrões heteronormativos ao viverem relacionamentos com outras mulheres. É nesse sentido que as jovens desviam de uma tendência que pensa as jovens rurais e camponesas enquanto jovens que vivem sua sexualidade dentro dos moldes do *valor-família*.

Eu mergulhei nessa pesquisa usando como referências trabalhos de pesquisadores de diversas áreas para além das Ciências Sociais. O cenário geral que se coloca sobre a sexualidade da juventude rural é marcado por uma desigualdade de gênero, onde os jovens homens gozavam de um certo privilégio em não terem seus corpos tão controlados quanto o das jovens mulheres - ainda que esperar que o jovem homem esteja em constante estado de desejo sexual, seja viril e heterossexual também seja uma forma de controle. Mas o que quero destacar aqui é que das jovens é esperado que cumpram um roteiro construído onde o casamento e a maternidade são pontos quase que obrigatórios de suas vidas. No caso das jovens mulheres do MMC podemos ver que suas experiências sexuais também são marcadas por violências, controle; porém, é interessante notar que a maioria das jovens com quem conversei se declaram enquanto mulheres lésbicas ou bissexuais. Mesmo aquelas que no momento da pesquisa se relacionavam com homens, pareciam demonstrar que o relacionamento tinha uma liberdade e desconstrução de certos padrões esperados pela sociedade como formalização do casamento e gerar filhos. Nesse sentido, podemos retomar a ideia de *sexualidade negociada*. Observamos a negociação quanto aos padrões de valor-família, ainda que com resistências, críticas e mesmo reprovações, as jovens estão vivendo outras formas de sexualidade.

Para além disso, como pensar a influência das jovens para a discussão sobre sexualidade dentro do MMC? Podemos ver esse movimento a partir da ampliação da discussão sobre sexualidade de experiências LGBTQIAPN+ dentro do movimento. Antes o tema não contemplava as companheiras que se identificavam como lésbicas/bissexuais, até porque muitas delas não eram assumidas, embora houvesse uma noção de que no movimento existiam companheiras lésbicas/bissexuais. Nesse sentido, as jovens entenderam que era necessário ir além de se autoafirmarem enquanto mulher não-heterossexual, era necessário compreender as

implicações que essas identidades têm para a construção da luta por direitos dentro do Movimento de Mulheres Camponesas.

Como nem tudo é possível dentro da pesquisa, seja por limites de dados ou de tempo, acredito que seja necessário aprofundar mais ainda as discussões sobre a diversidade sexual de mulheres camponesas, tanto dentro dos movimentos, como fora também. Reconhecer que no campo existem mulheres LGBTQIAPN+ é um caminho para compreender a diversidade e não cair na ideia do campo enquanto um lugar homogêneo. Além disso, no primeiro capítulo, a luz de feministas decoloniais e negras, dei um pontapé inicial na reflexão sobre a sexualidade de mulheres negras. Gostaria de ter explorado isso melhor ao longo da pesquisa, mas não foi possível para esse momento.

Desejo que esta dissertação possa contribuir com as futuras discussões sobre sexualidade de jovens que estão inseridos no contexto rural. O caminho percorrido até aqui foi cheio de obstáculos, mas felizmente teve momentos que me fizeram lembrar do propósito desta pesquisa. Viver essa experiência em meio a uma pandemia com certeza foi frustrante, mas mesmo com as mudanças necessárias, pude contar com a confiança das minhas interlocutoras em compartilhar comigo suas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **SOMOS TODAS MARGARIDAS: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, 2015.

AGUILERA, Juliana. Mulheres e Terra Direitos, Lutas e Consequências da Desigualdade no Campo. **Modifica**, [S. l.], 14 set. 2022. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mulheres-e-terra-direitos-lutas-e-consequencias-da-desigualdade-no-campo/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

BELUSSO, Andréia. **SEXUALIDADE E CAMPELINIDADE: PERCEPÇÕES VIVÊNCIAS DE JOVENS EM ESCOLA DO CAMPO NO SUDOESTE DO PARANÁ**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019.

BORDALO, Caroline A.. Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais. In: II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2006, Londrina. Anais do II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 1003. 289 p.

BRAGA, José Ricardo Marques. **Trajetórias tecidas entre luzes da cidade e as veredas do sertão: jovens mulheres rurais, ensino superior e projetos de vida**. 2018. 227 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BRASIL. Lei 13.811, de 12 de março de 2019. Confere nova redação ao art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13811-12-marco-2019-787790-publicacaooriginal-157544-pl.html>> Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de 1990. **Estatuto da Juventude: Atos internacionais e normas correlatas**, Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?, **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 219 – 260. 2003.

CALAÇA, Michela Katiuscia. **O Feminismo Camponês Popular: Resistência e Revolução**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2021.

CALDAS, Ana Carolina. Com fim do Pronera, Bolsonaro ataca educação dos povos do campo: Programa foi responsável pela formação de 192 mil camponeses e camponesas da alfabetização ao ensino superior até 2015. **Brasil de Fato**, Curitiba (PR), 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-fim-do-pronera-bolsonaro-ataca-educacao-dos-povos-do-campo>. Acesso em: 4 jan. 2023.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, ed. 1, p. 9 - 38, 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMAN, Ellen F.; MENASCHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Organizadoras). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, p. 245 – 277, 2006.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em antropologia social) - PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro : Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 45, p. 193 - 212, 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 10, ed. 2, p. 1214-1238, 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de; OLIVEIRA, Raphaella Miranda de; RICO, Thiago Cruz. **AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL: REVENDO A TRAJETÓRIA RECENTE**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. 34 p. Disponível em: <https://observatorioinfanciasyjuventudes.site/wp-content/uploads/2022/09/Observatorio-latinoamericano-y-cariben%CC%83o-en-primera-infancia-infancias-y-juventudes.-Informe-de-investigacio%CC%81n-An%CC%83o-2-Nro.-5-agosto-2022-1.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

CORDEIRO, Rosineide; QUADROS, Marion. Jovens agricultoras, salário maternidade e o critério idade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M (Organizadoras). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, p. 391 – 420, 2010.

COSTA, Bianca. Protesto das Mulheres na Aracruz completa 5 anos. Página do MST, 4 de março de 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/03/04/protesto-das-mulheres-na-aracruz-completa-5-anos/>. Acesso em: 15 set. 2022

CPDOC (FGV). **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 29 jun. 2022

CUNHA, Angélica Lázaro da; CRISTO, Crísea Cristina Nascimento de. Diversidade sexual e heterossexualidade: contribuições para o feminismo camponês e popular. In: MEZADRI, Adriana Maria.; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.) **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 159 – 169.

DAINESE, Grazielle. Os casos e o gênero: acontecimentos da moralidade camponesa. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, pp. 733-755, 2017.

DAVIS, **Angela. Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERICE, Adriana Samper. **Espaço de vida, espaço de luta: um estudo etnográfico da Farmacinha Comunitária da Solidão em Maquiné, Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

FERNANDES, Mariel Morastica; CASTRO, Sueli Pereira. Juventude, sexualidade e saúde no universo rural: um olhar antropológico. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, ed. 2, p. 225 - 242, 2014.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. **Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FILHO, Luiz; LIMA, Wesley. Juventude Constrói Plano Nacional E Em Documento Denuncia As Opressões Com Os LGBTs. **Levante Popular da Juventude**, [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://levante.org.br/2016/03/01/juventude-constroio-plano-nacional-e-em-documento-denuncia-as-opressoes-com-os-lgbts/>. Acesso em: 4 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Edição 13. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **AS JOVENS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC): trabalho, família e projetos de vida**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. MULHERES EM CONTEXTOS RURAIS: UM MAPEAMENTO SOBRE GÊNERO E RURALIDADE. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 115 – 124, 2016.

GONTIJO, Fabiano de Souza. Sexualidade e ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação? **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 45, p. 145 – 158, 18 nov. 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. São Paulo: Zahar, 2020.

HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. “Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 7-17, 1999.

IZQUIERDO, Jose Maria de Jesus; PAULO, Maria de Assunção Lima de; SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. Juventude rural e vivências da sexualidade. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, 2020, p.1265-1283.

JAHN, Elisiane de Fátima. **Mulheres camponesas idosas e suas leituras das cartilhas do Movimento de Mulheres Camponesas/RS**. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, 2013.

JUVENTUDE DO CAMPO UNITÁRIO. Juventudes na luta pelo PL da Sucessão Rural: PL propõe políticas públicas para jovens do campo de 15 a 29 anos; audiência pública discute o tema nesta sexta (30). **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/30/artigo-juventudes-na-luta-pelo-pl-da-sucessao-rural>. Acesso em: 4 jan. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Who are we? South America**. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we/regions/south-america/>. Acesso em: 12 set. 2022

LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira. **Entre silêncios, interdições e pessoalidades: uma análise racial das histórias sobre aborto no sertão**. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

LOURO, Guacira. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-952, set. 2014.

MARÇAL, Gabriela . Violência homofóbica e transfóbica faz 148% mais vítimas em SP: Mapa da Desigualdade 2022, divulgado nesta quarta (23/11), mostra aumento de vítimas dessa violência entre 2020 e 2021 na cidade de SP. **Metrópoles**, São Paulo, p. 12-12, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/violencia-homofobica-e-transfobica-faz-148-mais-vitimas-em-sp>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, fev. 2021.

MMC Brasil. **História**. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/historia/>. Acesso em: 12 set. 2022.

MMC Brasil. **Organização e lutas**. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/organizacao-e-lutas/>. Acesso em: 9 set. 2022.

MMC Brasil. **Jovens Camponesas**. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/construcao-das-camponesas/jovens-camponesas/>. Acesso em: 22 nov. 2022

MMC Brasil. **Quem somos e nossa missão**. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/quem-somos-e-nossa-missao/>. Acesso em: 12 set. 2022.

MENEZES, Maiá. Infância interrompida: Brasil é o 5º país no mundo em número de casamentos de crianças e adolescentes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2021. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/infancia-interrompida-brasil-o-5-pais-no-mundo-em-numero-de-casamentos-de-criancas-adolescentes-25187866>>. Acesso em 07 dez. 2021.

MENEZES, Marilda Aparecida; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (organizadoras). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 303 – 328, 2013.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 96 p.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS; ECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (BRASIL). Lei nº 8.069, de 13 de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, 2019.

NASCIMENTO, Silvana de Souza.; GARCIA, Loreley Gomes. NAS ARMADILHAS DO DESEJO: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, p. 383 – 396, maio – ago 2015.

MORAES, Lorena Lima de; NASCIMENTO, Nathália Marques da Silva. Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra de expectativas de gênero no meio rural. **Amazônica: Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 12, ed. 2, p. 725 - 747, 2020.

NASCIMENTO-GOMES, Fernanda. **Juventude, sexualidade e relações afetivo-sexuais: Uma análise interseccional de jovens rurais e urbanos/as**. Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

NEVES, Pedro. Entenda como funciona o Pronera: programa dá acesso à universidade para juventude camponesa: Experiência na Universidade Federal de Pelotas demonstra a importância do acesso à formação superior. **Brasil de Fato**, Porto Alegre (RS), 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/entenda-como-funciona-o-pronera-programa-da-acesso-a-universidade-para-juventude-rural>. Acesso em: 4 jan. 2023.

NOVAES, Elizabete David. ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: O PAPEL DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONQUISTA DE DIREITOS NO DECORRER DA HISTÓRIA. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 3, p. 50 – 66, 2015.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. As temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino médio: interface entre a institucionalização da sociologia e a extensão universitária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 1, p. 119-132, jan.-jun. 2016.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2, p. 179 – 202.

PAULO, Maria de Assunção de Lima de. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p.345-368, 2010.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **As construções das identidades de jovens rurais na relação com o meio urbano em um pequeno município**. 2010. 259 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, ed. 2, p. 263 - 274, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. **Cadernos Pagu**, v. 000, n. 47, não paginado, 2016.

PLAN INTERNATIONAL. **Tirando o véu: estudo sobre o casamento infantil no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://plan.org.br/noticias/tirando-o-veu-estudo-sobre-casamento-infantil-no-brasil-2/>

QUADROS, Marion Teodósio de; ADRIÃO, Karla Galvão; TEODÓSIO, Ana Marta de Carvalho; MELO, Maria Julia Carvalho de. Mulheres jovens, sexualidade e redes de convivência em uma comunidade rural de Caruaru/PE: circuitos (des)integrados?. **Revista Antropológicas**, [s. l.], v. 23, ed. 1, p. 138 - 159, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 39(3), p. 272-286, 1987.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Adolescentes saúde sexual saúde reprodutiva: dossiê**. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2004. Disponível em: https://www.redesaude.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Dossie_adolescentes.pdf. Acesso em: 08 de fev. 2023.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: PARKER, Richard; AGGLETON, Petter (ed.). **Culture, society and sexuality: A reader**. 2. ed. New York: Routledge, 2007. p. 150 - 187.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25(1), p. 79-89, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsBMhtnCxPpP53t6kkrjh9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA p. 89 – 120, 2002.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 412 – 442, 2003.

SEGATO, Rita Laura. “Inventando a natureza: Família, sexo e gênero no Xangô do Recife”. In: Santos e Daimones. **O Politeísmo Afro-Brasileiro e a Tradição Arquetipal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 11-54, 1995.

SILVA, Isabela Costa da. **MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NA TRAJETÓRIA FEMINISTA BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA POR DIREITOS E LIBERDADE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Juiz de Fora, 2013.

SILVA, Vanda Aparecida da. **Menina carregando menino...: Sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG)**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carlo; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, Jessé de Souza (org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198 - 224.

SOUZA, Thais Cristina de; TEIXEIRA, Amanda Silva. Abstinência sexual de jovens: direitos sexuais e reprodutivos em disputa no cenário brasileiro. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 45, 2021.

STOLKE, Verena. O enigma das intersecções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 15 – 42, jan – abril 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **“O mundo rural no horizonte dos jovens”: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese (doutorado em Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: PPGICH/CFCH/UFSC, 2002.

TAYLOR, Alice; LAURO, Giovanna; SEGUNDO, Marcio; GREENE, Margareth. **“Ela vai no meu barco” Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto**. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US, 2015.

TOTA, Martinho.; DE LIMA, Greilson José.; VÉRAS, Cassandra. “MENINAS DANADAS”: exploração sexual, prostituição e agência feminina em contexto indígena. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 51, 22 mar. 2019.

VANCE, Carole S. A Antropologia Redescobre a Sexualidade: Um Comentário Teórico. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7 – 32, 2015.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 2. ed. [S. l.]: Zahar, 1985. [n. p.]

VIEIRA, Rosângela Steffen. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 8, n. 15, ed. 2, p. 87 - 145, 2000.

WEITZMAN, Rodica. **Tecendo deslocamentos: Relações de gênero, práticas produtivas e organizativas entre trabalhadoras rurais**. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro, 2016.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 12, ed. 1, 1988.

WOORTMAN, Klass; WOORTMAN, Ellen. **Amor e celibato no universo camponês**. Campinas: Nepo: UNICAMP, 1990. 90 p.

LISTA DE CARTILHAS ANALISADAS

MMC, Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTIFOBIA. MMC Nacional. Brasília. (2020)

MMC, Feminismo Camponês e Popular. ANMC, Chapecó. 2018

MMC, 8 de março: dia de luta, resistência e enfrentamento das mulheres trabalhadoras. 2016

MMC, Gênero, sexualidade e direitos das mulheres. AMTR-Sul. Chapecó. 2008a.

MMC, Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida. AMTR-sul, Passo Fundo. 2008b

MMC, Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação. AMTR-Sul. 2007.

MMC, Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas. AMTR-Sul. Chapecó. Sem data.

MMC, Mulheres Camponesas na luta contra a violência. Sem data

ANEXO 1 – Roteiro das entrevistas

1. IDENTIDADE

- a. Quantos anos você tem?
- b. Qual sua identificação étnico-racial?
- c. Onde você mora?
- d. Com quem mora ou mora sozinha?
- e. Você estuda e/ou trabalha?
- f. Qual seu nível de escolaridade?

2. PARTICIPAÇÃO

- a. Como você começou a participar de movimentos sociais?
- b. Como chegou até o MMC?
- c. Conte-me um pouco sobre sua trajetória no MMC. O que você faz?
- d. Você faz parte de algum coletivo?
- e. Vocês discutem sobre sexualidade dentro do MMC? Como é essa discussão?
- f. As discussões sobre sexualidade dentro do MMC influenciaram a sua vida pessoal?

3. RELACIONAMENTOS AFETIVOS E SEXUALIDADE

- a. Você já esteve ou está em algum relacionamento? Conte-me mais sobre
- b. Com quantos anos você teve sua primeira relação?
- c. Como você vivenciou sua sexualidade quando era mais nova?
- d. Você se relaciona com homens ou mulheres, ou com os dois? Sempre foi assim?
- e. Onde você conheceu a(s) pessoa(s) com quem se relacionou afetivamente?
- f. Esses relacionamentos eram públicos? Seus amigos, família sabiam? Conte-me mais sobre
- g. Você é ou já foi casada?
- h. Caso a resposta anterior seja sim, o que mudou na sua vida depois de se casar?

- i. Você pensa em se casar no futuro?
- j. Você tem filhos?
- k. Caso a resposta anterior seja sim, o que mudou na sua vida depois de se tornar mãe?
- l. Você pretende ter filhos?

4. Redes sociais

- a. Você usa as redes sociais para conhecer outras pessoas para se relacionar afetivamente?
- b. Caso utilize as redes sociais para se relacionar afetivamente, conte-me mais sobre suas experiências.